



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola Politécnica
Programa de Engenharia Urbana

DANIELA FERREIRA DE OLIVEIRA

QUALIDADE DE VIDA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:
Caso Metrô-Mangueira

Rio de Janeiro
2015



UFRJ

DANIELA FERREIRA DE OLIVEIRA

QUALIDADE DE VIDA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:
Caso Metrô-Mangueira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientadora: Rosane Martins Alves
Coorientadora: Luciana Corrêa do Lago

Rio de Janeiro
2015

Oliveira, Daniela Ferreira.

Qualidade de vida em habitação de interesse social: caso
Metrô-Mangueira / Daniela Ferreira de Oliveira – 2015.

106 f. : 48 il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade
Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de
Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2015.

Orientadora: Rosane Martins Alves

Coorientadora: Luciana Corrêa do Lago

1. Qualidade de vida. 2. Habitação. 3. Reassentamento. 4. Minha
Casa Minha Vida. 5. Infraestrutura. I. Alves, Rosane Martins e Lago,
Luciana Corrêa. II Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola
Politécnica. III. Título.



UFRJ

QUALIDADE DE VIDA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:

Caso Metrô-Mangueira

Daniela Ferreira de Oliveira

Orientadora: Rosane Martins Alves

Coorientadora: Luciana Corrêa do Lago

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Aprovada pela Banca:

Presidente, Prof^a. Rosane Martins Alves, D.Sc., PEU/POLI/UFRJ

Prof^a. Luciana Corrêa do Lago, D.Sc., IPPUR/UFRJ

Prof. Gisele Silva Barbosa., D.Sc., PEU/POLI/UFRJ

Prof^a. Maria Maia Porto, D.Sc., FAU/UFRJ

RIO DE JANEIRO

2015

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que me apoiaram e me incentivaram ao longo desta pesquisa. Gostaria de agradecer a aqueles que foram fundamentais para a sua realização. Sou especialmente grata a minha orientadora professora Rosane Alves e coorientadora Luciana Lago pela dedicação com que me orientaram neste trabalho e por possibilitar o meu amadurecimento. Agradeço aos meus professores do mestrado por dividir seus conhecimentos sobre engenharia urbana. A minha banca de qualificação, por proporcionar meu crescimento pessoal e acadêmico em um momento tão importante. Agradeço ao meu marido Jordani pelo amor e pelo apoio incondicional para a realização do mestrado. Agradeço a minha família e a todos os meus amigos que de perto ou de longe me apoiaram durante esta pesquisa. A todos os amigos que fiz durante o mestrado, pela convivência, cumplicidade e pela troca de conhecimento. À Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela oportunidade de cursar uma pós-graduação que contemplasse meus interesses.

RESUMO

OLIVEIRA, Daniela Ferreira. **Qualidade de vida em habitação de interesse social: caso Metrô-Mangueira**. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A pesquisa trata da qualidade de vida de habitação em interesse social da comunidade denominada Metrô-Mangueira, removida de seu local de moradia anterior, a favela, e reassentada nos condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). A Lei federal 12.424/2011, que dispõe sobre o MCMV, apresenta que para a implantação dos prédios do mesmo deve-se observar infraestrutura básica da futura moradia aspectos decisivos, como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, energia elétrica. Também verifica a proximidade das habitações à rede de transportes, hospitais, escolas e parques. Esses serviços e equipamentos são fundamentais para a dinâmica social e econômica na cidade e para a qualidade de vida urbana. A pesquisa se indaga, enquanto objetivo principal, sobre as condições de vida da comunidade Metrô-Mangueira após o reassentamento nos condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida. Para tanto, do ponto de vista teórico, foi realizada revisão bibliográfica sobre a temática da qualidade de vida, seguida de uma abordagem histórica sobre as remoções, a política habitacional brasileira e infraestrutura urbana, além da análise acerca do acesso aos serviços urbanos que se revertem em melhorias das condições de vida na cidade. Assim, a partir das análises dos resultados foi possível verificar que a qualidade de vida das famílias aumentou depois do reassentamento no que tange ao acesso a infraestrutura urbana.

Palavras-chave: Qualidade de vida, Habitação, Reassentamento, Minha Casa Minha Vida, Infraestrutura.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Daniela Ferreira. **Quality of life in social housing: case Metro-Mangueira.** Rio de Janeiro, 2015. Dissertation (Master) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The research deals with the housing quality of life in social interests of the community called Metro-Mangueira, removed from their place of residence, the slum, and resettled in condominiums of the Minha Casa Minha Vida (MCMV) housing program. Federal law 12,424 / 2011 about the program shows that for the implementation of MCMV buildings, basic infrastructure of the future housing must be observed, such as decisive aspects like water supply, sewage, garbage collection and electricity. It is also important to check the proximity of housing to the transport network, hospitals, schools and parks. These services and equipments are fundamental to social and economic dynamics in the city and to the quality of urban life. The main objective of the research is to reflect on the living conditions of the Metro-Mangueira community after their resettlement in the condos of the Minha Casa Minha Vida program. For this, from a theoretical point of view, a literature review on the topic was performed, followed by a historical approach to removals, Brazilian housing policies and urban infrastructure, as well as an analysis of the access to urban services that are reversed in quality of life. Thus, from the analysis of the results it found that the quality of life of families increased after resettlement in terms of access to urban infrastructure.

Key-words: Quality of life, housing, Resettlement, Minha Casa Minha Vida, Infrastructure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jornal do Século - imagem da demolição do cortiço Cabeça de Porco.....	29
Figura 2 – Revista Ilustrada – sátira à demolição do cortiço Cabeça de Porco	29
Figura 3 – Avenida Central e o morro do Castelo	31
Figura 4 - Demolição de parte morro do Castelo em 1920.....	31
Figura 5 – Conjunto habitacional em Santo André – São Paulo.....	38
Figura 6 - Localização da favela Metrô-Mangueira.....	52
Figura 7 - Localização dos empreendimentos Mangueira I, Mangueira II e Bairro Carioca....	53
Figura 8 - Favela-Metrô-Mangueira antes e após as remoções	54
Figura 9– Condomínio MCMV Mangueira II.....	56
Figura 10 – Condomínio MCMV Mangueira I.....	56
Figura 11 – Centro comunitário no condomínio Mangueira I.....	57
Figura 12 – Estacionamento no condomínio Mangueira II.....	57
Figura 13 – Bairro Carioca – Condomínio MCMV no Bairro Carioca	57
Figura 14 – Escola Escola municipal Ministro Carlos Alberto e Nave do Conhecimento no Bairro Carioca.....	58
Figura 15 – Locais de trabalho dos entrevistados.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente na favela Metrô-Mangueira	59
Gráfico 2 – Porcentagem dos domicílios com abastecimento de água	59
Gráfico 3 – Porcentagem de domicílios com Esgotamento sanitário	60
Gráfico 4 – Porcentagem de domicílios com energia elétrica	60
Gráfico 5 – Porcentagem de domicílios com serviço de coleta de lixo	61
Gráfico 6 - Distribuição da amostra por sexo dos entrevistados.....	65
Gráfico 7 – Viagem pendular por modo de transporte.....	68
Gráfico 8 – Porcentagem dos domicílios de água.....	70
Gráfico 9 – Qualidade do acesso ao abastecimento de água.....	70
Gráfico 10 – Acesso a esgotamento sanitário	70
Gráfico 11– Qualidade do acesso ao esgotamento.....	71
Gráfico 12 - Porcentagem de domicílios com energia elétrica.....	71
Gráfico 13– Qualidade da ligação da energia	72
Gráfico 14 - Porcentagem de domicílios com ar condicionado.....	72
Gráfico 15 – Porcentagem de domicílios com serviço de coleta de lixo.....	72
Gráfico 16 - Frequência da coleta de lixo.....	73
Gráfico 17 - Conhecimento do motivo da remoção.....	76
Gráfico 18 – Justificativa das remoções.....	76
Gráfico 19 – Tempo de antecedência do aviso de remoção.....	78
Gráfico 20 – Debate com o Poder Público para discutir a remoção	78
Gráfico 21 – Alternativas para a remoção	79
Gráfico 22 – Percentual de pessoas que já pensaram em se mudar.....	81
Gráfico 23 – Justificativas para a possibilidade mudança	82
Gráfico 24 – Nível de satisfação com o tamanho do apartamento.....	82
Gráfico 25 – Nível de satisfação por empreendimento.....	83
Gráfico 26 – Utilização da área de lazer	84
Gráfico 27 - Satisfação com o apartamento.....	84
Gráfico 28 - Preferência de local de moradia	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Indicadores da dimensão urbana	21
Quadro 2 – Síntese do conjunto de famílias removidas por comunidades	35
Quadro 3- Número de moradias construídas por instituição	38
Quadro 4 – Localização dos reassentamentos	54
Quadro 5 – Número total de viagens pendulares realizadas considerando o modo principal ..	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das favelas e habitantes por zonas	33
Tabela 2 – Regra de pagamento para faixas de renda do MCMV	41
Tabela 3 – Déficit habitacional	45
Tabela 4 - Composição do déficit habitacional urbano - Brasil.....	45
Tabela 5 – Projeção da demanda habitacional para famílias por faixas de renda familiar de 2007 a 2023	46
Tabela 6 – Metas e unidades contratadas do MCMV – Brasil.....	46
Tabela 7 – Custo das redes de infraestrutura	49
Tabela 8 a– Faixa etária dos entrevistados.....	65
Tabela 8.b– Faixa etária dos entrevistados.....	65
Tabela 9 a- Nível de escolaridade dos entrevistados.....	66
Tabela 9 b- Nível de escolaridade dos entrevistados.....	66
Tabela 10 a - Renda familiar dos moradores dos domicílios.....	67
Tabela 10 b – Renda per capita dos moradores dos domicílios.....	67
Tabela 11 - Enquadramento dos entrevistados nas faixas de renda do MCMV	67
Tabela 12 – Tempo da viagem pendular.....	68
Tabela 13 – Comparação dos gastos das famílias com a moradia.....	75
Tabela 14 – Valores pagos pelos serviços antes e depois da remoção.....	76
Tabela 15 – Aspectos positivos e negativos relacionados ao condomínio.....	81
Tabela 16 – Tipos de obras no apartamento	83
Tabela 17 - Domicílios que apresentaram problemas no apartamento.....	84

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. APRESENTAÇÃO	13
1.2. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO TRABALHO	15
1.3. METODOLOGIA UTILIZADA	16
1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	17
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE QUALIDADE DE VIDA	18
2.1.1 Importância da localização	22
2.2. OS MEGAEVENTOS	24
2.3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS REMOÇÕES	28
2.4. BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO	36
2.4.1 O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)	40
2.5. A INFRAESTRUTURA URBANA	47
3. A COMUNIDADE METRÔ-MANGUEIRA	51
3.1. LOCALIZAÇÃO E SURGIMENTO DA FAVELA	51
3.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO REASSENTAMENTO	52
3.2.1 Caracterização dos condomínios do MCMV	56
3.3. DADOS DE INFRAESTRUTURA DA COMUNIDADE METRÔ-MANGUEIRA	58
3.3.1 Acesso aos serviços e equipamentos urbanos	59
4. ENTREVISTAS REALIZADAS NAS COMUNIDADES E ANÁLISE DOS RESULTADOS	62
4.1. METODOLOGIA UTILIZADA NAS ENTREVISTAS E VALIDAÇÃO DA AMOSTRA	62
4.2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NOS CONDOMÍNIOS DE MANGUEIRA I, MANGUEIRA II E BAIRRO CARIOCA	64
4.2.1 Dados socioeconômicos	64
4.2.2 Infraestrutura	69
4.2.2.1 Abastecimento de água	69
4.2.2.2 Esgotamento sanitário	70
4.2.2.3 Energia elétrica	71
4.2.2.4 Limpeza urbana	72
4.2.2.5 Custo de moradia	73
4.2.3 Reassentamento	77
4.2.4 Avaliação do imóvel e do condomínio	79
4.3. COMENTÁRIOS FINAIS	86
5. CONCLUSÃO	89

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTURO	92
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
SITES VISITADOS	95
ANEXOS.....	96

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO

A dificuldade de se implantar uma política de habitação digna para todos e infraestrutura urbana adequada às demandas e necessidades da população, se deve fundamentalmente, à prevalência dos interesses dos produtores do espaço urbano frente aos da classe trabalhadora (CORRÊA, 2002). Esta parcela da população necessita de políticas públicas de habitação alinhadas às de infraestrutura que visem a minorar os efeitos da segregação socioespacial de que é alvo e a reduzir as dificuldades de acesso ao transporte, saneamento básico, segurança pública, energia elétrica, gás e aos equipamentos públicos como hospitais e escolas.

Sob esta perspectiva, a nova Política Nacional de Habitação (PNH) foi construída ao longo dos anos de 2003 e 2004, com a participação de diferentes segmentos da sociedade, com o objetivo de formular estratégias de longo prazo para garantir direito de moradia digna a todos os cidadãos. A ideia central é a inclusão social. As diretrizes da PNH se desdobram em ações, de forma que é estabelecida a necessidade de um planejamento integrado entre a Política de Desenvolvimento Urbano e as ações das políticas sociais e ambiental.

Contudo, as diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) criado em 2009, alardeado pelo governo federal como um programa habitacional de qualidade, são divergentes, em alguns aspectos, às do PNH. De acordo com as diretrizes do plano, a maior parte dos subsídios deveria ser direcionado para as famílias mais pobres, as que ganham até 1.395 reais, o que não foi cumprido. O MCMV é uma política econômica com o mínimo de compromisso com a produção de moradias dignas. O programa tem como foco a dinamização da economia por meio da construção civil. Ela emprega elevada mão de obra, bem como agrega vários tipos de indústrias, provocando efeitos multiplicadores em diferentes áreas da economia. Por outro lado, ainda que a motivação para a construção do programa fosse financeira, houve uma diminuição, mesmo que irrisória, no déficit habitacional. Ademais, de acordo com Bonduki (2009) houve um aumento dos recursos orçamentários relacionados à habitação.

O MCMV além de atender a população de baixa renda, atinge também a classe média, “gerando mercado para o setor privado, com risco reduzido” segundo Bonduki (2009). Dessa forma, as construtoras priorizam a implantação dos prédios para a parcela da população com maior poder de compra. Esses locais têm maior centralidade, ou seja, são próximos aos locais de trabalho, área de lazer e transporte. À população com menos poder aquisitivo resta, quase sempre, as habitações na periferia, geralmente, em áreas com pouca infraestrutura urbana. Essas práticas se devem, sobretudo, à flexibilização da legislação urbanística municipal por permitir às construtoras produzirem em áreas não urbanizadas, reforçando assim a segregação socioespacial.

Por outro lado, a Lei 12.424/2011 do governo federal apresenta que para a implantação dos prédios do MCMV devem ser observados na infraestrutura básica da futura moradia aspectos decisivos, como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, energia elétrica. Também é importante verificar se as habitações têm proximidade à rede de transportes, hospitais, escolas e parques. Esses serviços e equipamentos são fundamentais para a dinâmica social na cidade e para a qualidade de vida urbana.

Nesse contexto, avaliar a qualidade de vida de comunidades de baixa renda que moram nos prédios do Programa Minha Casa Minha Vida é importante para verificar se o programa está em consonância com a política habitacional e principalmente, para saber se houve melhoria nas condições de vida dessa população no que tange à infraestrutura urbana.

Sob esse aspecto, o conceito de bem estar que norteará esse trabalho “decorre da compreensão daquilo que a cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida, a serem providas e utilizadas de forma coletiva”. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2013). Apesar do bem estar ser sentido individualmente, os equipamentos e serviços são pensados de forma coletiva e o seu desenvolvimento interfere na qualidade de vida das pessoas.

Em 2014, o Brasil sediou a Copa do Mundo. Em virtude desse megaevento, o país teve de realizar inúmeras obras de infraestrutura para se adequar às exigências da FIFA, tais como: reformas nos estádios e reurbanização do entorno dos mesmos, intervenções em mobilidade urbana, reparação e modernização nos aeroportos.

No Rio de Janeiro, essas intervenções ocorreram e provocaram remoções de comunidades que estavam em áreas de interesse do mercado. Dentro desta lógica, as populações mais pobres, que estivessem em áreas aspiradas pelos agentes que produzem e consomem o espaço, seriam removidas de suas casas, e removidas para as periferias com o

aval do governo. Percebe-se assim a segregação socioespacial sendo legitimada por quem deveria minimizá-la.

Dessa forma, no espaço carioca ao lado da Estação de metrô do Maracanã há uma favela denominada Comunidade Estação da Mangueira (ANCEMA), vulgo Metrô-Mangueira. Lá viviam aproximadamente 662 famílias, a maior parte proveniente do Nordeste. Muitas vieram ao Rio de Janeiro para trabalhar na construção do metrô. Esse grupo, esquecido pelo poder público até então, viveu há 30 anos nesse local. No entanto, com a intenção de transformar a área em um estacionamento para os jogos da Copa no Maracanã, a Prefeitura resolveu removê-lo. No ano de 2010, uma parcela da Comunidade, em torno de 100 famílias, foi realocada para um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, em Cosmos, na zona oeste do Rio de Janeiro, distante 50 km do seu antigo endereço. Em 2012, outra parcela da população, cerca de 248 famílias, foi para o Conjunto Habitacional do mesmo programa, o qual está situado na Mangueira, muito próximo de sua antiga moradia e ainda, outra parcela foi para Triagem, distante em torno de 6km de sua antiga habitação, no Programa Bairro Carioca. Este Programa é uma parceria entre o governo federal e o municipal e integra o programa minha casa minha vida.

A escolha da Comunidade Metrô-Mangueira como objeto de análise deste trabalho decorre, entre outros motivos, do reassentamento de grande parte da Comunidade Metrô - Mangueira ter sido próximo a sua antiga residência, sobretudo pelo fato inquietante de, historicamente, as pessoas de baixa renda serem destinados a locais distantes de seu local anterior de habitação, impactando consideravelmente seu modo de vida.

1.2. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

O objetivo da pesquisa é refletir acerca da qualidade de vida urbana, associada ao acesso aos serviços urbanos básicos em habitação de interesse social, especificamente no Rio de Janeiro, partindo-se da justificativa de que toda a sociedade deve ter acesso à infraestrutura adequada que permita condições de vida a seus habitantes, independentemente da classe social. Para isso, foi escolhido como objeto do estudo a Comunidade Metrô Mangueira. Pretende-se fazer análise da qualidade de vida no âmbito do acesso à infraestrutura urbana, considerando o momento em que tal população morava na favela e o após a remoção, quando parte do grupo foi reassentada no conjunto habitacional da Mangueira e do Bairro Carioca realizado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. A avaliação será

realizada com dados quantitativos e qualitativos. Além disso, a pesquisa tentará responder à razão pela qual parte das famílias foi removida para um local próximo a sua antiga moradia, já que em geral as remoções afastam os moradores de sua antiga localidade de habitação. O tema da pesquisa é relevante, pois pretende contribuir para a formulação de políticas públicas que promovam a redução de desigualdades sociais. Além disso, o trabalho pretende estimular novas reflexões e pesquisas a respeito da qualidade de vida urbana da população do Rio de Janeiro.

1.3. METODOLOGIA UTILIZADA

Como metodologia desta pesquisa, foi realizada primeiramente, uma revisão bibliográfica acerca do conceito de qualidade de vida. Também foram estudados temas como remoção e megaeventos a fim de entender de que forma esses assuntos estão relacionados e impactam no bem estar da população com menos poder aquisitivo.

Além disso, no contexto da problemática habitacional, fez-se um breve levantamento da evolução histórica da política nacional de habitação desembocando no Programa Minha Casa Minha Vida. Em relação à infraestrutura urbana, sabendo que a existência ou ausência dela repercute no desenvolvimento socioterritorial, foi realizado um breve panorama da evolução dos serviços públicos e de seus custos. Para tanto, além de autores especializados nos temas, foram consultados publicações dos órgãos do governo federal e estadual tais como Ministério das Cidades, IBGE, ANA. É importante mencionar também que foram estudadas publicações de instituições de ensino como USP, UFRJ, UERJ, entre outras.

No que tange ao objeto do trabalho, foram realizadas pesquisas com dados estatísticos do IBGE e dados empíricos que envolveu a entrevista e a aplicação de questionários com os membros das unidades domiciliares dos condomínios Mangueira I, Mangueira II e Bairro Carioca. Destaca-se que o foco era apenas as famílias provenientes da favela do Metrô-Mangueira que foram reassentadas no Maracanã e Bairro Carioca. A parcela das famílias da favela que foi deslocada para Cosmos não foi objeto desse trabalho. A aquisição dos dados serviu para a análise das condições de vida percebidas daquela população. O roteiro estruturado foi elaborado pelo Observatório das Metrópoles – IPPUR para o edital MCTI/CNPq/MCidades nº11/2012, lançado para avaliar os resultados do MCMV e oferecer insumos para o aprimoramento da política habitacional no país. Para atender a esta pesquisa, o questionário foi adaptado.

1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura da dissertação está dividida da seguinte maneira:

Capítulo 1 - Introdução: apresenta uma ideia geral do tema a ser tratado na dissertação. O capítulo traz o objetivo, a justificativa do trabalho, metodologia bem como a estruturação da dissertação.

Capítulo 2 - Fundamentação teórica: trata da revisão bibliográfica acerca do conceito de qualidade de vida. Para isso, a priori foi realizada uma abordagem histórica sobre as transformações do conceito. A medida que a cidade vai crescendo e os problemas se avolumam é necessário adaptar o conceito a uma nova realidade que abarque as problemáticas sociais. Na revisão bibliográfica foi utilizado o Índice de Bem Estar Urbano (IBEU) elaborado pelo Observatório das Metrópoles (IPPUR) para ajudar na delimitação do conceito de bem estar usado nesse trabalho como sinônimo de qualidade de vida. Além disso, como norteador teórico foi utilizado a obra de David Harvey "Justiça Social e a Cidade" que trata da importância da localização e como ela repercute na qualidade de vida das pessoas.

Capítulo 3 - A comunidade Metrô-Mangueira: expõe-se brevemente o histórico do surgimento da favela do Metrô-Mangueira, bem como a evolução histórica do reassentamento da comunidade nos condomínios do MCMV.

Capítulo 4 – Apresentação e análise dos resultados colhidos nas entrevistas com os reassentados nos condomínios do MCMV. Aborda-se por meio de dados quantitativos e qualitativos a qualidade de vida sob o viés da infraestrutura urbana. É verificado por meio de dados do IBGE e das entrevistas às famílias como era o acesso aos serviços básicos antes e após as remoções para saber se de fato houve melhoria no bem estar daquela comunidade. Nesse capítulo em especial, encontra-se uma pesquisa de satisfação com os moradores em relação aos condomínios.

Capítulo 5 – Conclusões: apresenta-se tanto as considerações e reflexões finais acerca do que foi discutido no trabalho bem como as sugestões para os trabalhos futuros.

CAPÍTULO 2

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE QUALIDADE DE VIDA

O conceito de qualidade de vida é amplo e complexo. Cada ciência elaborou o significado da expressão de acordo com sua área de atuação. No entanto, embora diversos, os sentidos pesquisados parecem semelhantes e complementares. Para a definição desse conceito, foram utilizadas reflexões de diversos autores. No entanto a concepção que vai nortear esse trabalho utiliza como referencial o conceito criado por David Harvey em seu livro *Justiça Social e a Cidade* e que foi norteador teórico no trabalho *Índice de Bem Estar Urbano (IBEU)* do Observatório das Metrópoles do IPPUR.

Os conceitos de bem estar elencados nesta pesquisa, se ateuve à segunda metade do século XX até a atualidade. De acordo com Kluthcovsky & Takayanagui (2007), o conceito de qualidade de vida foi utilizado por Pigou (1920) para refletir acerca do papel do Estado no suporte às pessoas menos favorecidas e para discutir de que forma o aporte financeiro repercutiria no orçamento do Estado. Nessa época, já se podia constatar, portanto, preocupação com a desigualdade socioespacial nas cidades e com a forma de atuação da gestão no espaço urbano.

Após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), o conceito de qualidade de vida atrelava-se ao de aquisição de bens materiais como ponto de mensuração do padrão de vida da população. O modelo econômico baseado na industrialização e na acumulação de capital repercutiu decisivamente na forma de viver das pessoas. O *American way of life* tornou-se aos poucos um referencial a ser seguido mundialmente fomentando a falsa ideia de que as populações mais pobres pudessem alcançar o padrão de vida das populações ricas.

Na década de 70, a qualidade de vida está relacionada aos bens e serviços desfrutados pela população como saúde, emprego e escolaridade. Com o modelo “desenvolvimentista” seguido, as cidades cresceram rapidamente e, como não poderia deixar de ser, de forma bastante desigual. Além disso, nesse período cresciam também os problemas ambientais relacionados às cidades, tais como poluição do ar e da água, poluição sonora, insalubridade etc.

Sob esse olhar, avoluma-se a discussão sobre sustentabilidade e a crítica acerca dos critérios de mensuração da qualidade de vida sob o viés do crescimento econômico. Com isso,

o significado do termo se amplia enormemente ao incluir a noção de equidade social como pressuposto e ao ter sua acepção utilizada também para designar aspectos subjetivos do bem estar humano.

Antes de refletir acerca do conceito de qualidade de vida usada no Índice de Bem Estar Urbano (IBEU), elaborado pelo Observatório das Metrôpoles do IPPUR, faz-se necessário explicar brevemente o trabalho publicado. O IBEU foi elaborado pela rede Observatório das Metrôpoles com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) para o ano de 2001 a 2009 e teve como objetivo avaliar as condições urbanas das principais metrôpoles brasileiras. Procurou-se medir o acesso aos bens, serviços e equipamentos relacionados à habitação e ao seu entorno imediato ofertados pelo mercado e pelo Estado. Com esse objetivo, a construção do IBEU se deu através do relacionamento entre as regiões metropolitanas do Brasil de maneira comparativa. A isso se deu o nome de IBEU Global, o qual foi mensurado em três escalas diferentes: comparativo entre as regiões metropolitanas; comparativo entre os municípios que integram as regiões metropolitanas e comparativo entre as áreas de ponderação que integram as regiões metropolitanas. Além disso, também foi elaborado o IBEU local no qual no qual a comparação se dá por áreas de ponderação de cada região metropolitana.

O Observatório das Metrôpoles (2013) apresenta o conceito de bem estar distanciado da concepção utilitarista, segundo a qual, o resultado de uma ação é que define se ela é correta, não importando os meios que se usou para se alcançar esse fim. Nessa ideia o propósito é alcançar a felicidade de um maior número de pessoas. Entretanto, como pode ser possível atingir tal meta sem ser injusto, já que, no bojo da sociedade, os cidadãos são tratados de forma desigual pelo seu aspecto econômico e social?

A concepção de bem estar está atrelada à melhoria das condições de vida do interesse coletivo em detrimento ao interesse individual no espaço urbano, ou seja, “A concepção de bem estar decorre da compreensão daquilo que a cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida a serem providas e utilizadas de forma coletiva.” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2013, p.10)

Embora o bem estar seja sentido de forma individual, avaliar a qualidade de vida na cidade demanda um olhar específico para o urbano, onde as condições da reprodução social dependem dos equipamentos e serviços públicos programados para funcionar de forma coletiva e integrada.

Ainda que a concepção do termo seja pensada dessa maneira, é sabido que a reprodução social no espaço urbano não se dá de forma justa e homogênea. A desigualdade social advém do sistema econômico adotado, no qual a busca incessante pelo lucro gera concentração de renda na medida em que os donos dos meios de produção substituem a mão de obra pela tecnologia, o que por consequência diminui o custo com o trabalhador, acarretando desemprego e/ou arrocho salarial. Outra questão ainda referente à economia de mercado norteadas pelo capital é a centralização comercial a partir da qual as empresas maiores desestimulam as empresas pequenas e isso acaba por provocar a concentração do capital. Portanto, a concentração de renda e a centralização de capital são dois dos principais fatores de produção da desigualdade social. Dito isso, a forma como se processa o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, com sua diferenciação de ingresso, fica gritante. Logo, a análise da qualidade de vida precisa perpassar por um olhar apurado do território onde as condições de vida não são homogêneas para todos.

(...) pretendemos, exatamente, lançar luz sobre as condições existentes na sociedade contemporânea que possibilitam viver bem na metrópole, considerando que essas condições não são distribuídas de forma igualitária por toda a coletividade urbana, e que por isso tornam essas condições – quando existentes – recursos que aumentam o poder dos indivíduos ou grupos sociais que os detêm. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2013)

Para isso, a escolha dos indicadores de bem estar teve como princípio o entendimento dos mecanismos que (re)criam o espaço urbano e da desigualdade da realidade dos grupos sociais. A partir daí, a avaliação do bem estar da população consistiu no atendimento das necessidades básicas de reprodução social na cidade gerada pelo Estado e pelo mercado. Para isso, foram consideradas cinco dimensões: mobilidade, meio ambiente, habitação, serviços coletivos e infraestrutura urbana. Para construção dos indicadores de cada dimensão foi utilizada o censo demográfico de 2010 do IBGE.

A seguir, no quadro 1 é apresentado quadro com indicadores que compõem cada dimensão urbana, segundo o Observatório das Metrópoles (2013).

Dimensão/ indicadores	Descrição do indicador
I. MOBILIDADE URBANA	
Tempo de deslocamento casa-trabalho	Proporção de pessoas que trabalham fora do domicílio de residência e retornam do trabalho diariamente no período de até 1 hora
II. CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS	
Arborização no entorno do domicílio	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui arborização
Esgoto a céu aberto no entorno do domicílio	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno não possui esgoto a céu aberto
Lixo acumulado nos logradouros	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno não possui lixo acumulado nos logradouros
III. CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS	
Aglomerado subnormal	Proporção de pessoas que não moram em aglomerado subnormal
Densidade domiciliar	Proporção de pessoas que moram em domicílio com até dois residentes por dormitório
Densidade do banheiro	Proporção de pessoas que moram em domicílio com até quatro residentes por banheiro
Parede	Proporção de pessoas que moram em domicílio com material de parede adequado
Espécie de domicílio	Proporção de pessoas que moram em domicílio cuja espécie é adequada
IV. ATENDIMENTO DE SERVIÇOS COLETIVOS URBANOS	
Atendimento de água	Proporção de pessoas que moram em domicílios com atendimento adequado de água
Atendimento de esgoto	Proporção de pessoas que moram em domicílios com atendimento adequado de esgoto
Coleta de lixo	Proporção de pessoas que moram em domicílios com coleta adequada de lixo
Atendimento de energia	Proporção de pessoas que moram em domicílios com atendimento adequado de energia
V. INFRAESTRUTURA URBANA	
Iluminação pública	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui iluminação
Pavimentação	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui pavimentação
Calçada	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui calçada
Meio fio/ Guia	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui meio-fio ou guia
Bueiro ou boca de lobo	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui bueiro ou boca de lobo
Rampa para cadeirante	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui rampa para cadeirante
Logradouros	Proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui logradouro

Quadro 1- Indicadores da dimensão urbana

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2013.

(Adaptada pela autora)

É importante destacar, como indica Vaz (1994) que tais indicadores são a expressão da feição de uma dada realidade ou o conjunto dela. Nesse sentido, para construir índices é

fundamental considerar, entre outras variáveis, a localização geográfica, a configuração econômica e o contexto político para se ter uma melhor interpretação dos dados. Por outro lado, os indicadores não devem ser a única fonte de comparação de uma realidade pois eles estão à mercê de projetos políticos e de diferentes visões de mundo.

Para diagnosticar a qualidade de vida de uma população é preferível que se realize a análise criteriosa de dados estatísticos públicos para que assim seja possível acompanhar a evolução das condições de bem estar. Também é recomendado que se aplique questionários na população que é objeto do estudo. Assim, esses dados podem contribuir para o estabelecimento de metas por parte do governo como também podem servir como informações para a sociedade civil pressionar o poder público.

2.1.1 Importância da localização

David Harvey, em sua obra “Justiça Social e a Cidade” (1980), reflete sobre os efeitos distributivos de renda provocados pela organização espacial da cidade e pelos processos sociais e mostra como eles repercutem na vida da população, principalmente a trabalhadora. Esse fato é negligenciado, quando tange a população de renda mais baixa, pelo Estado na gestão da cidade. Esse argumento decorre da constatação da presença de interesses privados no território urbano, mormente aqueles ligados ao setor imobiliário, sobre os domínios públicos coletivos com a aquiescência do governo através das Políticas Públicas.

Como parte da consequência das pressões privadas, há um profundo aumento do valor de uso do solo e, por extensão, a reconfiguração do desenho socioespacial, no qual vantagens socioeconômicas são geradas através da localização urbana ora revalorizada.

Mudanças locacionais ocorridas no espaço urbano referentes à habitação e às oportunidades de empregos afetarão a renda de um indivíduo. Como exemplo cita-se o reassentamento de comunidades que anteriormente moravam próximas ao local de trabalho da maioria, isto é, na centralidade das cidades, e que foram removidas para a periferia. As alterações nos sistemas de transportes impactam diretamente nas oportunidades de emprego em decorrência da distância do trabalho em relação à moradia e também da precarização dos meios de transportes nas áreas mais pobres. Por isso, tais trocas locacionais de residência e trabalho devem ser acompanhadas por uma readequação do sistema de transporte público, tendo em vista a mobilidade urbana de distintos grupos sociais.

É sabido, sob este prisma, que, em geral, os maiores investimentos em transportes públicos são realizados em linhas que cobrem espacialmente as áreas nobres da cidade,

fazendo com que boa parte da população pobre tenha dificuldades de locomoção, caso more na periferia ou nas áreas financeiramente aspiradas pelos produtores do espaço urbano. A perversidade de tal cenário se dá na medida em que, concomitantemente, essa parcela social é afastada dos locais mais equipados, utiliza os meios de transportes de baixa qualidade e ainda sustenta economicamente a manutenção do sistema de transporte urbano.

Os melhores empregos, como se sabe, encontram-se nas centralidades da cidade. Sendo assim, os moradores da periferia têm um custo alto para se deslocar, já que a distância para o local de trabalho é maior. Como bem mencionou Harvey (1980), além do gasto de tempo de viagem, há que se avaliar o desgaste psicológico por que passam os trabalhadores em deslocamento, os quais na maioria das vezes enfrentam transportes públicos lotados e deteriorados.

Embora no Brasil a demanda por habitação de interesse social seja altíssima, algo em torno de 7 milhões, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2013), ainda há um limite na oferta de moradia. A população pobre se vê então forçada a morar na periferia, onde os aluguéis quase sempre são possíveis de serem pagos. O ciclo vicioso da pobreza então se inicia, já que nesses locais a oferta de emprego é baixíssima e os salários também. A baixa rentabilidade das regiões periféricas permanece, e se potencializa, pois, as centralidades urbanas melhor equipadas concentram não apenas renda, mas grande parte de seus mecanismos de sua obtenção e geração.

Ainda de acordo com Harvey (1980, p. 45), “a acessibilidade e proximidade são aspectos importantes de qualquer sistema urbano”. O autor explica que o acesso aos compartimentos da cidade tem um preço que é usualmente igualado ao custo de superar distâncias, tempo. Em contrapartida, o termo proximidade se refere ao estar perto de algo, mas sem fazer uso direto desse “bem”, entretanto isso pode ter um custo ou um benefício. Como exemplo tem-se a moradia próxima a uma lagoa poluída, a uma área violenta ou a um Parque, ou ao que o estudioso denomina “exteriorizações”. A valorização do solo urbano é influenciada pelos custos e benefícios decorrentes da acessibilidade e/ou proximidade aos bens públicos e as áreas naturais com valor paisagístico. É daí que grande parte dos custos do território urbano e, por conseguinte, de pretensão de renda adequada às exigências das localidades, são criados.

Harvey (1980, p.46), além disso, ressalta que “[...] a atividade de um elemento em um sistema urbano pode gerar certos efeitos sem preço e talvez não monetários sobre outros elementos no sistema.” Isto é, na medida em que as exteriorizações afetem diferentes grupos

sociais, elas repercutirão na renda real para mais ou para menos, acarretando em redistribuição de renda.

Apesar de Harvey apresentar a tese de que as exteriorizações não têm efeitos monetários, é quase certo que essas quando positivas são captadas pelos agentes produtores do espaço a fim de auferir maior lucro ao uso do solo urbano. Ao se referir a renda real o geógrafo Harvey afirma que

O conceito de renda real inclui aquilo que pode ser monetarizado, mas também o que decorre de vantagens e oportunidades geradas. Sem entrarmos em definições estritas de renda, pode-se dizer que ela envolve tanto o salário ganho durante determinado tempo mediante trabalho realizado ou rendimentos sem trabalhos, como envolve também valor de propriedade e mecanismos de acesso aos recursos e aos seus preços. (HARVEY, 1980 apud SILVA, 2012, p. 60)

A redistribuição de renda está associada à reorganização do espaço realizado pelo Estado. Essa organização das atividades econômicas (sejam privadas ou públicas), sociais e políticas gera uma nova estrutura socioespacial e conseqüentemente diferentes rendimentos para distintos grupos sociais. Tal fato acaba por contribuir fortemente para o acirramento da desigualdade social.

Nesse sentido, analisar os aspectos de acessibilidade e proximidade das habitações de interesse social e dos equipamentos e serviços urbanos é fundamental para entender como o usufruto e limites de uso dessas moradias reverberam na ideia de bem estar da população, uma vez que sua distribuição no espaço urbano é capaz de gerar efeitos distributivos sobre a renda real de diferentes grupos sociais.

2.2. OS MEGAEVENTOS

Entre 1965 e 1973 o modelo fordista apresenta inúmeros problemas de base. Como o sistema produtivo era rígido, pressupunham-se, para seu funcionamento profícuo, consumo de massa e investimentos constantes. No entanto, com o fortalecimento dos países europeus e, conseqüentemente, com sua inserção como concorrentes do mercado americano o fordismo entra em crise. Também contribuiu para isso, a substituição das importações dos produtos norte-americanos por produtos internos nos países em desenvolvimento, como os da América Latina e os Tigres Asiáticos, além da crise do petróleo.

Ao mesmo tempo, com a crise inflacionária dos EUA nesse período o Estado de Bem Estar Social é criticado e é retomado o debate acerca do papel mínimo do Estado na economia. Em face de tal problemática, nesse período há transição do modelo fordista de

acumulação de capital para a acumulação de capital flexível. De acordo com Ramos (1997), essa última tipologia de acumulação de capital “decorre de necessidade do capitalista de superar a crise e de manter ou alcançar a maior taxa de lucros, que é o elemento motriz de todo o sistema” (RAMOS, 1997, p 81). É importante mencionar que a economia passa a não se basear apenas na agricultura ou na indústria, mas também no setor de serviços.

Diante de tal cenário, a ideologia neoliberal pode ser percebida, em parte, a partir da adoção do planejamento estratégico para a cidade. Sob esse enfoque, ocorre na cidade o empreendedorismo urbano por meio do qual as cidades são vistas como mercadorias e se organizam como empresas tendo como objetivo o mercado. Nesse sentido, ARANTES, VAINER, e MARICATO (2000) explicam que as cidades competem por mão de obra qualificada, melhores investimentos, e negociam para sediar as grandes empresas.

Dessa forma, o empreendedorismo urbano tem como uma de suas principais características a realização de intervenções urbanas capazes de atrair investidores , entre as quais destacam-se as de grande porte e os megaeventos, como por exemplo as olimpíadas. Essas intervenções subordinam a gestão e a produção do espaço urbano aos circuitos do capitalismo globalizado, na construção de um discurso que enuncia a meta de tornar a “cidade ganhadora” na “guerra dos lugares”, na atração de investimentos e turistas internacionais, numa perspectiva em que a cidade se torna simultaneamente empresa e mercadoria. (CASTRO, 2012)

Os grandes eventos e os megaeventos internacionais são ambicionados por muitas cidades do mundo, pois eles possibilitam grande visibilidade. Esses eventos fazem com que a cidade escolhida seja inserida no circuito mercadológico internacional como espécie de cidade a ser consumida. Para que isso aconteça, a cidade (tratada como sujeito) deve seguir as recomendações das instituições organizadoras. Muitas cidades veem esses eventos como justificativa para realizar uma reestruturação urbana, já que as recomendações da organização versam sobre infraestrutura, turismo, segurança etc.

Contemporaneamente, e francamente inserido em tal contexto, o Brasil passa a sediar eventos mundiais de diferentes áreas: religiosa, esportiva, de moda, musical, turística e político-ambiental. No período entre 2007 a 2015, foram realizados seis megaeventos: Jogos Pan-Americanos, Jogos Mundiais Militares, Rio +20, visita do Papa, Copa das Confederações, Copa do Mundo, 450 anos do Rio de Janeiro. A Olimpíada ocorrerá em 2016 e atrairá um número muito grande de visitantes. Para viabilizar tais eventos, o Estado, com o apoio do capital internacional, investe fortemente em diferentes segmentos de infraestrutura, turismo, segurança e mobilidade urbana.

O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestruturas e de serviços

(comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas 'exportações' (de bens e serviços, de seus profissionais etc." (CASTELLS & BARJA 1996 apud ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000, p.80).

Para a realização da Copa, como ilustração, foram gastos, em torno de 28 bilhões de reais, de acordo com a Controladoria-Geral da União (2015), para obras de infraestrutura. O Estado aportou aproximadamente com 89,23% do valor e a iniciativa privada ficou a cargo do restante. As maiores aplicações financeiras foram para aeroportos (34,6%), construção e reforma dos estádios (30,35%) e mobilidade urbana (24,28%). Para o Rio de Janeiro foram direcionados recursos da ordem de 2,256 bilhões de reais. (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2014).

As obras realizadas na cidade estão relacionadas, sobretudo, à construção do corredor de ônibus BRT¹ (Bus Rapid Transit) Transcarioca que interliga a Ilha do Governador (aeroporto) à Penha e à Barra, à reforma do estádio do Maracanã, ao projeto de reurbanização do entorno do Maracanã e ligação com a Quinta da Boa Vista à reformulação e modernização da estação multimodal do Maracanã.

No que tange à mobilidade urbana, sob a ótica da Engenharia, apenas olhando a estrutura física da intervenção, o BRT Transcarioca foi inovador, pois ligou o norte ao sul da cidade. Até então essa ligação da cidade seguia inexistente. O projeto, contribuiu para a diminuição do tempo gasto pelas pessoas no trânsito e para uma tentativa de integração das zonas da cidade. Por outro lado, a intervenção urbana provocou a remoção de 192 famílias na zona norte (COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2012). Para destacar essa contradição é fundamental que se descortine os interesses que estão por trás dessas ações já mencionadas no início do texto.

A fim de atender aos anseios da iniciativa privada de construir um estacionamento para o estádio do Maracanã, em torno de 700 famílias foram removidas de suas casas na favela Metrô-Mangueira. No entanto, a Copa terminou, a população local foi deslocada de suas casas e o discurso da justificativa das desapropriações das residências mudou para a criação de um pólo automotivo. Contudo, o local está abandonado pela Prefeitura. No que tange às intervenções de engenharia no entorno do estádio, foram construídos novas calçadas, ciclovias, iluminação e paisagismo.

¹ O Bus Rapid Transit ou Transporte Rápido por Ônibus (BRT), é uma faixa segregada para a circulação de transporte rodoviário tendo como objetivo o transporte por elevadas demandas em menos tempo de viagem.

Já em relação às Olimpíadas foram movimentados investimentos na ordem de 60 bilhões de reais. No que toca à mobilidade urbana foram previstos sistemas BRT nas principais áreas de circulação dos jogos olímpicos: Transoeste e Transolímpica. A Transoeste, inaugurada em 2012, liga Santa Cruz e Campo Grande até a Barra. A Transolímpica, que será inaugurada em 2016, ligará o Recreio dos Bandeirantes a Deodoro. A integração desses dois BRTs, além da Transcarioca, diminuirá o tempo de deslocamento da população que mora na zona oeste do Rio de Janeiro. Por outro lado, tais empreendimentos provocaram o deslocamento de mais de 600 pessoas.

As intervenções urbanas relacionadas aos megaeventos esportivos, mais especificamente à Copa do Mundo e às Olimpíadas, mais uma vez trouxeram em seu bojo a “reorganização” socioespacial, a partir da qual, áreas do circuito internacional são “alimentadas” por infraestrutura, muitas vezes já existentes, em detrimento dos locais com maiores demandas e necessidades. Segundo Vainer (2011 apud VAZ; GALIZA; SILVA, 2014, p. 11) “as formas de poder na cidade estão sendo redefinidas, conduzindo à instauração de uma cidade de exceção.” Assim, a segregação socioespacial é ampliada e reproduzida. Isso se dá porque os agentes produtores do espaço privilegiam áreas que possam ser exploradas pelo capital. Assim, áreas outrora pobres e desvalorizadas são revalorizadas. Ou seja, as intervenções são realizadas em locais que possam gerar lucro. É criado sentido, Harvey (2004, apud Castro 2012) explica que a acumulação por espoliação na qual bens são desvalorizados e revalorizados a partir dos interesses hegemônicos. São mecanismos criados pela iniciativa privada em associação com o Estado em que os agentes produtores do espaço obtêm vantagens de todo tipo em detrimento da população pobre. Há também a mais valia fundiária, a partir da qual o Estado cria infraestrutura em locais que necessitem dessa ação ou não, para que no futuro próximo a iniciativa privada se aproprie de tais áreas.

Todos esses mecanismos foram constatados para a realização dos jogos esportivos. Para a cidade formal, a cidade-empresa e a cidade-mercadoria são benéficas, ao menos em parte, pois trazem em seu bojo grande “desenvolvimento”. Há mais empregos, maiores investimentos em turismo, cultura e lazer. Todavia, para a cidade informal o problema social se mantém ou se agrava, pois a gestão empresarial privilegia apenas áreas onde existam possíveis mercados consumidores. A população com baixo poder aquisitivo é, então, excluída do processo, criando-se assim ainda mais pobreza. A população não é vista como cidadã, mas como consumidora.

Observa-se que ao invés da cidade alcançar um plano urbanístico com viés social, o Estado faz o contrário, pois busca se acomodar ao que é estabelecido pelos agentes econômicos. Sob essa ótica, os projetos de reorganização da urbe têm como foco colocar a cidade como centro transacional de serviços e de consumo. De acordo com Castro (2012), “os projetos de reestruturação urbana passam a estar relacionados aos circuitos internacionais de acumulação e a seus agentes, que buscam implementar projetos especulativos para as cidades.” Ou seja, na coalização público-privada, os riscos socioeconômicos são assumidos pelo Estado enquanto as benesses ficam com as empresas.

Em relação ao legado dos jogos esportivos, segundo Eduardo Paes (Informação verbal no noticiário do RJ TV) os equipamentos e infraestrutura urbana ficarão para a população. No entanto, de acordo com o Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2013), o real legado a ser deixado pelos megaeventos é o de uma cidade mais segregada. Por outro lado, há benefícios também, ainda que pontuais para o turismo.

É importante destacar que o Brasil conseguiu, ao menos em parte e sob a lógica mercadológica, atingir os objetivos que era expor sua imagem para o mundo. Atraiu mais de quatro milhões de turistas, sendo um milhão de estrangeiros e três milhões de brasileiros. Dinamizou a economia e criou empregos. Em contrapartida, violou os direitos à cidade quando realizou remoções arbitrárias, coibiu com truculência as manifestações sociais e contribuiu para o aumento da especulação imobiliária, favorecendo a valorização do uso do solo urbano.

2.3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS REMOÇÕES

No Brasil, entre os séculos XX e XXI, diversas remoções foram realizadas pelo Estado com o intuito de modernizar a cidade, o que foi realizado através de grandes obras públicas de mobilidade urbana. Entretanto, o que se verificou é que essas ações atingiram e atingem principalmente as populações carentes que estão nessas áreas. O interesse primordial é quase sempre o mesmo: liberar áreas, outrora pobres, para dar lugar a novos “empreendimentos” tais como: edifícios, casas, vias, ruas, etc. Pode-se depreender disso que o que permeia essas expulsões compulsórias é a busca pela acumulação de capital.

Na cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, a população era formada basicamente por escravos e poucos senhores brancos de acordo com Abreu (2008). Os pobres dividiam o mesmo espaço territorial que os ricos. O que diferia era a aparência das casas. Isso

se mantém até a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil quando os mais pobres são “expulsos” para a periferia do Centro.

Com o advento do trem e dos bondes, a cidade se espraia. São abertas novas áreas para a moradia na zona sul, reservadas para a população com maior poder aquisitivo e para os subúrbios vão pessoas pobres, mas com condições mínimas de custearem o deslocamento para o trabalho. Na periferia do Centro residiam os mais pobres que moravam em cortiços e bairros operários. A criação deste último estava relacionada com a preocupação do Estado pelos “[...] efeitos que a degradação das condições de habitação e salubridade poderiam causar na cidade como um todo [...]” ABREU (2008). Ou seja, havia o temor que a febre amarela, que assolava principalmente as habitações mais pobres se alastrasse para a cidade inteira deixando, assim, as indústrias sem mão de obra.

Sob essa ótica, a “higienização” urbana tornou-se eminente. Um caso emblemático foi a demolição, em 1893, a mando do Prefeito Barata Ribeiro do cortiço chamado vulgarmente de Cabeça de Porco. Lá viviam em torno de 4 mil pessoas. Acreditava-se que esse tipo de local era criadouro de doenças. Nas figuras 1 e 2 são apresentados os jornais da época que abordam o assunto das demolições dos cortiços no Centro do Rio de Janeiro.



Figura 1 – Jornal do Século - imagem da demolição do cortiço no Centro do RJ

Fonte: <http://www.jblog.com.br>.

Data de acesso: 30/04/2015



2 – Revista Ilustrada – sátira à demolição do cortiço Cabeça de Porco pelo Prefeito Barata

Fonte: <http://www.projetomemoria.art.br>.

Data de acesso: 30/04/201

A partir daí, já no século XX, no governo de Pereira Passos, o objetivo além de modernizar era de embelezar e fazer uma limpeza higiênica urbana, obras de saneamento e abertura de grandes avenidas foram realizadas. Em torno de 2.000 a 3.000 residências foram destruídas para dar lugar a Avenida principal do Centro da Cidade. De acordo com Abreu (2008), a Reforma Passos foi “uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital.” Assim, as remoções realizadas foram ainda maiores nesse período. Muitos trabalhadores pobres tiveram que “[...] pagar alugueis altos (devido à diminuição de oferta de habitações) ou mudar-se para os subúrbios.” (ABREU 2011). Destaca-se que nesse período, o Estado não impediu a ocupação dos morros, pois era importante ter uma reserva de mão de obra próxima ao trabalho. Além disso, a habitação construída pelo governo foi aquém da demanda.

No governo Carlos Sampaio (1920 a 1922) a intenção do governo foi de preparar a cidade para o 1º Centenário de Independência do Brasil. Nesta festividade, seria realizada uma grande exposição internacional cujos visitantes viriam de várias partes do mundo. Dessa forma, era imprescindível que a cidade fosse embelezada e tivesse uma aparência considerada moderna. O morro do Castelo, local de trabalhadores pobres, estava situado em área valorizada, de forma que, era imperioso que se corrigisse tal “distorção”. Para o Prefeito, o morro era anti-higiênico, pois impedia a circulação da brisa do mar na cidade e gerava insegurança para a população. Além disso, era necessário encontrar um local para o evento. Nesse contexto, ocorre o desmonte do morro do Castelo e o esvanecimento dos bairros do Castelo e da Misericórdia. Mais uma vez a população proletária é removida de suas casas, no entanto, de acordo com Vaz, Galiza, Silva, (2014) os 4200 proprietários dos imóveis foram indenizados. É possível observar na figura 3 a avenida Central e o morro do Castelo, e, na figura 4, o desmonte de parte do morro do Castelo, ocorrido em 1920.



Figura 3 – Demolição de parte do morro do Castelo em 1920.

Fonte: <http://extra.globo.com.br>. Data de acesso: em 30/04/2015



Figura 4 - Avenida Central e o morro do Castelo à esquerda da via.

Fonte: <http://extra.globo.com.br>. Data de acesso: em 30/04/2015

Com o passar do tempo, inúmeras melhorias de infraestrutura são construídas no Centro e na zona sul da cidade. Com isso o valor da terra sobe e não é interessante ter locais com tantas amenidades: mar, lagoa, vegetação, ocupadas por uma população que não poderia pagar por essas benesses. Além disso, os locais de moradia desses trabalhadores eram considerados sujos e anti-higiênicos. Sendo assim, o Estado com sua “mão de ferro”, faz inúmeras remoções em nome da higiene e do embelezamento estético na zona sul do Rio de Janeiro.

Já no governo de Vargas as remoções são realizadas através de processos jurídicos capitaneada pelos proprietários dos imóveis. Nessa época, a crise habitacional provocada pela alta demanda, aumento do preço dos aluguéis e falta de uma política habitacional, foi decisivo para Vargas congelar o valor dos aluguéis através do decreto-lei 1569-43. Como nesse período há uma diversidade de atividades para se investir e o negócio imobiliário passa a apresentar desvantagens para quem aluga residências, os proprietários passam a diversificar seus investimentos. Para isso, encontram uma brecha na lei e passam a expulsar os inquilinos das residências com o intuito de vendê-las para a iniciativa privada e imobiliária construir prédios.

Entre 1930 a 1964, a estratificação social se expande. A maior parte dos pobres residia nos subúrbios, a classe média morava na zona norte e na “antiga”² zona sul e os ricos na “nova” zona sul. Nesta última também moravam muitos trabalhadores pobres, mas nas favelas. De acordo com Abreu (2008), o espaço urbano no período supracitado foi o menos

² De acordo com Abreu (2008), os bairros que compunham a “antiga” zona sul: Botafogo, Catete, Laranjeiras, Flamengo. Já os bairros “novos”: Leblon, Ipanema e Gávea.

segregador. Isso não quer dizer que não houvesse remoções, até havia, mas em menor número. Os motivos pelos quais a população pobre continuava na zona sul foi para reservar mão de obra para o mercado. Ademais, era importante fazer eleitores cativos, portanto o apoio da classe trabalhadora era imprescindível.

Nesse período, as remoções e os despejos continuam a ser realizados, mas o que se destaca é o uso de procedimentos jurídicos. Outrossim, não apenas o Estado se utiliza desse instrumento, mas também a população pobre (VAZ; GALIZA; SILVA, 2014). Um caso emblemático foi a vitória obtida pelos moradores do morro de São Carlos, em torno de 5 mil pessoas ganhando na justiça o direito de permanecer em seu território. Outros favelados residentes não tiveram o mesmo direito sendo obrigados a se mudar do local.

No período da democracia liberal (1945 a 1964), as favelas passam a ser o centro do debate. Os favelados passam a se organizar de forma mais efetiva e a reivindicar seus direitos através de mobilizações, comícios, passeatas. A Câmara dos Vereadores foi o palco das reivindicações pelas melhorias urbanas nas favelas, e pelo fim das remoções. Apesar da luta ideológica, houve despejos, mas de forma localizada. Moradores da favela da Hípica, Av. Niemayer, Bairro Peixoto entre outros foram desalojados de suas casas (VAZ; GALIZA; SILVA, 2014) A motivação real do apoio pelos políticos aos favelados estava relacionada ao interesse por votos. É interessante notar que as remoções foram realizadas de forma seletiva pelo Estado. Se as áreas estivessem em locais aspirados pela iniciativa privada, com possibilidades reais de lucro, não haveria dúvidas que a população ali residente seria removida.

Já o governo de Juscelino Kubitschek (1960 a 1965), o foco foi o desenvolvimento da indústria de base e da infraestrutura. Para ele o Brasil resolveria os problemas sociais através da economia (ABREU, 2008). No entanto, a inflação corroeu o salário dos trabalhadores, além disso, o valor da terra aumentou demasiadamente e para piorar a situação, os incorporadores loteavam terrenos distantes para usar como reserva de valor fazendo com que a população pobre tivesse que procurar locais cada vez mais distantes para moradia. Logo está construído um cenário crítico para a questão habitacional. Na tentativa de remediar o problema, os trabalhadores ocuparam as favelas e as casas de cômodo (ABREU, 2008). Para se ter uma ideia, em 1950 havia um total de 169.305 habitantes nas favelas do Rio de Janeiro. Já em 1960, esse número sobe para 335.063 habitantes, ou seja, há um aumento de quase 100% da população favelada em uma década. Esse aumento se deve as migrações provocadas pela oferta no mercado de trabalho. Em relação a distribuição, em 1960, na Zona Leopoldina

havia 32% de favelas e 33% de moradores, Centro-Tijuca 18% de favelas e 23% de moradores, Zona Sul 22% de favelas e 23% de moradores, zona da Central 20% de favelas e 18% de moradores e na zona periférica do antigo Estado da Guanabara 8% de favelas e 6% de moradores (ABREU, 2008). Esses números podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição das favelas e habitantes por zonas

Localização	Favelas	Habitantes
Zona Leopoldina	32%	33%
Centro-Tijuca	18%	23%
Zona sul	22%	23%
Zona central	20%	18%
Zona periférica do antigo Estado da Guanabara	8%	6%

Fonte: ABREU, 2008.

Assim, são realizados constantemente remoções em diferentes áreas da cidade a fim de satisfazer os interesses da iniciativa privada em diversos setores como na indústria (favelas da zona norte), no turismo (favela do Pasmado – Copacabana). Esse contingente de trabalhadores procuram moradia em outras favelas, ou são deslocados para conjuntos habitacionais na zona oeste sem o mínimo de infraestrutura.

De 1962 a 1974, de acordo com Valladares (1978, apud VAZ; GALIZA; SILVA, 2014, p. 11), mais de 80 favelas foram removidas e em torno de 139.218 foram deslocadas para diversos conjuntos habitacionais como a Vila Kennedy e Quitungo. Já de 1970 a 2000, as remoções são “pausadas” e o que está *in voga* no final de 1990 é a urbanização de favelas. Nesse sentido é criado a projeto Favela Bairro que propunha melhorias em infraestrutura, regulamentação fundiária, serviço social.

No século XXI, as remoções voltam a ocorrer com bastante força no Rio de Janeiro. Esses despejos estão relacionados aos locais de interesse da iniciativa privada e do Estado para viabilizar os megaeventos que ocorreram ou irão acontecer no Brasil. Este será palco de espetáculos de cunho internacionais como os jogos Pan Americanos em 2007, Copa do Mundo em 2014, Olimpíadas em 2016 entre outros. Para que esses eventos sejam implementados, o discurso é de que é urgente que se faça melhorias urbanas através de obras. Sendo assim, mais uma vez diversos trabalhadores pobres foram e serão removidos sob a alegação que esses estão em área de risco, ou estão situados em locais por onde passarão vias, ou em áreas para a instalação de equipamentos esportivos. O que chama atenção é que as áreas estão localizadas em espaços de interesse do capital imobiliário: Barra, Recreio,

Jacarepaguá e Vargem Grande e não por acaso será privilegiado com a implantação de um BRT fazendo com que os terrenos dessas localidades aumentem de valor. Assim, muitas comunidades foram removidas de suas residências como pode ser visto no quadro abaixo.

continua

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
Largo do Campinho/ Campinho	1980	65	Totalmente removida	65	1ª fase BRT-Transcarioca – Barra a Penha
Rua Domingos Lopes (Madureira)	Sem informação	100	-	100	BRT Transcarioca
Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	-	27	BRT Transcarioca
Comunidade Vila das Torres (Madureira)	1960	300	Totalmente removida	300	Construção de parque municipal
Comunidade Arroio Pavuna/ Jacarepaguá	1938	-	28	28	Construção de viaduto / BRT Transcarioca
Restinga / Recreio	1994	150 (além de 34 pequenos)	Totalmente removida	150	BRT Transoeste – Barra da Tijuca a Santa Cruz
Vila Harmonia / Recreio	1911	118	2 famílias e 2 centros espíritas	120	BRT Transoeste
Vila Recreio II / Recreio	1996	235	Totalmente removida	235	BRT Transoeste
Vila Autódromo/ Jacarepaguá	1985	-	500	500	BRT Transcarioca e Transolímpica
Vila Azaleia – Curicica	1990	-	100	100	Desapropriação – Transolímpica
Vila Taboinha	1990	-	400	400	Reintegração de posse
Comunidade do Metrô-Mangureira	1980	350	350	700	Estacionamento para o estádio do Maracanã
Favela Belém-Belém / Pilares	1972	-	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenhão)
Favela Barreira do Vasco – São Cristovão	Sem informação	Em fase de estudos de projetos	Melhorar o acesso ao estádio São Januário	Favela Barreira do Vasco – São Cristovão	Sem informação
Ocupação Machado de Assis	Sem informação	-	150	Ocupação Machado de Assis	Sem informação
Ocupação Flor do Asfalto	2006	-	30	Ocupação Flor do Asfalto	Projeto Porto Maravilha - revitalização da zona portuária
Rua do Livramento e Adjacências	Sem informação	-	400	Rua do Livramento e Adjacências	Sem informação
Ocupação Boa Vista	1998	35	-	Ocupação Boa Vista	Projeto Porto Maravilha - revitalização da zona portuária

Quadro 2 – Síntese do conjunto de famílias removidas por comunidades
 Fonte: Comitê Popular Da Copa E Das Olimpíadas Do Rio De Janeiro, 2014

Conclusão

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
Morro da Providência	1897	-	835	835	Implantação de teleférico e plano inclinado; área de risco
Comunidade Tabajaras (Estradinha)	1986	120	230	350	A Prefeitura alega que a área é de risco
Comunidade do Pavão – Pavãozinho	1930	300	-	300	A Prefeitura alega que a área é de risco
Ocupação Aldeia Maracanã	2006	-	20	-	Inclusão dessa área na privatização do estádio do Maracanã
Favela do Sambódromo	Sem informação	60	Totalmente removida	60	Alargamento do Sambódromo para os jogos olímpicos
Favela Barreira do Vasco – São Cristovão	Sem informação	Em fase de estudos de projetos	Melhorar o acesso ao estádio São Januário	Fav.Barreira do Vasco – São Cristovão	Sem informação
Total	-	1860	5325	7185	-

Quadro 2 – Síntese do conjunto de famílias removidas por comunidades
 Fonte: Comitê Popular Da Copa E Das Olimpíadas Do Rio De Janeiro, 2014

O quadro mostra o quanto a remoção dos trabalhadores pobres está relacionada com o interesse do capital nas áreas por eles ocupadas e a forma como o Estado é viabilizador dessas ações. Por outro lado, é importante mencionar que em alguns casos as obras são de fato necessárias, como no caso da mobilidade urbana, porém, o problema em questão, se refere aos que acabam arcando com o ônus.

2.4 BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Na República Velha (1889-1930), a habitação era de competência da iniciativa privada. O governo não realizava interferência direta em tal questão, encenando papel “apenas” de avalista e representante dos interesses de grupos agroexportadores. De acordo com Rolnik (1981, apud BONDUKI, 1994, P. 712) a atuação do Estado se resumia à fiscalização sanitária, nos casos mais graves de insalubridade, por meio do apoio da Polícia Militar, e à concessão de isenções fiscais aos proprietários de imóveis.

Com o fim da 1ª Guerra Mundial, muitos imigrantes vieram para o Brasil, mais precisamente para a região sudeste. O déficit de moradia começou a se avolumar acirradamente, já que, a essa migração, precedeu a vinda de grande contingente de ex-

escravos para as cidades. A fim de atender à demanda, o governo estimulou por meio de incentivos fiscais às empresas, a construção de habitações. Como nesse período a economia brasileira se centrava, sobretudo em atividades agroexportadoras, investir em habitação, setor ainda embrionário do ponto de vista comercial, era, possivelmente, excelente fonte de renda. Em São Paulo, por exemplo, de 1886 a 1920, a população multiplicou 6 vezes, de acordo com estudos de Bonduki (1994), o que reforça o potencial de lucro em eventual investimento habitacional à época.

Já na República Nova, com Getúlio Vargas (1930-1945), o contexto habitacional mudou radicalmente. Vargas tinha como objetivo político criar uma cidade urbano-industrial, para isso, era fundamental que o espaço urbano tivesse mão de obra farta. Era, nesse sentido, necessário construir moradias baratas e regulamentar a questão da habitação para a classe trabalhadora, já que um dos maiores problemas desse setor era o valor dos aluguéis que oscilava de acordo com a demanda e a oferta. Para minimizar essa pressão sobre os trabalhadores, Vargas congelou o preço dos aluguéis. Além dessa medida, o Estado passou a construir moradias subsidiadas e a vender lotes à prestação.

Em 1930, foi criado o Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs) cuja finalidade relacionou-se à estruturação do setor previdenciário do país. No âmbito dos IAPs, foram criadas as carteiras prediais, cujos investimentos no primeiro momento foram idealizados para as habitações sociais. No entanto, como não eram vantajosos economicamente, sua atuação se direcionou para o mercado imobiliário em especial no que concerne às demandas dos setores sociais de mais renda, de acordo com Bonduki (1994). No período supracitado, foi iniciada a construção de conjuntos habitacionais em larga escala. De acordo com Farah (1983, apud ALMEIDA, 2009, p. 3) entre 1937 a 1964, 125.000 imóveis foram construídos em todo o Brasil, excetuando-se os apartamentos financiados para a classe média e alta. Isso representa algo em torno de 4% do total de habitações urbanas no final da década de 1950 (ALMEIDA, 2007).

Para tentar minimizar o déficit habitacional, em 1942 foi instituída a Fundação Casa Popular. O escopo dessa entidade era enorme: ia desde a implantação de habitações de interesse social à pesquisa de materiais de construção. O fundo para viabilizar os objetivos da Fundação seria oriundo dos IAPs. No entanto, os conflitos entre diferentes setores acabaram por enfraquecer a Fundação. Embora esta não tenha atingido os objetivos propostos, as diretrizes do projeto de habitação debatidas na fundação serviram como sementes para o nascimento da futura política habitacional brasileira. Ainda assim, no tempo em que a

instituição esteve em funcionamento, aproximadamente 16.970 moradias foram construídas. Indubitavelmente, o número era muito aquém da necessidade da população. O quadro 3 mostra o número de moradias construídas por instituição, apenas na esfera federal.

IAP's	Casa Popular	Total
124.025	16.964	140.989

Quadro 3- Número de moradias construídas por instituição
Fonte: (BONDUKI, 1994)

É importante mencionar que as moradias construídas para a população de baixa renda pelos IAPs e FCP localizavam-se em sua maior parte nas periferias das cidades. Geralmente, os imóveis não tinham saneamento básico, energia e nem acesso direto a diversos equipamentos públicos como escola, hospital nas suas proximidades (ALMEIDA, 2007), salvo algumas exceções. Por outro lado, segundo Bonduki (1994), a arquitetura das habitações mais precisamente relacionadas aos IAPs foi inovadora nos quesitos de desenho do projeto e organização urbanística: apartamentos padronizados com pavimentos acima de 5 andares; unidades amplas e bem detalhadas. Um exemplo é o conjunto habitacional inaugurado em 1942, em Santo André, São Paulo que pode ser observado na figura 5. É válido destacar que essas construções foram referências para a época. Atualmente, entretanto, elas são muito criticadas, justamente pela arquitetura que apresentam: construções homogêneas de grande escala, número alto de pavimentos e apartamentos, entre outros pontos críticos.



Figura 5 – Conjunto habitacional em Santo André – São Paulo
Fonte: <https://santoandrememoria.wordpress.com.br> Data de acesso: 12/06/2015

Infelizmente, a Fundação Casa Popular não obteve êxito no combate ao déficit habitacional, devido principalmente à falta de recursos financeiros. É importante mencionar que não havia muito interesse das empresas imobiliárias em ter um órgão centralizador quanto a esse tema, pois havia receio de que a própria iniciativa privada perdesse o espaço no setor imobiliário. Por outro lado, em relação às décadas de 1930/1940, Bonduki (1994) apresenta que os incorporadores não tinham tanto interesse em construir habitações para baixa renda. Isso se deve à diversidade de investimentos que poderiam ser realizados com melhor retorno financeiro. O Estado responde, então, às pressões de tal cenário ao financiar a construção de habitação popular, mas com muita dificuldade, devido aos obstáculos oferecidos pelas diferentes forças de interesses do setor.

Em relação aos IAPs não poderia ter sido diferente. Embora o quantitativo de residências para a época pudesse ter a sua importância, a instituição não conseguiu manter os investimentos em habitação social, fosse porque os investimentos nessa área não davam retorno, fosse porque o foco dos IAPs era especificamente relacionado à previdência. Assim, em 1964, os IAP's e a FCP fecham suas portas.

O Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, no início do regime militar, nasceu com o objetivo de estimular a economia através da construção de habitações, principalmente para a baixa renda, por meio da iniciativa privada.

O BNH foi um marco na história da política habitacional do país, pois foi inovador no que tange à criação de um sistema de financiamento, programas centralizados e redistribuição de recursos em nível regional e a criação de agências estaduais (Política Nacional de Habitação – PlanHab, 2004).

Para captar recursos, foi criado o Sistema de Financiamento Habitacional (SFH), o qual servia de base para a captação de dinheiro advindo do FGTS e o SBPE. De forma resumida, os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) eram direcionados às construções de habitação de interesse social e os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) eram encaminhados ao financiamento da casa própria para as classes média e alta. Os recursos eram destinados tão somente, importa revelar, à compra de novas residências. Essa era uma das formas encontradas pelo Estado para dinamizar a economia através da construção civil. Como o subsídio governamental era designado a todas as faixas de renda, quem mais se beneficiou foi a população das classes média e alta (MEDEIROS, 2013).

O BNH também atuou na área de infraestrutura, especificamente no que concernia à água, ao esgoto e ao transporte. Isso se deveu à pressão contínua exercida pelos moradores dos conjuntos habitacionais e pela crítica da opinião pública ao constatar que as residências estavam situadas em áreas sem saneamento básico e distante dos locais de trabalho dos moradores. Por um lado, foi de extrema importância que o BNH direcionasse seus investimentos para a infraestrutura urbana, já que à época não havia um órgão responsável por tal questão. Sabe-se que a moradia não é o único espaço de abrigo do cidadão. Também a estrutura de equipamentos públicos e privados que se situam no entorno da habitação possibilita à população melhor qualidade de vida. Por outro lado, os recursos já contingenciados para a habitação de baixa renda pioraram com a adoção de outras responsabilidades por parte do BNH. Não houve um plano macroestrutural de desenvolvimento habitacional coligado à infraestrutura urbana. Mais uma vez, como se notou na história brasileira recente, a iniciativa privada ficou responsável pela execução da infraestrutura urbana, privilegiando, sobretudo a população de maior poder aquisitivo.

Sendo assim, a questão social é mais uma vez relegada a segundo plano face aos interesses redutores do capital. A segregação socioespacial foi ampliada pelas ações excludentes da iniciativa privada e legitimada pela omissão, descaso e falta de planejamento do Estado, ainda que ressaltemos mínimas ações de interesse público. O BNH privilegiou a classe média e alta nas construções de habitações e também em infraestrutura deixando à margem a população menos favorecida.

2.4.1 O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)

Após o fim do BNH, em 1986, há uma deficiência institucional no que tange à política habitacional brasileira. Há clara descontinuidade entre os planos e programas relacionados ao tema. A implantação de projetos ocorre de forma pontual, ora pela iniciativa privada, ora pelos governos locais. Nota-se que a forma centralizada de ordenamento da política de habitação gerenciada a priori pelo governo federal e posta em execução pelo Estado através das COHABs deixa de existir. O poder municipal é quem passa a atuar nesse setor, de forma pontual, com uma equipe técnica e uma área administrativa eficiente e com bom nível de articulação com a sociedade (CARDOSO, ARAGÃO e ARAUJO, 2011).

Em 2003, é criado o Ministério das Cidades e com ele todo um aparato para focar na questão urbano-habitacional. A preocupação não é apenas com a moradia, enquanto mero

local de abrigo, mas também com todo o aparato social inerente à vida com qualidade na cidade.

A Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade. (BRASIL, 2005)

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) do Governo Federal, instituído pela Lei 11.977/2009 na primeira etapa e na segunda etapa pela Lei 12.424/2011, tem como objetivo o incentivo à “produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00”. De acordo com Cardoso, Aragão e Araújo (2011), o objetivo precípua do programa foi o de dinamizar a economia através da construção civil. Além disso, o programa tinha como meta a diminuição do déficit habitacional brasileiro, agindo, sobretudo, em função das famílias que recebiam até 10 salários mínimos (SM).

O programa apresenta três faixas de renda de atendimento às famílias: 1ª- até R\$ 1600,00; 2ª – até R\$ 3275,00 e 3ª – até R\$ 4650,00 mil reais. Na etapa 2 do programa (2011-2014), o que mudou foi a renda máxima da família, a qual passou a R\$ 5000,00. A faixa 1 tem imóveis quase que totalmente subsidiados. Para a faixa 2, os subsídios são moderados. O aporte de custeio para as famílias que ganham até R\$ 3275,00 se deve, principalmente, em virtude da tentativa de se criar um mercado consumidor para o setor imobiliário e dinamizá-lo. Sob essa ótica, o FGHab corrobora ao fato de que o fundo garante o pagamento do imóvel, mesmo em caso de falta de pagamento pelo beneficiário, ou seja, quem nunca deixa de assegurar sua margem de lucro é a iniciativa privada.

As famílias que se enquadram na faixa 1 pagam até 5% da renda mensal com prestação mínima de R\$ 25,00, não pagam taxa de juros, têm até 120 meses para quitar o imóvel e não precisam pagar o Fundo Garantidor de Habitação (FGHab). Nas 2ª e 3ª faixas, as famílias pagam 5%, 6% e 8,16% de juros, dependendo da renda, têm até 360 meses para quitar a moradia e se assim desejarem, podem optar pelo FGHab. Seguem os dados apresentados na tabela

Tabela 2 – Regra de pagamento para faixas de renda do MCMV

Faixas	Taxa de juros	Prestações	Prazo
1- até R\$ 1600,00	Não há	Até 5% da renda mensal	120 meses
2 – até R\$ 3275,00	De 5% a 8,16% + TR	Até 30% da renda mensal	360 meses
3 – até R\$ 5mil reais	De 5% a 8,16% + TR	Até 30% da renda mensal	360 meses

Fonte: Caixa Econômica Federal. Data de acesso: 13/05/2015.

De acordo com a portaria 610/2011, a diretriz que trata dos critérios de seleção de candidatos ao MCMV, prioriza a) famílias residentes em área de risco ou insalubres que tenham sido desabrigadas, b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e c) famílias que façam parte pessoas com deficiência.

No que tange às unidades habitacionais, constituem-se em casas de térreo ou apartamentos. Todas as moradias possuem dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço. A metragem das habitações varia de 36 m² para casa térrea a 39 m² para apartamentos. Cabe destacar que não foi considerado o tamanho das famílias, a cultura e nem a dimensão das casas em que moravam anteriormente como base para o projeto habitacional governamental. De acordo com Cardoso, Aragão e Araújo (2011), ao se construir o programa MCMV, não foi considerada a diversidade das necessidades dos atores sociais. Isso se deve, em parte, às diretrizes do Programa que determina a minimização dos custos relacionados à manutenção dos imóveis. Por um lado, essas orientações possuem coerência, até porque, segundo inúmeras pesquisas acadêmicas, e noticiários de jornais, boa parte dos moradores não consegue arcar com as taxas de condomínio, água e luz, tendo de muitas vezes vender seus imóveis. Em contrapartida, a homogeneização dos equipamentos habitacionais provoca um déficit na qualidade de vida. No entanto, a questão ora revelada é muito mais profunda e tem convergência, sobretudo, com a maximização dos lucros pela iniciativa privada.

Em relação à contratação do MCMV, há duas modalidades de acordo no programa: uma direcionada à pessoa jurídica e outra, à pessoa física. Em relação à empresa, a contratação envolve negociação creditícia. Por via desse modelo, os recursos são oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O que determina a origem do recurso é a escolha da faixa de renda que será atendida. Em relação à pessoa física, a contratação de financiamento é realizada diretamente na CEF.

Para atender às famílias da faixa 1, os recursos advêm do FAR. Nesse caso, as famílias são cadastradas pela Prefeitura e sorteadas para, por ventura, obter a moradia. Caso as famílias façam parte de associações, cooperativas ou entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, os recursos são oriundos do FDS. As famílias da faixa 2 e 3 tem seu financiamento realizado através do FGTS. No caso dos reassentamentos, a Portaria do Ministério das Cidades nº 610 de 26/12/11, que regula a distribuição das unidades habitacionais da faixa 1, apresenta que no máximo 50% dos imóveis contratados podem ser destinados a

reassentamentos. De acordo com Cardoso e Lago (2015), o município do Rio de Janeiro já teria destinado mais de 90% dos imóveis para esse fim.

A operacionalização do MCMV se dá através do encaminhamento de cadastros e documentos pela Prefeitura e da Empresa construtora para a Caixa Econômica Federal (CEF). A prioridade das contratações é para projetos que apresentem, sumariamente, os seguintes requisitos: maior contrapartida financeira; menor valor de aquisição das unidades habitacionais; existência prévia de infraestrutura (água, esgoto e energia); existência prévia de equipamentos sociais e projetos que apresentem grande contingente populacional devido a empreendimentos de grande porte e projetos destinados a atender situação de emergência ou calamidade pública (CEF15).

Constata-se que nem sempre as contratações de projetos seguem a legislação federal e as recomendações da CEF principalmente no que tange ao acesso à infraestrutura e equipamentos públicos.

Historicamente, os reassentamentos são implantados nas periferias das cidades, em locais de difícil acesso, com baixa oferta de equipamentos e serviços urbanos. Nessas áreas o preço da terra é mais baixo por estar situado, quase sempre, distante da malha urbana central e também pela região não apresentar infraestrutura urbana consolidada. Assim, destaca-se que muitas famílias que foram realocadas para os condomínios Rio Bonito, em Cosmos, na zona oeste do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, têm de percorrer 16,5 km para ter acesso a hospital. Há outros casos relatados como a falta de escolas e mercados nas proximidades dos condomínios em Paciência e Santa Cruz, também no estado do Rio de Janeiro.

Observa-se que esse tipo de problema é histórico e ocorre com frequência no Brasil inteiro. A periferização está relacionada a diversos e complexos fatores, dentre eles, a grande distância das áreas aspiradas pelas construtoras, a ausência de infraestrutura, a distância da região metropolitana são os mais destacados. As terras urbanizadas nas grandes cidades são escassas e caras por terem maior centralidade.

Segundo Cardoso (2011), “na ausência de políticas de controle da especulação e cumprimento da função social da propriedade, a tendência é que o preço da terra aumente na proporção em que cresce a demanda” Assim, as construtoras buscam os locais periféricos como forma de maximizar o lucro, porém, tal medida se contrapõe frontalmente às necessidades da população:

Como o objetivo das empresas é necessariamente o de ampliar seus lucros, e os preços finais estão predeterminados pelos tetos de financiamentos, os ganhos com a produção habitacional poderão ser realizados a partir de duas possibilidades não excludentes: pela redução do custo de construção ou pela redução do preço da terra, dois tipos de lucratividade de natureza diferenciada. (CARDOSO, 2011, p.7)

Para tentar evitar a periferização, o Ministério das Cidades prioriza Estados e municípios que tenham doado terrenos urbanizados para o MCMV (RODRIGUES e MARQUES, 2013). Entretanto, não há um instrumento legal determinando essa recomendação. Além disso, as atuações do Estado e dos municípios são relegadas a segundo plano no que tange à política habitacional relacionada ao Programa. O mercado é quem decide a localização e a qualidade das habitações e, por muitas vezes, parece apontar as tomadas de decisão na área habitacional.

Em relação ao papel das Prefeituras no âmbito do MCMV, nota-se fornecimento de incentivos fiscais às empresas e, em alguns casos, flexibilização da legislação urbanística. No caso do Rio de Janeiro, para encorajar a produção habitacional a Prefeitura isentou do Imposto sobre Serviços (ISS) e do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) os empreendimentos destinados a famílias que ganham até seis salários mínimos. Também reduziu em 50% na cobrança destes impostos para empreendimentos destinados a famílias com renda entre seis e dez salários mínimos.

O programa estabeleceu limites para as unidades e conjuntos habitacionais construídos, a fim de evitar os grandes “desertos” de conjuntos habitacionais. São 500 unidades por empreendimento. Caso fossem condomínios, esse número cairia para 300 unidades. Todavia, em alguns estados, as regras não têm sido muito eficazes pois as construtoras têm comprado terrenos contíguos. É relevante dizer que esse mecanismo está atrelado a maximização do lucro pois a compra de terrenos amplos possibilita a construção de maior quantidade de habitações e a padronização dos empreendimentos. Diminui-se o custo e o tempo e gera-se lucro maior (CARDOSO 2011).

Outra questão se refere a qualidade dos imóveis. Inúmeras pesquisas realizadas por universidades mostram que condomínios do programa apresentam problemas estruturais nos prédios como rachaduras, infiltrações, inadequação na drenagem e no esgotamento sanitário. Não há uma fiscalização efetiva, embora a CEF tenha criado o programa De Olho na Qualidade em 2014, com a finalidade de monitorar obras do MCMV.

Embora haja muitas críticas ao MCMV, o programa foi inovador no que tange à ordem de recursos destinados a uma política habitacional. O governo Lula-Dilma alocou na primeira fase do MCMV, 34 bilhões de reais, sendo que 16 bilhões em subsídios. Os recursos

foram transferidos do Orçamento Geral da União (OGU) e do FGTS. Para a 2ª etapa, foram anunciados recursos da ordem de 125,7 bilhões de reais, sendo 72,5 bilhões em subsídios e 53,1 bilhões em financiamentos. É a primeira vez que a política habitacional recebe quantias tão elevadas para o combate ao déficit habitacional. Na tabela 3 é possível observar o déficit habitacional no período entre 2007 e 2012, na tabela 4 o déficit habitacional de acordo com o rendimento domiciliar por regiões geográficas e na tabela 5 as projeções da demanda habitacional por faixa de renda.

Tabela 3 – Déficit habitacional

Brasil	
Ano	Valores absolutos
2009	5.998.909
2010	6.940.691
2011	5.581.968
2012	5.430.562

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2012, 2013, 2014

Tabela 4 - Composição do déficit habitacional urbano por classe de rendimento domiciliar segundo regiões geográficas, unidades da Federação e total das regiões metropolitanas - Brasil

Classes de rendimento domiciliar (salário mínimo)						
Ano	Sem rendimento	0 a 3 sm	3 a 5 sm	5 a 10 sm	10 ou mais	Total (%)
2010	3,9	62,7	14,5	13,1	5,8	100
2011	-	81	11	5,9	2,1	100
2012	-	82,5	10,1	5,6	1,81	100

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013, 2014.

Tabela 5 – Projeção da demanda habitacional para famílias por faixas de renda familiar – 2007 a 2023

Faixas de renda (R\$)	Número de famílias
Até 400	3.801.769
De 400 a 500	2.117.518
De 500 a 600	788.592
De 600 a 700	1.784.770
De 700 a 800	2.640.873
De 800 a 1000	3.267.305
De 1000 a 1200	2.415.172
De 1200 a 1400	1.897.895
De 1400 a 1600	719.353
De 1600 a 200	2.268.661
De 2000 a 4000	3.503.219
Mais de 4000	1.783.229
Total	26.988.353

Fonte: Consórcio Instituto Via Pública, LabHab-Fupam, Logos Engenharia 2009, apud Ministério das Cidades 2009. (Adaptada pela autora)

Ainda que um dos objetivos seja de dinamizar a economia, e isso é válido e importante, em torno de 1 milhão de pessoas conseguiram adquirir moradia na etapa 1 do programa. Para a fase 2 foram contratadas mais de 1.800,000 milhões moradias. Para um país com déficit no período entre 2011-2012, de 5, 500 milhões de unidades habitacionais (FJP, 2014), é um impacto relevante o quantitativo alcançado. Embora, em termos de qualidade, muitas moradias estejam aquém do satisfatório. Na tabela 6 é apresentado as metas e unidades contratadas pelo MCMV.

Tabela 6 – Metas e unidades contratadas do MCMV - Brasil

MCMV I	Meta	%	Quantidade unidades contratadas até 31/12/2010	Unidades contratadas/Meta
	1.000.000	100	1.005.128	100%
MCMV II	Meta	%	Quantidade unidades contratadas até 30/08/2013	Unidades contratadas/Meta
	2.060.000	100	1.897.736	92,1%

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2015.

2.5 A INFRAESTRUTURA URBANA

A infraestrutura urbana é um conjunto de sistemas técnicos de redes de equipamentos e redes de serviços construídos para atender às necessidades da população (NETO e ZMITROVICZ, 1997). Os equipamentos são as construções físicas e correspondem ao suporte físico, os serviços correspondem à gestão, operação, tudo que se refere ao suporte administrativo (ABIKO, 2012)

Assim, para o pleno desenvolvimento da cidade a infraestrutura atende a três aspectos da cidade: social, econômico e institucional. Ou seja, ela deve propiciar qualidade de vida relacionada à habitação, lazer, educação entre outros. Em relação à dimensão econômica, deve assegurar o avanço da produtividade de bens e serviços e no que tange ao aspecto institucional, viabilizar as atividades político-administrativas (NETO e ZMITROVICZ, 1997).

No Brasil, antes de 1960, a infraestrutura era provida pela a administração direta, ou seja, os órgãos do próprio Estado prestavam serviços públicos à população. Entre a década de 60 a 80, há uma mudança nesse arranjo e são criados sistemas nacionais nas quais as empresas de capital misto são as executoras da infraestrutura. É importante mencionar que nessas organizações o Estado tem a maior parte das ações. É de sua responsabilidade também as funções de regulação e controle. Nesse período, a produção de serviços de infraestrutura aumenta devido principalmente à diminuição dos procedimentos burocráticos inerentes a administração pública (STRAUTMAN, 2007)

Assim, o sistema nacional de telecomunicações (Telebrás e Embratel) e energia (Eletrobrás) deram um salto. O crescimento médio de oferta per capita do setor de telecomunicações entre a década de 1940 a 1950 era multiplicada por 1,4 e 1,6. Entre a década de 1980 a 1990, esse número sobe para 2,9. Em relação à energia, entre 1940 a 1950, a potencia instalada per capita era multiplicado por 1,2. Entre 1980 a 1990, esse número sobre para 1,9 a cada dez anos (SILVA, 2004 apud STRAUTMAN, 2007)

Também se viu essa evolução no setor de saneamento. Este era gerido de forma descoordenada por órgãos municipais, estaduais e federais antes de 1970. Após esse período, é criado, em 1971, o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) como forma de organizar o setor tendo como gerenciador além do Estado, o BNH. As companhias estaduais não eram empresas de porte nacional como as do setor de telecomunicações e energia.

É relevante mostrar que na década de 60 a 70, apenas 26,7 milhões de brasileiros eram abastecidos de água e 10,1 milhões servidos pela rede de esgoto. Esses números equivalem a 50,4% e 20% da população urbana respectivamente. Após esse período, em 1985, de acordo com o IBGE, 82,8 milhões de brasileiros, isto é, 87% da população tinham abastecimento de água. De acordo com (RAIMUNDO e NETO, 2011), localização específica de concentrações privilegiadas de quantidade e qualidade de serviços no espaço urbano define quem são e onde ficam os incluídos na cidade moderna.

A transição da administração direta para as empresas estatais de capital misto foi benéfico para a população no que tange ao aumento da oferta de bens e serviços de infraestrutura. No entanto, essa alteração de gestão contribuiu para a lógica de mercado, na qual a busca pelo lucro faz com que áreas pobres sejam excluídas. As companhias estatais passaram a ter grande destaque no setor. Na prática, essas empresas passam a se comportar como controladoras, ou seja, ter supremacia nas deliberações da empresa e a debilitar a função dos reguladores (STRAUTMAN, 2007). No âmbito legal, a administração pública tem papel de regulador de todas as atividades a ela subordinadas.

É relevante destacar que no período supracitado não houve integração das políticas públicas dos diferentes setores. Cada área realizou seus projetos de forma autônoma e segundo a lógica privada. Assim, de acordo com Kleiman (2002, apud STRAUTMAN, 2007), a região metropolitana do Rio de Janeiro, entre 1975 e 1990, a população com maior poder aquisitivo recebeu 50,52% de abastecimento de água e a população pobre 40,4%. Em relação a esgoto, os ricos receberam 64,21% e os pobres 6,32%.

Na década de 1980, com a crise fiscal instalada no Brasil e a necessidade de fazer os ajustes fiscais impostos pelo FMI, os sistemas nacionais de infraestrutura que precisavam de pesados investimentos são reorganizados em pequenos sistemas autossustentáveis. Assim, as concessionárias estatais são privatizadas com o discurso de que eram ineficientes e custavam muito. Então de 1990 a 2000, há um aumento de oferta de infraestrutura na cidade. O abastecimento de água subiu de 90,53% em 1991 para 96,17% em 2000, e de esgoto de 70,1% para 86,6% de rede geral de esgoto na área metropolitana. Nas áreas mais pobres, por incrível que pareça, os investimentos foram maior do que nas áreas nobres segundo Kleiman (2002, apud STRAUTMAN, 2007). As áreas mais pobres, em 1990, receberam 66,55% dos recursos em abastecimento de água e 18,04% em esgoto.

É sabido que o custo da infraestrutura e de sua manutenção exigem vultosos investimentos. Também é notório que a presença ou ausência de infraestrutura favorece ou

limita o desenvolvimento econômico de um território. Concomitantemente, a existência dela gera concentração socioespacial e a carência, desigualdade socioespacial. Então para definir uma região para implantar infraestrutura é necessário que se considere essas variáveis de forma equilibrada, embora sabendo que o objetivo do “serviço” seja o retorno financeiro.

De acordo com (IPEA, 2010), a implantação de infraestrutura segue diretrizes econômico-financeiras e se estabelece em áreas dinâmicas, em locais em que ela já ainda que precariamente e que seja alvo de investimentos públicos ou privados. Ou seja, com essa ação, os efeitos multiplicadores acarretados pela infraestrutura se ampliam e geram concentração socioespacial.

Sob esse aspecto, é interessante mostrar os custos incidentes para a implantação da infraestrutura que podem ser visualizados na tabela 7. De acordo com Mascaró (1979), os custos das redes de equipamentos estão relacionados principalmente com o tipo de traçado viário adotado - quanto maior a extensão da via, mais caro é o preço do pavimento - e, no que concerne à densidade habitacional, quanto maior ela é, menor será o custo por habitação atendida. A explicação se dá pelo fato de que o aumento da população atendida na mesma área gera um acréscimo pequeno no valor global da rede.

Tabela 7 – Custo das redes de infraestrutura

Rede	Incidência nos custos (%)
Água	4,1
Esgoto	20,2
Drenagem	16,5
Pavimentação	47,1
Energia elétrica e iluminação	12,1
Total	100

Fonte: MASCARÓ, 1979 apud ABIKO, 2003.

O custo da pavimentação é quase a soma de todas as outras redes. Por isso é tão importante o desenho do traçado urbano ser eficiente e otimizado. Outro ponto importante ainda em referência ao pavimento é que ele deve ser realizado após a implantação das redes de equipamentos e não antes, caso contrário haverá um acréscimo de 30% a 40% relativo a destruição e construção das vias. Além disso, o custo será aumentado em até 25% em áreas com baixas densidades e pequena áreas, e o custo será maior em locais de alta densidade e terrenos maiores.

Assim, é possível entender, ao menos em parte, no que diz respeito ao retorno financeiro, o motivo do baixo investimento em infraestrutura em lugares distantes e pobres e até mesmo na urbanização de favelas. Contudo, a ausência ou a baixa qualidade dos equipamentos e serviços ofertados repercute na saúde e bem estar da população. Assim, a economia que o Estado faz ao não executar as obras necessárias à população, é revertida em gastos com saúde, previdência. A segregação socioespacial se dá através do oferecimento diferenciado da infraestrutura social.

A infraestrutura tem cinco subsistemas, são eles: viário, drenagem pluvial, abastecimento de água, esgoto sanitário e energético. Cada subsistema interfere no outro, por isso é tão importante que eles sejam projetados de forma conjunta. Entretanto, na maioria dos casos isso não acontece devido a ausência de um planejamento urbano integrado, na qual os órgãos relacionados a cada área sejam articulados. Outro problema é a ausência do cadastro geral com as localizações das redes de equipamentos no espaço urbano. Em decorrência, há um sobrevalor das obras e operações desses subsistemas além da poluição visual correlacionada a sobreposições de diferentes redes de telefonia, energia, por exemplo.

CAPÍTULO 3

3. A COMUNIDADE METRÔ-MANGUEIRA

Este capítulo tem como foco o objeto desse estudo: as famílias da comunidade Metrô-Mangueira. Primeiramente haverá uma contextualização, na qual temas como localização, histórico da favela e do reassentamento, bem como as características dos condomínios serão apresentados. Após a primeira etapa, com o intuito de verificar o acesso aos serviços e equipamentos urbanos na favela, serão expostos os dados de abastecimento de água e energia, rede de esgoto e coleta de lixo, oriundos do censo de 2010 do IBGE. A mobilidade urbana também será tratada, mas com os dados colhidos nas entrevistas junto às famílias, pois não há no IBGE estudos acerca de deslocamentos pendulares relacionados a aglomerados subnormais. Na terceira etapa, são analisados os dados relacionados ao acesso a infraestrutura urbana nos condomínios do MCMV. O objetivo é verificar se a qualidade de vida, no que tange ao acesso a esses serviços, obteve melhora após o reassentamento.

3.1. LOCALIZAÇÃO E SURGIMENTO DA FAVELA

A favela Metrô-Mangueira está situada na zona norte do norte do Rio de Janeiro como pode ser observada na figura 6. Fica localizada ao lado da via férrea, próxima ao Estádio do Maracanã e da Universidade do Estado do Rio e Janeiro (UERJ). A comunidade analisada, com nome homônimo à favela a qual faz beirada, existe há 40 anos (DHESCA, 2011). Lá viviam aproximadamente 667 famílias, a maior parte proveniente do Nordeste brasileiro. Grande parte das famílias veio para o Rio de Janeiro, aproximadamente no ano de 1980, trabalhar na expansão das obras do Metrô-Rio. A empresa disponibilizou alojamentos para os trabalhadores naquela localidade. Com o fim das obras e a necessidade de morar próximo ao trabalho, essa população acabou se estabelecendo no local, uma vez que o salário não era suficiente para cobrir custos de aluguel de moradia naquela região. Esse grupo, esquecido pelo poder público até então, viveu 35 anos no referido local, o qual destaque-se, oferece poucos meios de vida por não haver infraestrutura adequada à moradia. Entretanto, com a intenção de transformar a área em um estacionamento para os jogos da Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, como acesso ao estádio do Maracanã, a Prefeitura do Rio de Janeiro resolveu remover tal comunidade com o objetivo de dar novo uso a área. Essa era a ideia inicial da Prefeitura. Entretanto, atualmente, tal área será convertida em Pólo Automotivo Mangueira com comércios e serviços para o setor. Na realidade a favela já era

um local de convergência para o público com problemas em automotores. Ou seja, o que parece mais uma vez ocorrer e estar in voga é a expansão do capital, alicerçada, nesse caso, nos investimentos para a Copa e as Olimpíadas.



Figura 6 - Localização da favela Metrô-Mangueira (destaque polígono vermelho) em 2010.
Fonte: <http://terraypraxis.files.wordpress.com>. Data de cesso em 20/01/2015.

3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO REASSENTAMENTO

No ano de 2011, uma parcela da Comunidade, em torno de 106 famílias, foram realocadas em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, em Cosmos³, na zona oeste do Rio de Janeiro, bairro distante 60 km do antigo endereço. Em 2012, outra parcela da população, cerca de 248 famílias, foi para o Conjunto Habitacional Mangueira I do mesmo programa, o qual está situado em frente à favela da Mangueira, muito próximo a sua antiga moradia e ainda, outra parcela, cerca de 65 famílias foi alocada no bairro Triagem, também na zona Norte, distante aproximadamente 3 km de sua antiga habitação, no Programa Bairro Carioca (figura 7). Este Programa é uma parceria entre o governo federal e o municipal e integra o Programa Minha Casa Minha Vida. O restante do grupo, em torno de 248 famílias foi reassentado, em 2014, no Conjunto Habitacional

³ O grupo reassentado em Cosmos não fez parte da análise desse estudo. Optou-se por analisar apenas as famílias reassentadas próximas ao local de origem.

Mangueira II, o qual se estabelece na Mangueira. (Prefeitura RJ, 2015). Observa-se os dados das remoções e reassentamento no quadro 4.



Figura 7 - Localização da favela do Metrô Mangueira em laranja, condomínio Mangueira I em rosa e Mangueira II em verde e o Bairro Carioca na cor lilás.

Fonte: Google Earth. Data de cesso em 10/11/2015.

Comunidade Metrô-Mangueira					
Ano	Moradores da favela	Cosmos (MCMV)	Mangueira I (MCMV)	Mangueira II (MCMV)	Bairro Carioca (MCMV)
2010	667				
2011	561	106 famílias. A 60 km distância			
2012	313		248 famílias. Aproximadamente 700 m de distancia		
2014	313			248 famílias. Aproximadamente 700 m de distância	
2015	0				65 famílias. Aproximadamente 3 km de distância

Quadro 4 – Localização dos reassentamentos
 Fonte: Prefeitura do RJ. Data de acesso em 22/01/2015

É importante mencionar que, à época, o discurso criado pela Prefeitura era de que aquela comunidade estava em área de risco por se situar próxima à linha de trem, segundo o Sr. Eomar Freitas (ex-morador da favela). Seguindo essa linha de raciocínio, todas as pessoas que moram ao longo do trilho do metrô e trem deveriam ser reassentadas. O que foi constatado é que de fato os moradores ficaram em situação de perigo real, mas isso foi criado pela Prefeitura quando passou a demolir parte das casas geminadas e a deixar os escombros no local. É possível ver as imagens na figura 8. É sabido que quando isso ocorre, a estrutura da casa fica comprometida.



Figura 8 - Favela-Metrô-Mangueira antes e durante as remoções
 Fonte: <http://noticias.bol.uol.com.br>. Acesso em: abril de 2015.

Outra questão fundamental na conjuntura em debate relaciona-se com os moradores que continuaram a morar na favela do Metrô-Mangueira. A população estava preocupada com o aumento de casos de violência na área, pois, com a demolição das casas pela Prefeitura, restaram escombros e entulhos, nos quais os traficantes e viciados se escondem para poder vender ou/e utilizar drogas.

Cabe destacar que os cidadãos da favela em recorte foram tratados de forma desrespeitosa pela Prefeitura, pois não houve reuniões prévias e nem negociações no início do processo de remoção. Somente após a luta de resistências das famílias e a visibilidade que ganharam, é que a Secretaria Municipal de Habitação mudou de atitude, criou um espaço institucional de mediação de conflitos.

É importante mencionar que a transferência de parte da população para prédios próximos a sua antiga habitação foi uma vitória, pois o planejado de acordo com a Prefeitura era que essas pessoas iriam para a zona oeste. Essa conquista aconteceu devido à resistência e mobilização da comunidade. Além disso, como o Rio de Janeiro seria palco de megaeventos de repercussão mundial, e todos os olhares estavam nessa direção, pressionando agentes públicos, os conflitos ganharam maior visibilidade e a Prefeitura acabou por mudar sua decisão inicial.

Por outro lado, grande parte da população reassentada nos prédios do Programa MCMV reclama dos custos referentes aos imóveis, como taxa de condomínio, luz, gás e água. Muitos não conseguem quitar tais pagamentos, os quais não faziam parte de seus antigos orçamentos, e acabam vendendo os apartamentos. Há outros problemas relacionados à segurança e as próprias condições dos prédios, no entanto esses assuntos serão tratados mais a frente.

Os procedimentos tomados pelo poder público quando da realização de tais remoções contrariam fortemente a Constituição Federal (Capítulo II, Art. 6º), além de tratados internacionais e leis estaduais, nos quais são estabelecidos direitos sociais que parametrizam tais atitudes e que não foram cumpridos, principalmente, o direito precípua relacionado à “assistência aos desamparados”. O que se viu nitidamente foi a violação ao direito à cidade, à moradia e aos direitos básicos relacionados à reprodução social.

De acordo com o Dossiê do Comitê Popular (2012), as remoções foram realizadas de forma irregular e arbitrária. Isso porque o procedimento jurídico não considerou os ocupantes dos terrenos. Entretanto, eles deveriam ser considerados titulares do bem, já que estavam ali há mais de cinco anos sem contestação do Poder Público ou dos proprietários legítimos. A

usucapião não foi reconhecida pela Prefeitura, tampouco pelo juiz. Como não havia “donos”, a Prefeitura pôde então fazer a transferência dos terrenos para a sua posse pagando apenas 80% do valor do imóvel em juízo.

3.2.1 Caracterização dos condomínios do MCMV

Os condomínios Mangueira I e Mangueira II situam-se na Rua Visconde de Niterói, o primeiro fica no número 132 e o segundo no número 90. De acordo com o Governo do Estado (2012), os condomínios da Mangueira I e II possuem onze blocos de quatro andares cada um. Desse total, dois têm quatro apartamentos por andar e nove têm seis apartamentos por andar traduzindo em 248 apartamentos em cada conjunto habitacional. Cada moradia apresenta uma área de 39,96 m² na qual é dividida em sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço. Os apartamentos destinados a deficientes tem uma metragem de 45m² e se situam no térreo. A área externa possui quadra esportiva, centro comunitário, parquinho, churrasqueira e estacionamento. As imagens dos condomínios podem ser observadas nas figuras 9, 10, 11 e 12.



Figura 9 – Condomínio MCMV Mangueira II
Fonte: acervo pessoal da autora
Acesso em: abril de 2015.



Figura 10 – Condomínio MCMV Mangueira I
Fonte: <http://www.rj.gov.br/>
Acesso em: abril de 2015



Figura 12 – Estacionamento no condomínio Mangueira II
Fonte: acervo pessoal da autora (2015)



Figura 11 – Centro comunitário no condomínio Mangueira I. Fonte: acervo pessoal da autora (2015)

Os empreendimentos localizam-se a menos de 100 metros da estação de metrô, trem e pontos de ônibus e próximos a avenida Radial Oeste, principal via de ligação entre zona norte e centro. A área é provida de oferta de atividades comerciais, serviços e áreas de lazer.

Os ⁴condomínios que compõem o bairro Carioca, apresentados na figura 13, estão situados na zona norte do Rio de Janeiro, em Triagem, na antiga sede da Light. São 120 prédios distribuídos em 14 lotes, compostos de 11 blocos de 5 pavimentos. Cada apartamento tem de 45m² e no térreo esse número aumenta para até 50 m².

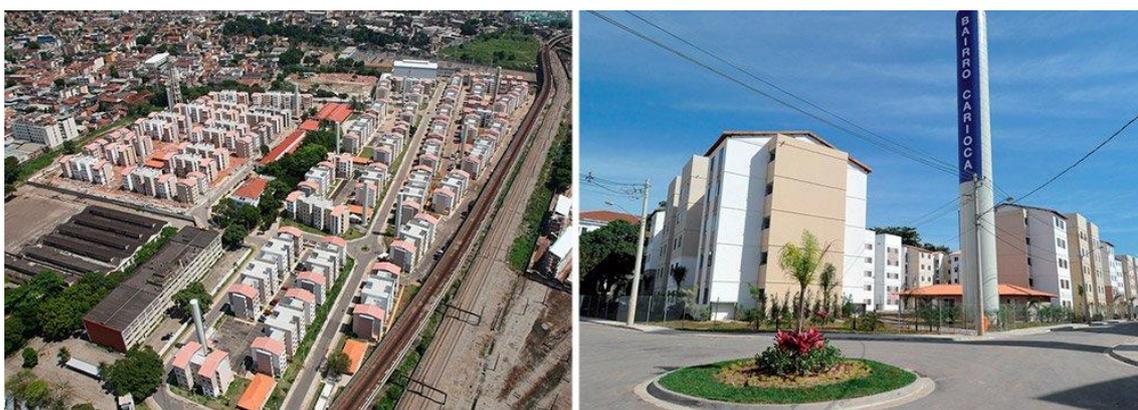


Figura 13 – Bairro Carioca – Condomínio MCMV em Triagem
Fonte: www.brasil247.com.br, acesso em: 04/04/2015.
Acesso em: abril de 2015

O bairro Carioca está localizado a menos de 10 minutos a pé da estação de metrô e trem de Triagem. Ele está próximo a uma das principais vias de transporte do Rio de Janeiro como a Avenida Dom Hélder Câmara. Além disso, fica em uma região que oferece serviços e atividades comerciais nas suas proximidades.



Figura 14 – À esquerda, Escola municipal Ministro Carlos Alberto. À direita, e Nave do Conhecimento.- Bairro Carioca. Fonte: www.brasil247.com.br, acesso em: 04/04/2015.

Nesse conjunto habitacional há uma escola municipal de ensino fundamental, clínica da família, centro comercial, ginásio poliesportivo, salão de festas e um centro de convivência (A Nave do Conhecimento) onde são ministrados cursos profissionalizantes. Importante frisar que a maioria das famílias ainda utilizam os mesmos equipamentos públicos que usavam em outrora, já que as famílias relocadas foram para locais próximos de sua antiga habitação.

3.3 DADOS DE INFRAESTRUTURA DA COMUNIDADE METRÔ-MANGUEIRA

Serão por ora apresentados os dados de acesso aos serviços e equipamentos urbanos das famílias do Metrô-Mangueira quando elas ainda moravam na favela. Os subsistemas de infraestrutura urbana, no âmbito do serviço público considerados para a pesquisa foram: abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e mobilidade urbana. Os três primeiros serão apreciados à luz dos dados do IBGE, enquanto o último, a partir de dados quantitativos e qualitativos coletados por meio de entrevistas à população da favela realizadas pela autora desse trabalho, uma vez que não há dados do IBGE referente a esse tema para aglomerados subnormais. Também será avaliado o acesso ao serviço de coleta de resíduos sólidos.

3.3.1 Acesso aos serviços e equipamentos urbanos

De acordo com o censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, à época anterior às remoções havia 573 domicílios particulares ocupados e 1724 pessoas morando na Comunidade do Metrô-Mangueira entre agosto e novembro de 2010. Desse total, 47,6% eram homens e 52,4% mulheres. O gráfico 1 mostra os dados relacionados à população residente subdividida por sexo.

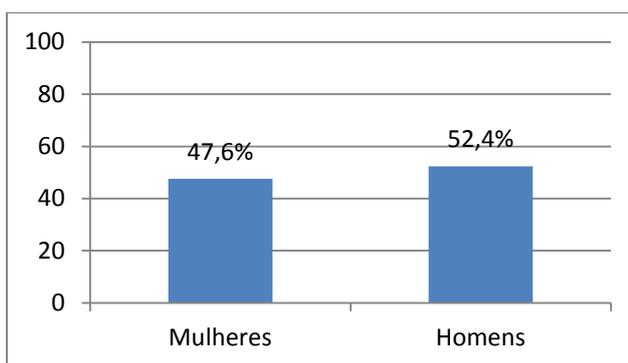


Gráfico 1 – População residente na favela Metrô-Mangueira
Fonte: Adaptado do Censo de 2010, do IBGE

No que diz respeito ao abastecimento de água, o gráfico 2 mostra que mais da metade das residências da favela do Metrô-Mangueira, ou seja, 97,7% eram providas pela rede geral, 1,0% tinham poços ou nascentes e 1,3% possuíam outras formas de acesso não identificadas pelo IBGE.

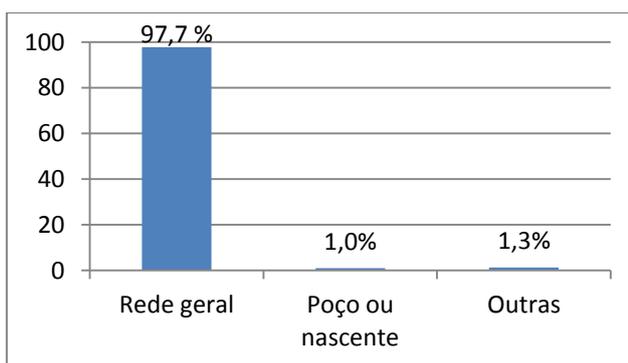


Gráfico 2 – Porcentagem dos domicílios com abastecimento de água
Fonte: Adaptado do Censo de 2010, do IBGE

Na gráfico 3, observa-se que 65,03% dos domicílios eram servidos pela rede geral de esgoto ou pluvial. A fossa rudimentar responde por com 31,11% e a fossa séptica por 8,21% das moradias.

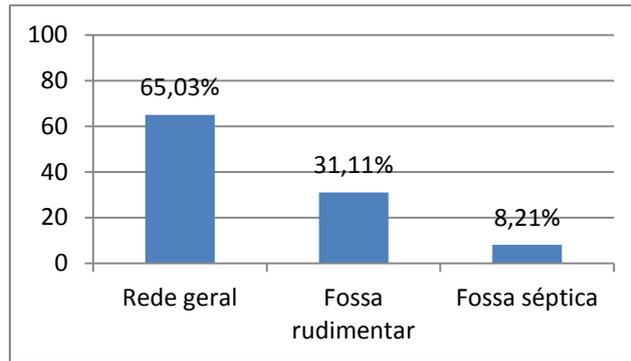


Gráfico 3 – Porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário
Fonte: Adaptado do Censo de 2010, do IBGE

Em relação ao consumo de energia elétrica, o gráfico 4 mostra que 59,26% dos domicílios eram atendidos pela concessionária de luz. É um número considerado alto para uma favela não urbanizada. De acordo com os dados do IBGE, quase 40,55% das moradias tinham energia elétrica em casa, provenientes, provavelmente de ligações clandestinas (“gatos”).

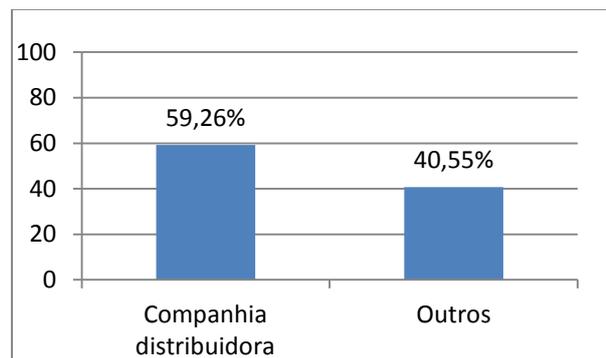


Gráfico 4 – Porcentagem de domicílios com energia elétrica
Fonte: Adaptado do Censo de 2010, do IBGE

No que se refere à coleta de lixo, observa-se no gráfico 5 que 63% do lixo eram destinados às caçambas do serviço de limpeza e 36 % eram recolhidos diretamente pelo serviço de limpeza.

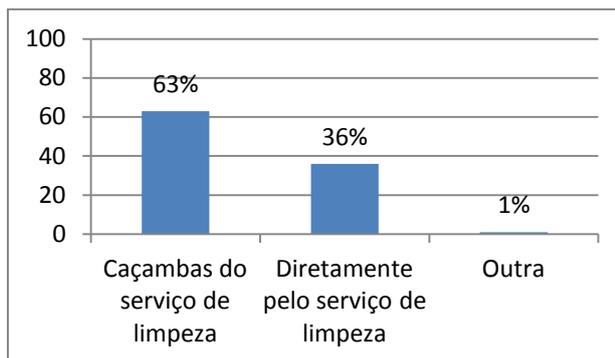


Gráfico 5 – Porcentagem de domicílios com serviço de coleta de lixo
Fonte: Adaptado do Censo de 2010, do IBGE

No que tange à mobilidade urbana, mais especificamente às viagens pendulares, isto é, ao deslocamento de trabalhadores no itinerário casa-trabalho-casa, no modo não motorizado, 19% se locomoviam a pé e 3,6% utilizavam a bicicleta. Esses números são altos, pois grande parte das famílias da favela trabalha nos bairros próximos ao Maracanã. Já no modo motorizado sobre trilhos, 16,1% dos entrevistados utilizavam o metrô e 2%, o trem. Em relação ao transporte rodoviário, 33,5% usavam o ônibus e apenas 2,4%, o automóvel. Os que não utilizavam nenhum meio de transporte para o trabalho, como desempregados e donas de casa respondem por 23% e os que não responderam à pergunta, 1,2%. respectivamente. É possível visualizar essas informações no quadro 5.

Modo		Custo (ida e volta) R\$
Não motorizado	A pé: 19%	-
	Bicicleta: 3,6%	-
Motorizado	Metrô – 16,1 %	7,40
	Trem – 2 %	
	Van - 0	-
	Ônibus – 33,5%	6,80
	Automóvel – 2,4%	
Não saem de casa (desempregadas e donas de casa)	23 %	
Não respondeu	1,2%	

Quadro 5 – Número total de viagens pendulares realizadas considerando o modo principal
Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO 4

4. ENTREVISTAS REALIZADAS NAS COMUNIDADES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. METODOLOGIA UTILIZADA NAS ENTREVISTAS E VALIDAÇÃO DA AMOSTRA

As entrevistas foram realizadas em grupos de apartamentos dos condomínios de Mangueira I, II e Bairro Carioca. Optou-se por construir uma amostra total sobre os três empreendimentos e não individualizar as análises por condomínio. Não se pretende nesse momento comparar o nível de satisfação por condomínio e sim avaliar globalmente o acesso a infraestrutura urbana a partir do ponto de vista das famílias do Metrô-Mangueira. Cada conjunto habitacional da Mangueira possui onze blocos de quatro andares cada um. Desse total, dois deles possuem quatro apartamentos por andar e nove têm seis apartamentos por andar, traduzindo o total de 248 apartamentos em cada conjunto habitacional. Já no Bairro Carioca, o número de apartamentos aumenta substancialmente. São 120 prédios distribuídos em 14 lotes, compostos de 11 blocos de 5 pavimentos, no entanto, há apenas 65 famílias do Metrô-Mangueira localizadas nesse conjunto habitacional.

As entrevistas foram baseadas em questionários semiestruturados com perguntas qualitativas e quantitativas. Também foram efetuadas perguntas abertas com o intuito de captar informações as quais não foram colhidas através de perguntas no questionário, a fim, assim, entender melhor o modo de vida daquela comunidade.

O questionário, o qual foi elaborado pelo IPPUR para o edital do Ministério das Cidades, foi adaptado em virtude dos objetivos específicos da presente pesquisa. Foram retiradas questões relacionadas ao sorteio dos imóveis, já que no estudo se trata de moradias adquiridas por reassentamento. Foram incluídas indagações sobre o acesso à infraestrutura relacionada ao local de origem, e a nova localização da moradia para verificar se a qualidade de vida sob esse aspecto apresentou evolução.

O questionário possui onze páginas, quarenta e nove perguntas e se divide nos seguintes tópicos de abordagem: I - Dados socioeconômicos da família (Composição Familiar, Trabalho, Renda, Escolaridade e mobilidade); II- Infraestrutura e Reassentamento; III- Avaliação do imóvel e do condomínio.

Os dados das entrevistas foram tabulados com o auxílio do Excel. No banco de dados também foram armazenados os registros realizados com a câmera fotográfica.

Os elementos de qualidade de vida referentes às condições de vida consubstanciadas no acesso à infraestrutura urbana, como abastecimento de água, esgoto, energia e ao provimento de serviços públicos, tais quais a coleta de resíduos sólidos e mobilidade urbana, foram levantados a partir da pesquisa das características anteriores e atuais do acesso a esses serviços urbanos. É importante salientar que não há como fazer uma avaliação apenas da infraestrutura sem considerar os usuários desses equipamentos e serviços, daí a suma importância das entrevistas e de seu nível de detalhamento.

As entrevistas ocorreram entre os meses de julho e setembro de 2015, nos condomínios Mangueira I, Mangueira II e Bairro Carioca. O tamanho da amostra foi definido previamente, todavia, mesmo com a redundância das respostas, optou-se por atingir o número de entrevistas a fim de ter uma amostra confiável e relevante para a pesquisa.

De acordo com Correa (2003), para ser possível fazer análises sobre uma determinada população a amostra deve ser representativa. Uma das formas para se chegar a tal cenário é fazer com que o processo de escolha seja aleatório. Assim, realizou-se sorteio do total de domicílios para definir os entrevistados. Em Mangueira I, foram entrevistados 42 domicílios, dos 248 apartamentos, em Mangueira II, 35 domicílios dos 248 apartamentos e em Bairro Carioca 6 apartamentos dos 65 domicílios destinados as famílias do Metrô-Mangueira.

Outro ponto que emprega à pesquisa maior confiabilidade é aquele que considera a margem de erro - diferença entre o valor real e o valor estimado para a pesquisa- e o nível de confiança - probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa. Normalmente utiliza-se um índice de 5% para a margem de erro e de 95% de confiabilidade. Segundo o MBI (2015), quanto maior for o tamanho do universo, o mesmo tamanho de amostra resulta em uma margem de erro menor. Inversamente, em universos pequenos são necessárias amostras muito maiores para atingir uma margem de erro razoável.

Para a realização da amostra desse estudo foi utilizado o programa “Cálculo da amostra” desenvolvido pelo Glauber Santos a fim de se chegar ao número mínimo de entrevistas para a amostra ser representativa. O universo da pesquisa é de 561 domicílios, a margem de erro é de 10%, e a confiabilidade de 95%, logo, o número da amostra foi de 83 entrevistas para o total dos condomínios Mangueira I, Mangueira II e Bairro Carioca. A fórmula utilizada pelo site online para o cálculo da amostra está representada a seguir.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Na fórmula, lê-se:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NOS CONDOMÍNIOS DE MANGUEIRA I, MANGUEIRA II E BAIRRO MORAR CARIOCA

Nesse item serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas com as famílias do Metrô-Mangueira reassentadas nos empreendimentos de Mangueira I, Mangueira II e Triagem. Os resultados se referem a análise do conjunto dos três empreendimentos pelo fato do grupo social ser oriundo de uma mesma localidade. No entanto, eventualmente, algumas análises serão individualizadas para mostrar possíveis diferenças entre os condomínios, ainda que os empreendimentos estejam próximos um do outro.

4.2.1 Dados socioeconômicos

A primeira parte da pesquisa trata do perfil socioeconômico. A importância desse item se fundamenta na necessidade de maior conhecimento acerca dos aspectos sociais dos entrevistados, uma vez que não há como deixar de lidar com uma abordagem que integre os equipamentos e suportes físicos aos serviços sociais e urbanos por eles prestados. É necessário saber qual a capacidade de renda dessa população para poder avaliar, por exemplo, se o subsídio de infraestrutura que o Estado oferece é satisfatório. Também é importante saber qual é o custo que essas pessoas pagam para entrar na formalidade.

Nesse sentido, o levantamento dos dados por sexo mostra que o número de homens (17) é menor do que o número de mulheres (66), conforme gráfico 6.

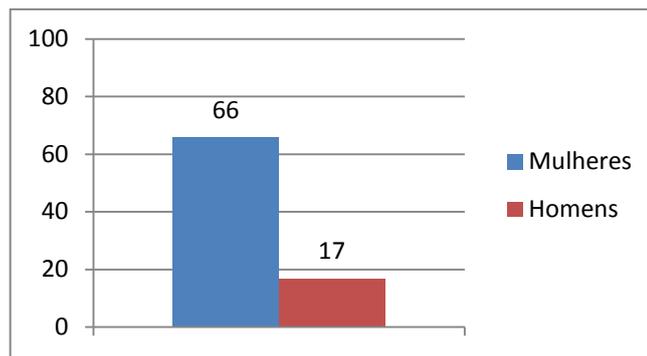


Gráfico 6 - Distribuição da amostra por sexo dos entrevistados
Fonte: gráfico elaborado pela autora

Em relação à faixa etária dos entrevistados, tabela 8.a, a maior concentração se dá na faixa dos 26 ao 59 anos totalizando 79,52% contra um percentual de apenas 12% acima dos 60 anos. O mesmo acontece na faixa etária associada aos responsáveis pelo domicílio na tabela 8.b. Isso significa que a maior parte dos reassentados no programa do governo, são formados por pessoas jovens. É onde está concentrada a população economicamente ativa.

Tabela 8 a– Faixa etária dos entrevistados			Tabela 8.b– Faixa etária dos entrevistados responsáveis pelo domicílio		
Faixa etária	Frequência	%	Faixa etária	Frequência	%
15 a 25	7	8,43	15 a 25	5	6,02
26 a 39	41	49,40	26 a 39	31	37,35
40 a 59	25	30,12	40 a 59	19	22,89
60 +	10	12,05	60 +	1	1,20

Fonte: tabelas elaboradas pela autora

No que tange à escolaridade, na medida em que aumenta o nível escolar, diminui o percentual de pessoas com um maior nível de formação escolar. Dos entrevistados, 25% tem apenas o ensino fundamental incompleto, 6% o ensino fundamental completo, 6% ensino médio incompleto, 4% ensino médio completo e 3% ensino superior incompleto como pode ser visto na tabela 9 a. Os dados relacionados aos chefes de família seguem na mesma direção, conforme tabela 9b. Esses dados são indícios importantes já que a baixa escolarização tende a prejudicar não só a inserção no mercado de trabalho, mas também outras esferas da vida dessas famílias, impedindo assim que saiam da condição de pobreza a qual estão inseridas e tenham dificuldades em curto prazo de permanecer morando nos condomínios situados em áreas onde o custo de vida é alto.

Tabela 9 a- Nível de escolaridade dos entrevistados

Tabela 9 b- Nível de escolaridade dos entrevistados
chefes de família

Nível de escolaridade	Frequência	%	Nível de escolaridade	Frequência	%
Ensino fundamental (1ª a 8ª série) incompleto	31	37	Ensino fundamental (1ª a 8ª série) incompleto	22	26
Ensino fundamental (1ª a 8ª série) completo	10	12	Ensino fundamental (1ª a 8ª série) completo	6	7,2
Ensino médio (1ª ao 3º ano) incompleto	10	12	Ensino médio (1ª ao 3º ano) incompleto	6	7,2
Ensino médio (1ª ao 3º ano) completo	8	9,6	Ensino médio (1ª ao 3º ano) completo	4	4,8
Superior incompleto	6	7	Superior incompleto	3	3,6
Superior completo	2	2,4	Superior completo	-	-
Pós-graduação	-	-	Pós-graduação	-	-
Nenhum	6	7,2	Nenhum	3	3,6
Não responderam	10	12	Não responderam		

Fonte: tabela elaborada pela autora

Ao analisar a renda familiar dos moradores dos domicílios, tabela 10 a, nota-se que 37,35% ganham até 2 salários mínimos e que 53% das famílias, ou seja, mais da metade dos entrevistados, ganham de 2 a 4 salários mínimos. Desse montante estão incluídos valores oriundos do programa do governo federal, a bolsa família. Contudo, ao se considerar o valor da renda per capita, tabela 10 b, os valores caem demasiadamente devido a composição familiar ser numerosa. No total das famílias reassentadas, 49% atingem uma renda per capita⁵ de 0 a 500 reais, enquanto 39% alcançam de 501 a 1000 reais e 10,8% de 1000 a 2500 reais. É um valor de renda alto das famílias ao se comparar com famílias de outros reassentamentos na zona norte. No Bairro Carioca a menor renda per capita é de 120 reais e a maior, 666 reais. Já em Mangueira I, a menor renda é de 133 reais e a maior renda de 2800 reais e em Mangueira II, a menor renda é de 250 reais e a maior 3500 reais. Considerando outra realidade socioespacial, os condomínios do MCMV e todos os custos dos serviços que vem associado a eles, essa renda acaba não sendo tão adequada. Categorizando as rendas por faixa de renda do MCMV, tabela 11, tem-se 37,35% na faixa 1, seguido de 44% na faixa 2 e 6,02% na faixa 3. A maior concentração de reassentados do Metrô-Mangueira situa-se na faixa 2, embora o percentual na faixa 1 não seja desprezível.

⁵ Renda per capita é o nome de um indicador que auxilia o conhecimento sobre o grau de desenvolvimento de um país e consiste na divisão do coeficiente da renda nacional (produto nacional bruto subtraído dos gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos) pela sua população.

Tabela 10 a - Renda familiar dos moradores do domicílio

Tabela 10 b – Renda per capita dos moradores do domicílio

Renda familiar	Frequência	%	Renda familiar per capita	Frequência	%
Até 2 sm ⁶	31	37,35	De 0 a 500	41	49
De 2 sm a 4 sm	44	53,01	De 501 a 1000	32	39
De 4 sm a 5 sm	5	6,02	De 1001 a 1500	5	6
Mais de 6 sm	1	1,20	De 1501 a 2000	2	2,4
Sem renda	1	1,20	De 2001 a 2500	2	2,4
Não responderam	1	1,20	Não responderam	1	1,2

Fonte: tabelas elaboradas pela autora

Tabela 11 - Enquadramento dos entrevistados nas faixas de renda do MCMV

Faixa de renda - MCMV	Frequência	%
1- até R\$ 1600,00	31	37,35
2 – até R\$ 3275,00	44	53,01
3 – até R\$ 5mil reais	5	6,02

Fonte: tabela elaborada pela autora

No que tange à mobilidade urbana, mais especificamente as viagens pendulares, ou seja, ao deslocamento de trabalhadores entre casa-trabalho-casa, os percentuais não se diferem da tabela apresentada anteriormente. Foi visto que a maior parte dos entrevistados, ou seja, 33,5% deslocam-se por meio de ônibus, e 19% se locomoviam a pé e 3,6% utilizavam a bicicleta conforme pode ser visto na gráfico 9. As porcentagens do modo não motorizado são consideráveis e isso reflete a proximidade do local de trabalho. Da amostra, 43% trabalhavam nas mediações Tijuca, Vila Isabel, Maracanã, São Cristóvão, na zona norte, próximo à moradia. Na zona sul trabalhavam, 13,2% , na Barra, 7,2% , zona oeste, 9,6% e na Baixada Fluminense 1,2%. Esses dados podem ser visualizados no gráfico 8 e figura 15. Os. É um número considerável já que menos pessoas contribuem com os custos da moradia.

⁶ sm = salário mínimo

O tempo gasto com as viagens pendulares não foram altos conforme tabela 12. Em torno de 30% dos entrevistados demoram de 5 a 30 minutos no descolamento diário para o trabalho, 26,5% gastam de 30 a 60 minutos e apenas 4,8% gastam acima de de 60 minutos.

Em relação ao tempo para se chegar ao local de embarque e desembarque de transporte, 100% dos entrevistados levam menos de 15 minutos para chegar ao ponto seja de trem, metrô ou ônibus em decorrência dos locais de embarque e desembarque estarem a menos de 200 metros das moradias. O tempo despendido com a espera do transporte é de até 15 minutos segundo 100% dos entrevistados.

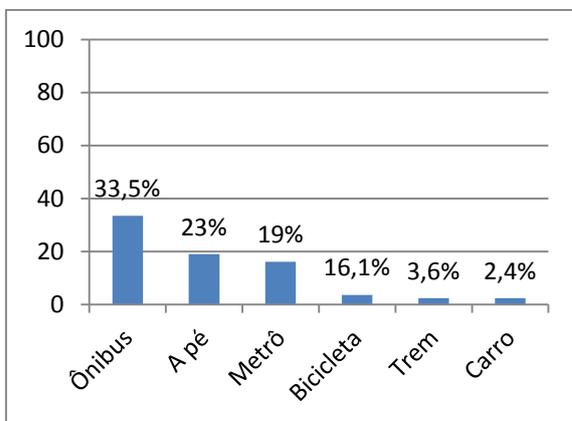


Gráfico 7 – Viagem pendular por modo de transporte

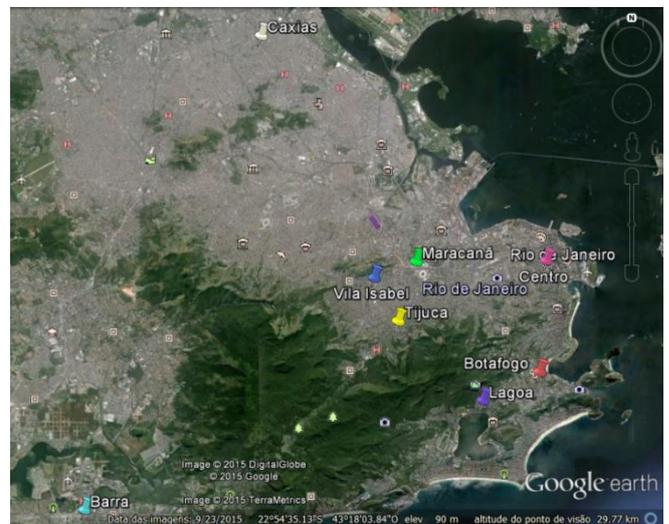


Figura 15 – Locais de trabalho dos entrevistados

Fonte: Imagem elaborada pela autora

Tabela 12 – Tempo da viagem pendular

Tempo de viagem	casa-trabalho-casa
De 5 a 30 minutos	30%
De 30 a 60 minutos	26,5%
Mais de 60 minutos	4,8 %

Fonte: tabela elaborada pela autora

Em resposta ao questionamento sobre a proximidade (até 30 min a pé) dos serviços comerciais, as famílias disseram que a padaria, mercado, banco, lotérica, feira e farmácia estão perto do local onde moram e moravam. Já em relação ao shopping e cinema, 65% disseram que o cinema e o shopping estavam e estão a mais de 30 minutos de seu local de moradia.

No que tange a mudança de trabalho após o reassentamento 93% dos entrevistados continuaram no seu antigo emprego e 7% mudaram para um trabalho melhor. Vale destacar, que a mudança de emprego, segundo os entrevistados, está relacionada ao fato de não morarem mais na favela. Tal fato, diminui o preconceito e favorece a possibilidade ascensão social. Lago e Ribeiro (2001) apresentam:

Ela (a favela) seria a consequência de práticas discriminatórias no mercado de trabalho contra aqueles que moram nas favelas. Ou seja, o fato de morar em favela seria um atributo negativo, do qual resultam práticas discriminatórias quanto à determinação da renda. (LAGO e RIBEIRO, 2001, p.151)

O percentual de pessoas que mudaram de emprego ainda é baixo. Isso se deve, talvez, ao pouco tempo em que essas pessoas estão inseridas em uma nova realidade, os condomínios, e também a baixa oferta de trabalho resultado da crise econômica instalada no Brasil. Provavelmente daqui a algum tempo, com a economia mais equilibrada, essa realidade poderá mudar.

4.2.2 Infraestrutura

4.2.2.1 Abastecimento de água

No que diz respeito aos serviços públicos da favela, mais precisamente ao abastecimento de água, de acordo com os entrevistados, 72,7% tinham outra forma de abastecimento e 27,3% tinham acesso à água pela rede geral. Esta categoria “outra” significa que a água era oriunda de ligações clandestinas da tubulação de água da CEDAE. Cabe mencionar que embora a maioria dos domicílios apresentasse água advinda de ligações clandestinas, 96,3% do abastecimento era regular e havia baixo racionamento de água, 3,61%. Ou seja, a qualidade do acesso à água, mesmo que não fosse formal, era muito boa.

É importante destacar que o IBGE no censo demográfico de 2010 apresentou que 97,7% da população da favela do Metrô tinha acesso a água pela rede geral, mas não diz a forma de acesso (formal ou informal) e nem a qualidade desse abastecimento. Por ora foi constatado através das entrevistas que a água era por meios informais, já que essa população não pagava o consumo de água.

Nos condomínios do MCMV, 100% dos domicílios apresentam abastecimento de água pela CEDAE, gráfico 10. Em relação à qualidade desse acesso, 96,3% era regular e 3,61% era racionada, gráficos 11. Este problema pode estar correlacionado com a falta de

pagamento das famílias a esse serviço. Contudo, o síndico do prédio de Mangueira I, relatou que o abastecimento de água apresentava problemas em decorrência de uma dívida de 2,5 milhões entre a Prefeitura e a CEDAE que acabou sendo responsabilidade do condomínio. Esse inconveniente também se repetiu no Mangueira II e no Bairro Carioca.

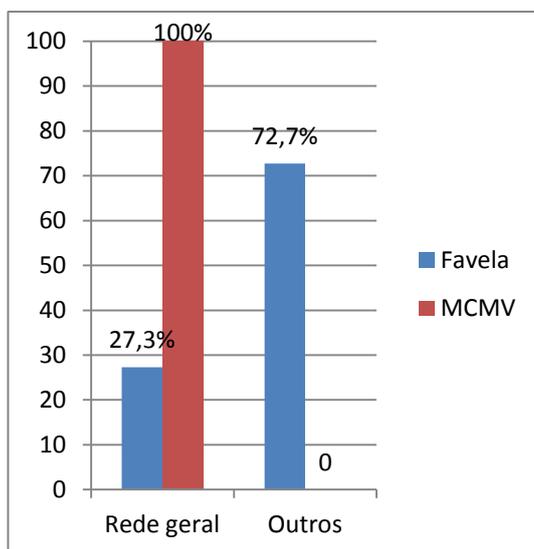


Gráfico 8 – Porcentagem dos domicílios de água com abastecimento de água
Fonte: gráfico elaborado pela autora

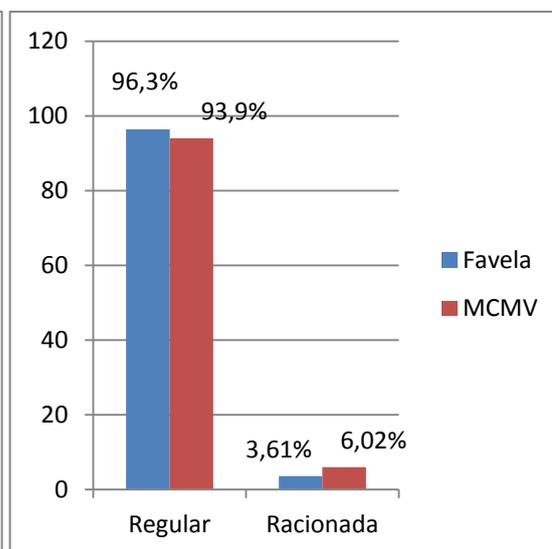


Gráfico 9 – Qualidade do acesso ao abastecimento de água
Fonte: gráfico elaborado pela autora

4.2.2.2 Esgotamento sanitário

No que diz respeito ao esgotamento sanitário na favela, gráficos 12 e 13, 12% dos domicílios eram ligados a rede geral, 3,6% dos domicílios apresentavam fossa séptica e o mesmo número para fossa rudimentar e 51,8% da ligação de esgoto sanitário era realizado de forma clandestina. Em relação à qualidade da destinação do esgoto, 58,4% dos entrevistados disseram que essa coleta era ruim e 41,6% disseram o contrário. Contudo é possível depreender desses dados que boa parte das famílias não possuía bem estar e estava sujeito a contrair doenças pela falta de saneamento básico.

Já nos condomínios do MCMV todas as famílias foram unânimes em dizer que o esgotamento é destinado à rede geral. Nos condomínios há um incremento de 100% do acesso a esse serviço por rede geral e a qualidade do atendimento também segue esse percentual.

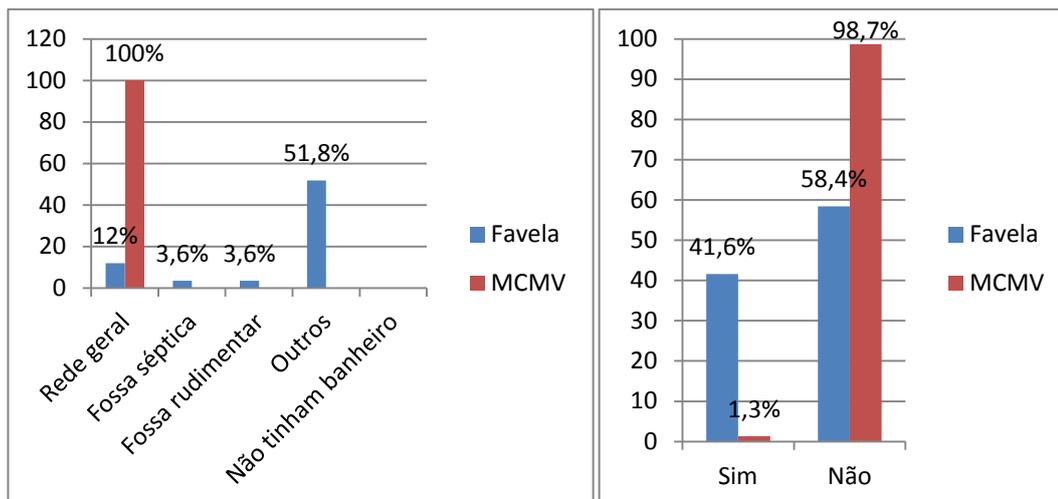


Gráfico 10– Acesso a esgotamento sanitário
Fonte: gráfico elaborado pela autora

Gráfico 11– Qualidade do acesso ao esgotamento
Fonte: gráfico elaborado pela autora

4.2.2.3 Energia elétrica

A maior parte do consumo de energia elétrica nos domicílios da favela do Metrô, isto é, 74,6%, era proveniente de ligações clandestinas. Esse dado está categorizado em “outros” no gráfico e 25,4% dos domicílios apresentavam relógio com medidor como mostra os gráficos 14 e 15.

Nos apartamentos do MCMV, todos os apartamentos têm relógio com medidor. As famílias reclamam muito do elevado custo da conta de luz. Na favela havia a sensação de que a energia era ilimitada e gratuita. Foi, portanto, um desafio para essas famílias perceberem o quanto é caro o consumo desse bem e se adequar a nova realidade. A média do gasto com o consumo de energia é de 150 reais. Valor alto para famílias de baixa renda. Esse valor pode estar associado ao consumo de ar condicionado. Cerca de 38,7% possui esse aparelho em casa, como mostra o gráfico 16. Entretanto, de acordo com relatos das famílias as caixas de luz foram instaladas erradas. Há apartamentos em que há apenas duas pessoas que trabalham fora e pagam 200 reais em contraposição a domicílios compostos de cinco pessoas que ficam em casa e pagam 50 reais. Muitos domicílios apresentaram problemas com a parte elétrica nesse sentido.

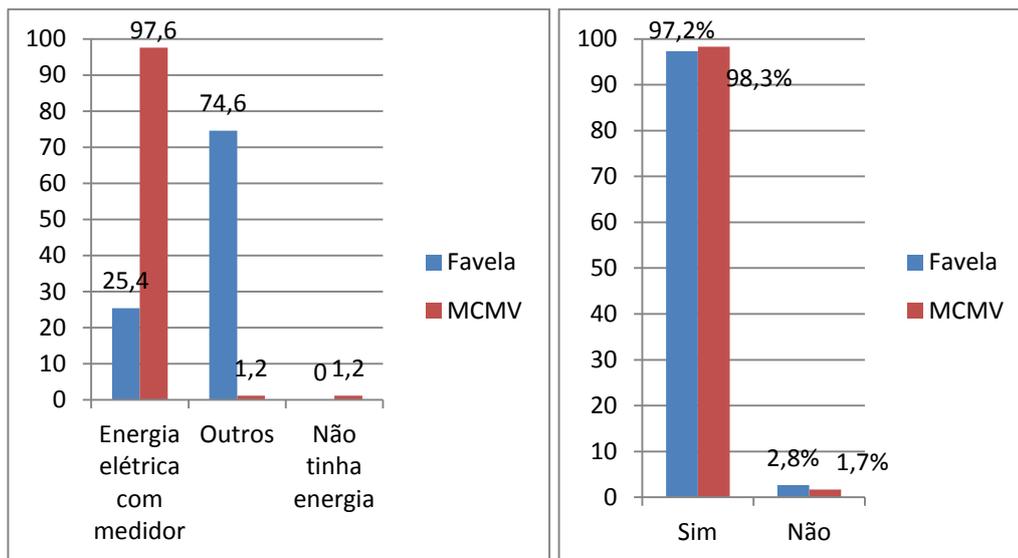


Gráfico 12 Porcentagem de domicílios com energia elétrica

Fonte: gráfico elaborado pela autora

Gráfico 13– Qualidade da ligação da energia elétrica

Fonte: gráfico elaborado pela autora

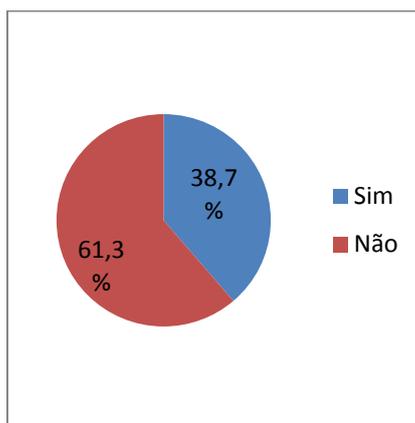


Gráfico 14 - Porcentagem de domicílios com Ar condicionado.

Fonte: gráfico elaborado pela autora.

4.2.2.4 Limpeza urbana

Concernente à limpeza urbana, na favela, 22,8% dos domicílios possuíam coleta de lixo realizado diretamente pelo serviço de limpeza, 72,2 % dos resíduos eram destinados às caçambas e 4,8% dos domicílios faziam um outro tipo de destinação final, como a rua e o campo de futebol. A frequência da coleta era de 1 a 2x na semana de acordo com 38% dos domicílios, de 2 a 3 vezes na semana segundo 32% dos domicílios, não souberam responder sobre o assunto 30% dos domicílios. Esses dados podem ser visualizados nos gráficos 17 e 18. Cabe um esclarecimento quanto a esse tema. É provável que os domicílios com coleta

realizada diretamente pela Comlurb, se situassem ao longo da avenida, em contraposição aos domicílios que ficavam na área mais interna à favela, que destinavam o lixo para as caçambas ou para outros lugares. Foi verificado junto a COMLURB a frequência e o tipo de serviço que ela fazia na favela, segundo a empresa, a coleta domiciliar era realizada três vezes na semana bem como a varrição de rua. Os moradores contestam essa informação, segundo eles não havia varrição realizada pela empresa dentro da favela. Essa informação poderia proceder já que essas pessoas não pagavam pelo serviço por meio do IPTU.

Já nos condomínios do MCMV, 56,6% dos domicílios possuem lixo coletado diretamente pela Comlurb, enquanto 43,3% são destinados para as caçambas. É importante explicar que nesse tópico houve uma confusão nas respostas no que tange a coleta de lixo. Segundo o síndico de Mangueira I, os resíduos sólidos são destinados pelos moradores às caçambas da COMLURB e esta coleta o lixo três vezes por semana. Portanto, 100% do lixo é coletado diretamente pelo serviço de limpeza.

A correta destinação do lixo evita a contaminação dos corpos hídricos, assoreamento dos rios, proliferação de vetores transmissores de doenças derivados de ratos e moscas. Assim, o serviço de coleta de lixo é fundamental para a qualidade de vida da população.

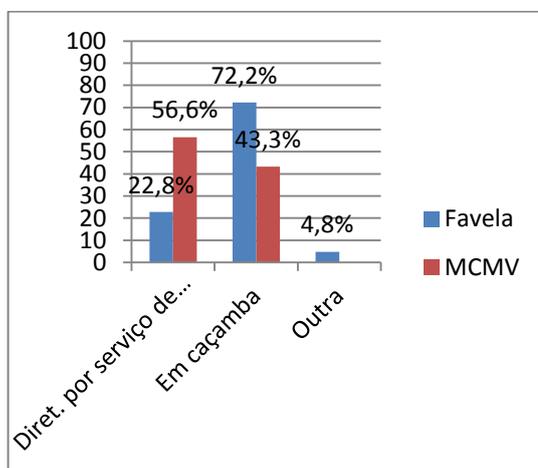


Gráfico 15 – Porcentagem de domicílios com serviço de coleta de lixo

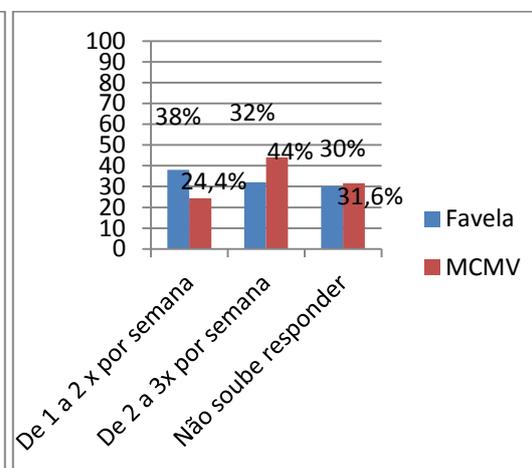


Gráfico 16 - Frequência da coleta de lixo

Fontes: gráfico elaborado pela autora

4.2.2.5 Custo de moradia

Em relação aos custos de moradia, as famílias reassentadas nos prédios do MCMV do Mangueira I pagam 50 reais pelo condomínio. Junto a essa conta, as famílias recebiam

também a conta de água que ficava em torno de 150 a 500 reais, entre 2011 e início de 2015. A conta de água era algo em torno de 150 mil reais por mês, valor alto para um conjunto habitacional com 248 apartamentos. Assim sendo, os moradores se recusaram a pagar a conta e a CEDAE suspendeu o fornecimento de água para os condomínios. Fez-se a averiguação na rede da CEDAE e descobriu-se que havia ligações clandestinas para algumas empresas no entorno do condomínio e para a obra do Mangureira II foi utilizada a água do condomínio do Mangureira I. Em maio de 2015, a dívida com a CEDAE já estava em 2,5 milhões de reais. Há um conflito entre Prefeitura, construtora e CEDAE sobre a responsabilidade do problema. Assim sendo, a incumbência ficou a cargo do síndico do condomínio. Há um processo contra a CEDAE correndo na Justiça. O síndico do prédio cadastrou o condomínio na categoria tarifa social. Após essa ação, o condomínio passou a pagar 6 mil reais por mês de consumo de água, que dividindo pelos domicílios fica em um valor de 24 reais pois nesse valor estaria incluída o pagamento pelo hidrômetro. Contudo, muitos moradores deixaram de pagar as contas de água e condomínio por não entenderem e não concordarem com os valores cobrados. Sendo assim, há cinco meses não há cobrança de consumo de água pela CEDAE. O abastecimento de água, segundo relatos das famílias é realizado de forma clandestina.

No condomínio de Mangureira II, também há dívida com a CEDAE, entretanto a gestão condominial é mais eficiente, segundo as famílias desse conjunto habitacional. Os moradores pagam 50 reais pelo condomínio, e até 20 reais pela conta de água incluindo o valor de 4 reais referente a instalação do hidrômetro. Em Triagem as famílias pagam 50 reais do condomínio e 43 reais pelo valor da água. Possivelmente, a taxa de água maior que as famílias do Bairro Carioca pagam, deve ser em decorrência do elevado número de inadimplentes.

Em clara oposição ao que versa a lei 112/2011 sobre a instalação dos hidrômetros, a obrigatoriedade da individualização do medidor de consumo de água deveria ser realizada pela construtora e não pelos moradores do condomínio.

Sob essa ótica, o que se percebe é que os condomínios foram disponibilizados com uma série de deficiências estruturais tanto de obra como de responsabilidades, fazendo com que a responsabilidade e os custos dos inconvenientes fossem repassados aos síndicos e às famílias dos condomínios, onerando assim, o custo de vida. Logo, muitos moradores têm alegado que não pagam mais o condomínio e a água devido ao valor alto e também por não entenderem o que está sendo cobrado. Assim, instala-se um ciclo vicioso, no qual as famílias saem perdendo, na medida em que deixam de pagar os custos pelos serviços e utilizam-se de

meios informais para o atendimento às necessidades básicas e tem de pagar pela multa e pelo consumo retroativo.

Em relação ao esgotamento sanitário, de acordo com (CARDOSO e LAGO, 2015), a CEDAE exige que nos conjuntos habitacionais sejam instaladas estações de tratamento de esgoto para posterior destinação à rede de água pluvial. Isso acontece, pois, a rede coletora de esgoto não acompanhou a expansão urbana do Rio de Janeiro, seja por falta de recursos financeiros ou interesse. O que foi constatado é que não há estações de tratamento de esgoto nos condomínios da Mangueira e de Triagem. Possivelmente porque há uma infraestrutura consolidada de rede de esgoto nessa área.

Em relação ao gás, a ampla maioria das famílias na favela utilizava o botijão de gás. Esse foi o serviço que menos sofreu alteração, 97,5% pagavam por esse bem. Apesar de haver gás canalizado nos apartamentos do MCMV, 38% utilizam ainda botijão de gás. Segundo os usuários isso se deve ao custo baixo do botijão frente ao gás canalizado.

No que tange aos serviços relacionados de telefone e internet na favela, mesmo os que apresentavam esse serviço no domicílio, apenas 13,3% pagavam por esse serviço. Nos condomínios esse valor sobe para 60,3% e o custo desse serviço varia entre 50 e 150 reais. Em relação a TV a cabo, também houve aumento no valor do serviço após o assentamento nos prédios do MCMV.

Assim, constata-se que os custos com a moradia aumentaram, após o reassentamento nos condomínios do MCMV para 77,7% das famílias. Antes da remoção, apenas 10,7% despendia pagamento para pagar luz frente a 89,2% de domicílios que custeiam o consumo de energia elétrica no condomínio de acordo com a tabela 13. É possível verificar que não houve redução de gasto com nenhum serviço por enquanto, embora muitas famílias estejam deixando de pagar as contas de condomínio, água e luz, tabela 14.

Tabela 13 – Comparação dos gastos das famílias com a moradia antes e após o reassentamento

	Condomínio		Luz		Água		Gás		Telefone e internet		Tv a cabo	
	NPG	PG	NPG	PG	NPG	PG	NPG	PG	NPG	PG	NPG	PG
Antes da mudança	95,2%	4,8%	89,3%	10,7%	96,4%	3,6%	2,5%	97,5%	86,7%	13,3%	59%	41%
Após a mudança	10,8%	89,2%	10,8%	89,2%	32,5%	67,5%	4,8%	95,2%	39,7%	60,3%	34,9%	65,1%

Fonte: tabela elaborada pela autora

Legenda: NPG – Famílias que não pagavam o serviço. PG – Famílias que pagavam pelo serviço

Tabela 14 – Valores pagos pelos serviços antes e depois da remoção

	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C
	V	M	V	M	V	M	V	M	V	M	V	M
	E	V	E	V	E	V	E	V	E	V	E	V
	L		L		L		L		L		L	
	A		A		A		A		A		A	
	Condomínio		Luz		Água		Gás		Tel e internet		Tv a cabo	
Valor mínimo	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	30	50	10	20	25	10	20	20	80	50	20	36
Valor máximo	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	50	50	60	327	25	500	40	78	120	150	20	427

Fonte: tabela elaborada pela autora

Sendo assim, a qualidade de vida no que tange ao acesso aos serviços básicos de abastecimento de água e energia elétrica, coleta de lixo, esgoto e mobilidade urbana, foram amplamente atendidos tanto no que tange a provisão dos serviços como também a qualidade.

Por outro lado, os custos referentes aos serviços foram considerados altos pelas famílias, principalmente a água e a luz. De acordo com as legislações específicas que regem o serviço de água, esgoto, luz e gás, as famílias que estão em habitação de interesse social têm direito à tarifa social. Esse benefício foi criado pelo Governo Federal para desconto no pagamento das contas de água, luz e gás para famílias de baixa renda. As concessionárias definem alguns critérios e limites para dar esse benefício.

Os moradores dos conjuntos habitacionais estudados não foram contemplados por algumas razões. Em relação a água, o condomínio de Mangueira I ultrapassou o limite de 200 litros por habitante de consumo de água estipulado pela CEDAE. Em Mangueira II, boa parte das famílias são beneficiárias da tarifa social devido a campanhas de conscientização do uso racional da água. Já no Bairro Carioca, todas as famílias entrevistadas não tinham acesso a esse benefício, provavelmente porque o condomínio ultrapassou o limite, ou pelas famílias não terem se cadastrado junto ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo. O mesmo processo acontece com o gás e a energia elétrica.

É importante destacar que os custos elevados dos serviços parecem estar relacionados mais aos problemas de gestão da Prefeitura, Construtora, CEDAE e até da LIGHT do que do próprio consumo das famílias. O impacto dessa má gestão do programa onera os custos das famílias, principalmente aquelas categorizadas na faixa 1 do MCMV (recebem renda até

1.600 reais), que se veem obrigadas a vender os apartamentos e procurar outro local de moradia.

4.2.3 Reassentamento

No que concerne a ciência sobre a motivo da remoção, 49,39% sabiam o motivo da remoção, 31,3% não sabiam o motivo e 19,31% não responderam. Os dados podem ser visualizados no gráfico 19.

Em relação a justificativa para a remoção, gráfico 20, em primeiro lugar ficou o estacionamento do Maracanã para a Copa com 43,3%, em segundo com 34,9% o desejo da Prefeitura em obter o local, em terceiro, com 14,4% área de risco da moradia e com 3,2%, o polo automotivo. No final de 2010 a Prefeitura foi à favela comunicar às famílias sobre o interesse em adquirir aquele local para fazer o estacionamento do Maracanã. Contudo, pelo que parece, a comunicação não foi eficiente. No mesmo período outros discursos foram utilizados para forçar o deslocamento das famílias. A prefeitura informou que as pessoas se encontravam em área de risco pelas casas estarem situadas ao longo da linha de trem e em 2012, após a remoção optou-se por construir um polo automotivo já que esse local é um ponto de convergência para o conserto de automóveis. Após o reassentamento de todas as famílias, nada foi realizado no local e as casas que estavam em boas condições foram ocupadas por outras famílias.

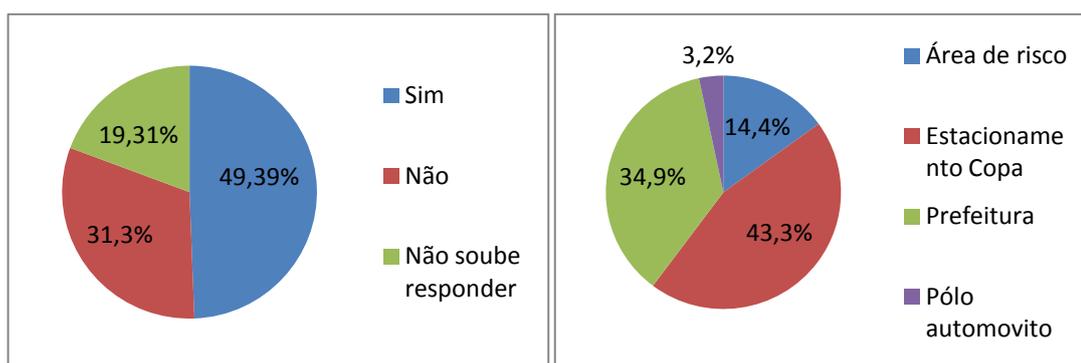


Gráfico 17 - Conhecimento do motivo da remoção Gráfico 18 – Justificativa das remoções

Fonte: gráficos elaborados pela autora

No que concerne ao tempo de aviso de remoção pela Prefeitura, gráfico 21, 48% dos entrevistados não souberam responder, 41,2% foram avisados com 6 meses de antecedência, 6% preferiam que foram informados de 1 a 5 anos de antecedência, 4,8% foram avisados com menos de 20 dias.

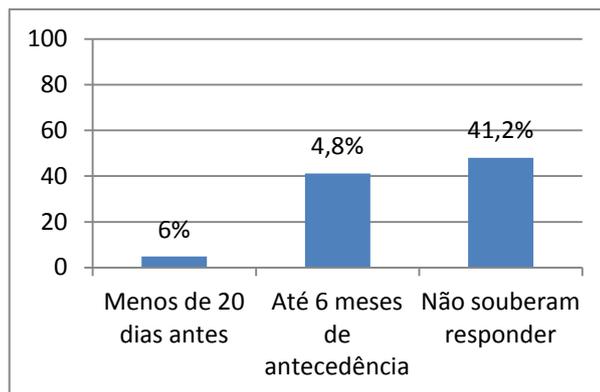


Gráfico 19 – Tempo de antecedência do aviso de remoção
Fonte: gráficos elaborados pela autora

Em relação à reunião para se debater o processo de remoção, gráfico 22, 45,2% dos entrevistados disseram que houve inúmeras reuniões, mas não souberam precisar o número efetivo de encontros. 38,7% disseram não saber sobre as reuniões e deram como motivo o fato de trabalharem o dia todo fora e 10% não responderam. O que se percebeu é que os responsáveis pelo domicílio, apesar de trabalharem fora de casa, sabiam da remoção da existência das reuniões e as frequentavam.

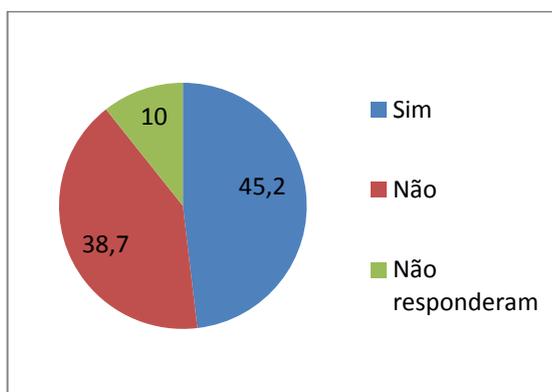


Gráfico 20 – Debate com o Poder Público para discutir a remoção
Fonte: gráficos elaborados pela autora

Mais da metade das pessoas entrevistadas, 67,6% disseram que a Prefeitura não ofereceu escolha de alternativas para o reassentamento conforme gráfico 23. Em um primeiro momento foi informado às famílias que a única opção de moradia era Cosmos, distante 70 km do local do local de origem. Em torno de 100 pessoas ficaram receosas de perder suas casas e aceitaram a oferta. Contudo, cerca de 460 famílias viram o seu modo de vida ameaçado, ou seja, o seu emprego, escola, os laços de vizinhança, resolveram se mobilizar e exigir do poder público uma solução cabível frente a realidade deles. Segundo a ex presidente da associação

do Metro-Mangueira, algumas famílias foram até a Secretaria de Habitação, em 2010 solicitar uma alternativa de moradia. Diante da negativa do representante da instituição municipal, as famílias resolveram fazer uma passeata nas avenidas principais bloqueando o trânsito para chamar atenção da sociedade para o que estava acontecendo. Após esse ato, a Defensoria Pública, a Pastoral das Favelas e a DHESCA intervieram a favor das famílias do Metrô-mangueira. O caso ganhou visibilidade pela luta de resistência representada pela comunidade. A luta não foi só por moradia, mas por algo maior, como o direito de viver na cidade legal. Em um local onde há empregos, infraestrutura, lazer. Poder usufruir de todas essas benesses que deveriam ser estendidos a todos os cidadãos, ricos e pobres.

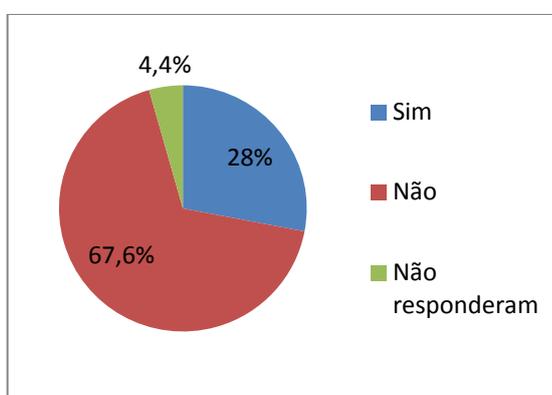


Gráfico 21 – Alternativas para a remoção (dados relativos a todos os entrevistados)

4.2.4 Avaliação do imóvel e do condomínio

Concernente ao nível de satisfação do usuário com os condomínios foram mencionadas 12 características positivas e 20 características negativas, conforme visualização na tabela 17. Elas foram categorizadas para a análise dos resultados. No que tange aos aspectos positivos, tem-se: 34,7% aparência do apartamento, 21,4% localidade, 18% disseram não gostar de nada, 8,4% vizinhança, 7,2% tranquilidade, 6% área de lazer, 2,4% lixeira no portão, 2,4% organização e 1,9% não pagar aluguel. Em relação aos aspectos negativos: 74% vizinhança, 4,8% nada, 4,5% sujeira, 3,6% falta d'água, 2,7% desorganização do condomínio, 2,4 % contas altas, e 2,4% contas altas.

Os atributos que mais se destacaram, tabela 15, no aspecto positivo foram em 1º lugar, a aparência do apartamento em 2º lugar, a localização. Cabe destacar que o percentual alto referente à feição do apartamento pode estar relacionado em parte, à imagem da favela como local da pobreza excludente. Para corroborar essa informação, muitas famílias disseram que

após a mudança para os condomínios puderam obter cartão de crédito porque as operadoras não aceitavam pessoas que morassem em favelas pelo endereço não ser considerado “fixo”. Outra questão também comentada pelos entrevistados é a conquista de empregos com salários melhores. Segundo eles, há estereótipos muito grandes em relação às pessoas que moram na favela, daí a dificuldade em conseguir uma posição melhor profissionalmente. A localização também foi bem conceituada, pois além de ficar próximo da antiga habitação, a área oferece área de lazer, trabalho e serviços e equipamentos públicos diversificados.

Nos aspectos negativos, destaca-se em 1º lugar, a vizinhança com 74% de frequência. As maiores reclamações nesse quesito são barulho dos vizinhos, crianças mal educadas e brigas de casal. Há também outros problemas como o som alto no horário de silêncio, do lixo que é jogado diretamente dos apartamentos em áreas comuns do prédio.

Embora a porcentagem em relação à insegurança e violência tenha sido baixa, muitas famílias relataram a presença de tráfico de drogas nos empreendimentos. Nos condomínios da Mangueira, de acordo com os síndicos, a presença da polícia é quase que diária pois a mesma leciona aulas de reforço escolar para os moradores dos condomínios. Já no Bairro Carioca, a situação é pior. O medo das famílias é maior pois há grupos de diferentes facções que disputam o poder dentro do empreendimento. Além disso, durante a noite as pessoas evitam sair de casa devido à presença de viciados em crack. Para se ter uma ideia, a cabine da guarda municipal que ficava dentro do empreendimento foi depredado pelos traficantes e após esse incidente não houve mais guarda municipal no local. De acordo com relatos, as famílias se sentem abandonadas pelo Poder Público no quesito segurança no Bairro Carioca.

Tabela 15 – Aspectos positivos e negativos relacionados ao condomínio

Aspectos positivos	%	Aspectos negativos	%
Aparência do apartamento	34,7	Vizinhança	74
Localização	21,4	Insegurança \ violência	8
Nada	18	Nada	4,8
Vizinhança	8,4	Sujeira	4,5
Tranquilidade	7,2	Falta d"água	3,6
Área de lazer	6	Desorganização do condomínio	2,7
Segurança	6	Contas altas	2,4
Lixeira no portão	2,4		
Organização	2,4		
Não pagar aluguel	1,9		

Fonte: tabela elaborada pela autora

Vale destacar, os resultados de forma individualizada para o empreendimento Bairro Carioca. No quesito vizinhança, diferentemente do que aconteceu com os reassentados do morro da Providência, Jacaré, Méier no Bairro Carioca, as famílias da favela Metrô-Mangueira não ficaram no mesmo prédio, elas foram distribuídas entre os 11 condomínios do empreendimento, provocando a ruptura dos laços de vizinhança. Isso dificultou a criação do sentimento de pertencimento das famílias em relação àquele lugar. Sob essa ótica, 7,2% das famílias do Bairro Carioca tem medo de sair de casa, pois não conhecem os vizinhos que vieram de favelas com elevada violência como o Jacarezinho. Em relação a insegurança ficou em segundo lugar com 8%. Tanto no condomínio de Mangueira I como nos condomínios de Triagem observou-se a presença da ação de grupos criminosos.

No que tange a pergunta do questionário “você já pensou em se mudar do condomínio”, de acordo com o gráfico 24, 52% dos entrevistados disseram que sim, enquanto 31% disseram que não. Os motivos atrelados a vontade de voltar para a antiga moradia foram: 44% problemas com a vizinhança, 29,4% falta de condições de pagar as contas de condomínio, água e luz e 26,6% o tamanho da moradia. Os dados podem ser visualizados no gráfico 25.

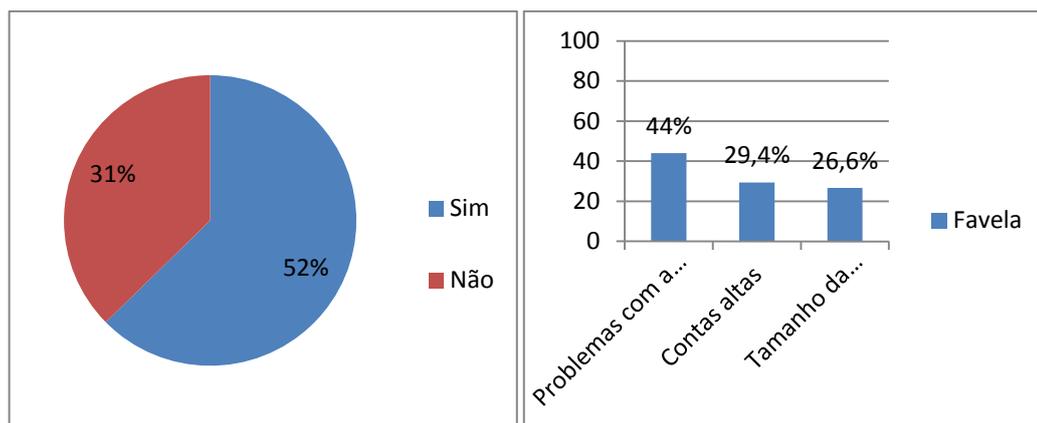


Gráfico 22– Percentual de pessoas que já pensaram em se mudar do condomínio

Gráfico 23 – Justificativas para a possibilidade de mudança

Fonte: gráficos elaborados pela autora

No que concerne ao tamanho do domicílio, gráfico 26, não houve muita diferença entre o nível de satisfação acerca do tamanho do apartamento. Estão satisfeitos 48,19 % dos entrevistados, enquanto 45,7% das pessoas não acham a moradia com tamanho adequado. Destes, a alegação dada por eles são: apartamento pequeno, ausência da área de serviço, cozinha e banheiro pequenos. Os dados estão apresentados no gráfico 27.

Quando a análise do resultado é individualizada por empreendimento, gráfico 28, é importante dizer que ela não é representativa. Apenas seria se fosse realizada de forma global e contemplasse os três empreendimentos. Sendo assim, as informações serão apresentadas somente a título de curiosidade. Em Mangueira I, 58% não estão satisfeitos com o apartamento, enquanto 41% dos entrevistados estão. Já em Mangueira II, esse valor inverte, 58% estão satisfeitos enquanto 41% não estão. No bairro Carioca, 83% estão satisfeitos, enquanto 17% não estão. Há algumas explicações para a divergência de tais respostas. De acordo com o discurso de moradores de Mangueira I, os apartamentos desse condomínio são considerados de péssima qualidade sobretudo devido a rachaduras e vazamentos. Além disso, segundo os moradores desse condomínio, pessoas com menor grau de escolaridade e de renda foram direcionadas para essas habitações. Segundo elas, o condomínio de Mangueira II é a “zona sul” do empreendimento, pois lá há porteiro durante 24 horas, os imóveis apresentam menos problemas estruturais e as famílias possuem renda e escolaridade maior se comparadas à Mangueira I. Na concepção de alguns moradores de Mangueira II, o discurso das famílias de Mangueira I está correto. Há uma indisposição latente entre as famílias de Mangueira I e II.

A explicação para o alto grau de satisfação do Bairro Carioca, reside no tamanho maior dos apartamentos frente aos de Mangueira I e II. Ademais, o apartamento desse local

apresenta melhor distribuição dos cômodos além da boa qualidade dos materiais empregados nos revestimentos do piso e do teto.

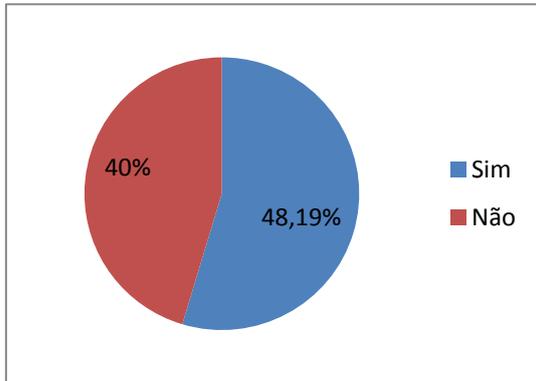


Gráfico 24 – Nível de satisfação com o tamanho do apartamento

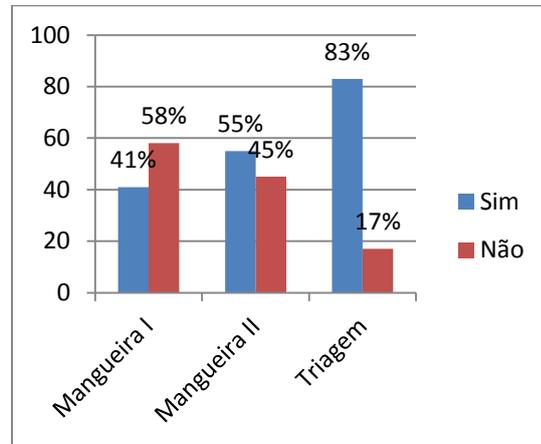


Gráfico 25 – Nível de satisfação por empreendimento
Análise individualizada

Fonte: gráficos elaborados pela autora

Em referência à obra no apartamento, tabela 16, 56% dos entrevistados relataram não terem feito obras, 25% fizeram revestimento de parede e 19,2 % fizeram revestimento de piso. Não houve ampliação e nem acréscimo da área de cômodo. Conforme supracitado, no Bairro Carioca nenhum dos domicílios visitados precisou fazer revestimento de parede e de piso.

Tabela 16 – Tipos de obras no apartamento

Revestimento de parede	Revestimento de piso	Ampliação da área de cômodo	Acréscimo de cômodo	Não fez obras
25%	19%	-	-	56%

Fonte: tabela elaborada pela autora

Em relação ao uso dos equipamentos de lazer dos condomínios, notado no gráfico 28, 49% não utilizam o espaço, enquanto 35% mencionaram fazer uso. Foi constatada a ausência de parquinhos para crianças nos condomínios, pois os presentes na obra original foram destruídos. Isso pode estar relacionado à falta de educação dos usuários, à baixa qualidade dos equipamentos, bem como à falta de fiscalização por parte do condomínio desta área comum do prédio. O salão de festa e a churrasqueira são utilizadas por parte dos moradores, mas todos reclamaram do valor que é cobrado pelo condomínio para utilizar tais áreas. Nota-se, portanto, que a utilização dos equipamentos oferecidos nos condomínios é restrita, o que traz à tona mais uma vez a complexa noção de empoderamento de tal parcela da população, a qual

possui, por vezes, dificuldades de preservação, uso, manutenção e revitalização do bem comum.

Perguntou-se, às famílias, além disso, quais eram os principais problemas apresentados pelos apartamentos, tabela 17. A averiguação dos dados revelou que 42% dos entrevistados disseram que as rachaduras eram o principal mal do apartamento. Como pontos de destaque foram citados também os vazamentos, com 39%, referiram-se 25% ao barulho, a falta de privacidade ficou por conta de 23% e, finalmente, para 19% a umidade era o principal ponto negativo das moradias condominiais.

Vale destacar, a título de curiosidade, já que as análises não são individualizadas por condomínio que todos os domicílios visitados na Mangueira I e II apresentavam problemas de rachaduras, embora não fossem sempre apontados pelos moradores de tais apartamentos. Já no Bairro Carioca dos apartamentos visitados, nenhum apresentou problemas. As diferenças estruturais são, de maneira geral, sensíveis entre os condomínios.

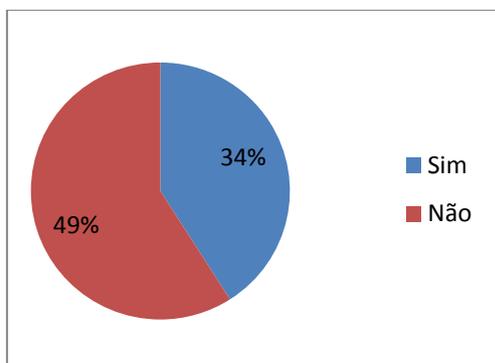


Gráfico 26 – Utilização da área de lazer dos condomínios
Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 17 - Porcentagem dos domicílios que apresentaram problemas no apartamento

Problemas	%
Rachaduras	42
Vazamentos	39
Barulho	25
Falta de privacidade	23
Umidade	19
Falta de água	6
Coleta de lixo	4,8
Poluição do ar	4,8
Rede elétrica	3,6
Problemas com serviços de telefone e internet	2,4
Rede de esgoto	
Falta de sinal da TV aberta	

No que se refere à satisfação com o apartamento, gráfico 29, 68% disseram estar satisfeitos e 31% disseram não estarem satisfeitos. E os motivos são, em primeiro lugar, derivados dos problemas com a vizinhança, relacionados, segundo os moradores, à falta de educação e ao barulho. Em segundo lugar, a insegurança e, em terceiro, os custos de vida no condomínio, com as contas de luz, água e gás. Chamou à atenção o fato de somente uma pequena porcentagem ter se queixado das contas. Esperava-se que esse número fosse maior, já que as famílias moravam na favela e, teoricamente, teriam poucos recursos financeiros. Contudo, foi constatado que a média salarial das famílias dos três condomínios é de 1554 mil reais. Tal dado permite inferir que a população que recebe menos de um salário mínimo não mora nesses condomínios, até porque não poderia pagar por tais custos. O questionamento suscitado a partir de tal observação é onde estão as famílias que recebiam menos de 1 salário mínimo do programa MCMV que moravam no Metrô-Mangueira? Elas conseguiriam viver nos condomínios do MCMV em áreas mais privilegiadas, ao menos *a priori*, como os condomínios de Mangueira e Triagem? Foram para Cosmos?

Ainda sobre o nível de satisfação dos moradores reassentados, 60% afirmaram preferir morar na favela e 40% disseram ter preferência por morar nos condomínios. Além disso, os que estão insatisfeitos disseram que a falta de educação da vizinhança incomoda muito. Os que disseram que estão satisfeitos, deram como motivo o fato de conseguir a escritura do imóvel, a tranquilidade do lugar (o que, de certa maneira, contradiz a posição acerca da poluição sonora provocada pela vizinhança) e a boa localização do condomínio, principalmente em virtude da proximidade dos equipamentos urbanos, locais de trabalho e serviços públicos, gráfico 30.

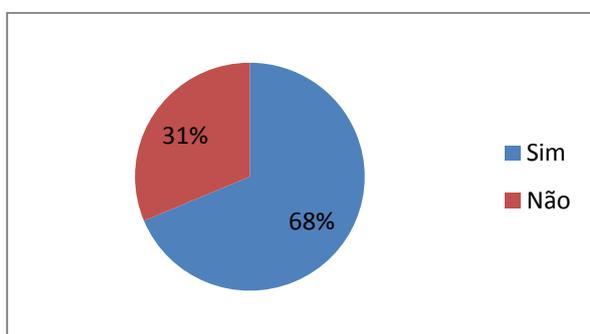


Gráfico 27 - Satisfação com o apartamento

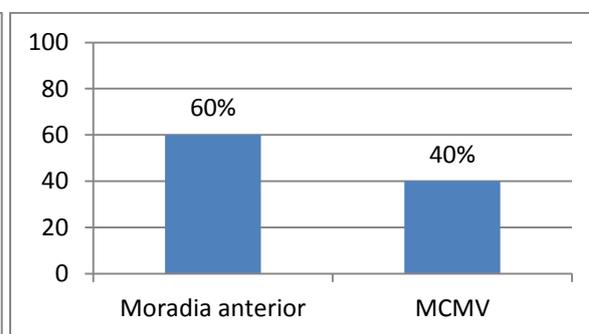


Gráfico 28 - Preferência de local de moradia

Fonte: Elaborado pela autora

4.3 ANÁLISES FINAIS

Os resultados das análises mostraram que, no âmbito do acesso aos serviços públicos prioritários, tais como abastecimento de água, energia, esgotamento sanitário e coleta de lixo, as famílias são amplamente atendidas, com problemas pontuais. Considerando-se a favela como célula de comparação em relação aos empreendimentos do MCMV, foi possível constatar que a qualidade de vida das famílias obteve melhorias. Os dados revelam paradoxos próprios ao recente processo de reassentamento, o qual implica em readequação de longo prazo das perspectivas de vida das famílias e dos indivíduos, os quais não tiveram possibilidades concretas de escolha. As famílias reassentadas no Bairro Carioca perderam laços de vizinhança e/ou distanciaram-se de memórias e elementos de caráter psico afetivo de difícil mensuração. Contraditórios, como exemplo, caso olhadas sob perspectiva apenas estatística, descolada de valores simbólicos diversos, seriam os dados que revelam os 60% que preferiam viver na Favela do Metrô-Mangueira ao lado dos 68% de satisfeitos com o apartamento que atualmente possuem. Na dinâmica complexa de interpretação orgânica de tais dados, a aparente falta de nexos sucumbe frente às peculiaridades que nos ligam aos nossos "locais de moradia" em maior ou menor escala (barraco, casa, apartamento, favela, bairro, cidade, etc.) e aos valores que a eles são estabelecidos.

No que tange ao acesso aos bens e serviços da favela do Metrô-Mangueira antes da remoção, observou-se, por meio da análise dos dados do IBGE do censo de 2010 para aglomerados subnormais, que em 97,7% dos domicílios havia água encanada. Trata-se de um número relevante para uma favela não urbanizada. Em contrapartida, através de entrevistas realizadas com as famílias do Metrô-Mangueira, descobre-se que 72,7% dos domicílios da amostra eram ligados à rede de água, entretanto, as conexões a rede eram realizadas de forma clandestina. Em relação à qualidade 90%, da provisão de água era regular e saudável. Para o esgotamento sanitário constata-se a mesma situação ocorrida quanto à provisão de água. Enquanto os dados do IBGE mostram que 65,5% dos domicílios apresentam conectividade com a rede geral, por meio de entrevistas verifica-se que em apenas 12% dos domicílios havia conexão com a rede geral e que 51,8% das residências da amostra dispunham de ligações clandestinas de água. Já em relação à energia elétrica, segundo o IBGE, 59,26% dos domicílios eram atendidos pela concessionária de luz e quase 40,55% das moradias tinham energia elétrica em casa, provenientes, provavelmente de ligações clandestinas ("gatos"). No entanto, na amostra avaliada conclui-se que apenas 27,3% eram abastecidos de energia regular, enquanto 72,7% apresentava ligações clandestinas de luz. Tal divergência de dados

revela em seu bojo a grande discrepância entre o valor dos serviços e bens oferecidos pelo Estado (e pelas empresas concessionárias de serviços essenciais) e o potencial usufruto da população mais pobre à infraestrutura urbana básica. Além disso, ao comparar os dados do IBGE aos coletados juntos a população favelada, percebe-se a disparidade entre informações e relatos ditos oficiais em comparação aos constatados por meio de entrevistas. Tem-se a falsa impressão de que o acesso aos serviços se dá por meios formais, o que, em absoluto, é incoerente. Na realidade, isso se deve, em parte, à metodologia adotada pelo IBGE a qual não considera o pagamento pelo serviço no processo de coleta dos dados, o que torna o dado inverossímil.

Os principais avanços no que tange à infraestrutura urbana para as famílias do Metrô-Mangueira foram, realmente, os relacionados ao esgotamento sanitário e a coleta de lixo, visto que, na favela, esses eram os serviços que apresentavam maiores deficiências. Sabe-se que tais problemas estão, em parte, relacionados ao adensamento, às vielas e à pavimentação irregular que acabam exigindo altos investimentos para a implantação do saneamento básico. Nos empreendimentos, esses serviços funcionam amplamente, no entanto ocorrem condicionados ao pagamento da cota condominial e de serviços urbanos, diferentemente do que acontecia na favela. Lá, antes da remoção, as famílias acessavam os serviços de abastecimento de água e energia elétrica até com certa qualidade, mas não pagavam pelo consumo. Assim, quando tinham algum problema relacionado a esse acesso, os próprios tinham de resolver, já que o acesso ao serviço era realizado de forma irregular. Nesse sentido, o reassentamento nos condomínios, na medida em que possibilitou a inclusão na “cidade legal”, também provocou a árdua (e ainda em processo) reestruturação das relações sócio econômicas da população com a cidade do Rio de Janeiro, além de outras nuances relacionais já comentadas.

Embora o aspecto arborização não tenha sido estudado nessa pesquisa, sabe-se que as áreas verdes são fundamentais para o bem estar urbano. As árvores proporcionam conforto ambiental já que diminuem a temperatura do ar, promovem a melhoria da qualidade do ar e contribuem para a diminuição do barulho. Nos dispositivos legais relacionados ao MCMV, não há nenhuma menção acerca da arborização urbana. No entanto, a CEF, como operadora financeira recomenda o plantio de árvores de forma proporcional ao número de unidades nos condomínios (RAPOSO, 2014). Como não é obrigatório, e as construtoras querem auferir o maior lucro possível do negócio, não foram plantadas árvores nos empreendimentos estudados. O que se percebe é que com a ausência das áreas verdes, os apartamentos ficam

quentes e abafados fazendo com que as famílias recorram ao ar condicionado, aumentando ainda mais os custos de vida dessa população.

Foi possível observar, ainda, que os custos de moradia relacionados principalmente aos serviços de água, esgoto e energia elétrica são altos, em decorrência do alto consumo desses serviços e à posterior inadimplência dos pagamentos. Contudo, ao que parece, os elevados custos dos serviços estão relacionados também à má gestão da Prefeitura, da Construtora dos empreendimentos, da CEDAE e até da LIGHT, na medida em que disponibilizam apartamentos com problemas estruturais e repassam os custos da solução dos inconvenientes para as famílias reassentadas. O impacto dessa má gestão do programa onera os custos das famílias, principalmente aquelas categorizadas na faixa 1 do MCMV (recebem renda até 1.600 reais), que se veem obrigadas, muitas vezes, a vender os apartamentos e a procurar outro local de moradia.

O processo de inclusão na dita "cidade legal" torna-se, sob este prisma, um fenômeno profundamente radical para as famílias, um projeto pouquíssimo planejado e dialogado o qual, a princípio, em vez de possibilitar ao cidadão realocado e à sua família o protagonismo social, desvela ainda mais as limitações da população pauperizada. Por outro lado, a localização geográfica privilegiada dos três empreendimentos permite aos reassentados do Metrô-mangueira ter possibilidades maiores de ascensão social, já que estão próximos a oportunidades de trabalho, a equipamentos e serviços.

CÁPITULO 5

5. CONCLUSÃO

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, os reassentamentos são implantados nas periferias das cidades, em locais de difícil acesso, com baixa oferta de equipamentos e serviços urbanos. Assim, famílias com baixo poder aquisitivo apresentam dificuldades em usufruir amplamente da cidade e tem sua qualidade de vida comprometida. A segregação socioespacial é legitimada muitas vezes pelo Estado a fim de atender aos interesses do capital imobiliário.

O presente trabalho buscou, avaliar a qualidade de vida da comunidade Metrô-Mangueira, alvo de um plano habitacional para baixa renda, o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, na Cidade do Rio de Janeiro, sobretudo sob o viés da infraestrutura urbana da qual se serve tal população. A análise centrou-se, nesse sentido, no acesso aos bens e serviços de parte da população carioca pauperizada, à qual serviu de exemplo a comunidade removida do Metrô-Mangueira durante os preparativos para os megaeventos recebidos pelo Rio de Janeiro no início do século XXI – a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O estudo permitiu avaliar as desigualdades socioeconômicas existentes na cidade do Rio de Janeiro, além da maneira como tais discrepâncias se evidenciam tanto no processo de reassentamento quanto em função dos debates e protestos gerados por tais programas, e suas implicações diretas na qualidade de vida das pessoas reassentadas.

Esperava-se, a princípio, que a qualidade de todos os serviços na favela fosse ruim, pelo fato de as pessoas não pagarem pelo serviço, mas isso não foi constatado. Com base nos dados coletados, pelo contrário, tanto o abastecimento de água, como a de luz foram bem avaliados. Pode-se deduzir que o fato de a favela estar localizada em uma área de classe média possa ter contribuído para que o acesso a essa infraestrutura, mesmo de modo informal, fosse atendido.

Ainda em relação à provisão de serviços urbanos, mas considerando os condomínios do MCMV, 100% dos domicílios têm ligação com a rede geral de água, esgotamento sanitário e energia elétrica. Ressalta-se, no entanto, diminuição de três pontos percentuais na qualidade do serviço de abastecimento de água no condomínio que se deve inicialmente a indefinição da responsabilidade sobre os custos relacionados ao consumo das famílias nos primeiros anos de

ocupação. Embora os acessos aos serviços de infraestrutura sejam adequados, o grande problema se refere aos custos dos serviços para as famílias.

No que tange à mobilidade urbana, a qualidade de vida foi preservada. O tempo despendido nos deslocamentos pendulares não foi afetado. Isso se deve, sobretudo, ao reassentamento ter sido realizado a menos de 4km de distância da antiga habitação, ou seja, não houve impacto negativo sobre a reprodução social das famílias, muito pelo contrário, 8% dos entrevistados obtiveram empregos com um salário maior depois do reassentamento. Isso se deve a em parte, segundo os próprios entrevistados aos estereótipos que os moradores da favela carregam.

É importante ressaltar, em relação aos custos de vida, que houve um grande comprometimento mensal da renda de algumas famílias com o pagamento das contas relacionadas ao apartamento. Destaca-se que das famílias reassentadas, grande parte se situa na faixa 2 do programa MCMV, ou seja, têm uma renda mensal de até R\$ 3275,00. Na favela, em geral, não se pagava pela luz, água, energia elétrica e condomínio. Todavia, tal fato não acontece nos condomínios do MCMV, o que revela a complexidade socioeconômica inerente ao processo de reassentamento. Em decorrência desses e de outros elementos intrínsecos ao processo de remoção e realocação um percentual de 18% das famílias pensam em se mudar dos apartamentos e procurar moradia de menor custo longe da nova realidade à qual se veem impelidos. Tal situação é um paradoxo, na medida em que as famílias são reassentadas, ganham um apartamento, saem da “informalidade” na qual viviam, contudo, não conseguem arcar com os custos da nova moradia, vendo-se obrigadas ou a voltarem para favela ou se mudarem para a periferia, na qual há clara limitação de serviços e equipamentos públicos, distância ainda maior dos locais de trabalho, além de afastamento daqueles com os quais conviveram na comunidade original. Nota-se nitidamente que os processos de remoção e reassentamento da comunidade originária da favela do Metrô-Mangueira não primaram pela visão ampla acerca das necessidades e limites de tal população, o que denota a falta de seriedade e planejamento com os quais são conduzidas as políticas públicas de habitação na cidade do Rio de Janeiro, conforme salientado em recorte histórico desta pesquisa.

Assim, é fundamental que o acesso a uma infraestrutura adequada seja compatível com o nível de renda da população, caso contrário a pobreza estrutural se manterá. Logo, é necessário que haja outras formas de subsídios principalmente para os serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo como formas de incremento profundo das políticas públicas para habitações de interesse social. Superar tais

carências de acesso à infraestrutura básica é condição fundamental para a saúde, educação, promoção social e qualidade de vida das pessoas.

Qualidade de vida urbana é poder usufruir amplamente do que a cidade tem a oferecer seja no que tange a infraestrutura e equipamentos relacionados a habitação, mas também no que se refere a trabalho, lazer, cultura. Estar inserido nessa dinâmica proporciona mais possibilidades de ascensão social, visto que nesses locais é onde estão as melhores oportunidades de emprego. Esses aspectos determinam a localização das habitações de interesse social, já que áreas próximas às centralidades apresentam preço mais elevado. Ainda assim, para se atingir o bem estar em habitação de interesse social é fundamental que as moradias estejam situadas próximas aos centros urbanos e que haja uma distribuição mais justa dos transportes em toda a cidade.

O processo de remoção e reassentamento da comunidade do Metrô-Mangueira deixa tal problemática sócio histórica à mostra, pois as falhas, omissões e imposições no processo de diálogo do poder público com a população realocada, a alta imediata do custo de vida dos antigos favelados sem plano de readequação orçamentária para as pessoas, a falta de escolhas e perspectivas realmente democráticas para que tal população detivesse, genuinamente, um novo e digno espaço de moradia e sua respectiva infra estrutura, dentre outros pontos já analisados, revelam que o poder público brasileiro já escolheu os protagonistas de nossa história, o que implica direta e fatalmente a forma como são conduzidas as políticas públicas no país: por meio de privilégios escusos, segregações explícitas e uma espécie de populismo atávico o qual parece dar margem à preconceituosa concepção de que tudo o que é feito para o trabalhador pobre dispensa grande elaboração, tanto no plano estrutural quanto no intelectual e simbólico.

É oportuno destacar, que a maior parte das famílias da comunidade do Metrô-Mangueira só conseguiu ficar próximo ao local de origem por ter resistido e se mobilizado contra a remoção para a periferia. Foi importante para o sucesso das ações o apoio de movimentos, organizações civis, bem como a ajuda da UFRJ e UERJ.

Pensar, neste contexto, acerca do que é "bem-estar", se, por inúmeras vezes, o pretenso "bem-estar", ou mesmo a melhoria da qualidade de vida da população, seria alavancado por meio de imposições, alienações e violências veladas ou mais nítidas, das mais diversas ordens e sob a complexidade identitária da sociedade brasileira, torna-se desafiador e instigante.

5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTURO

Recomenda-se como continuidade do presente trabalho, avaliar a qualidade de vida das famílias dos condomínios de Mangueira I, Mangueira II e Bairro Carioca individualmente, para verificar diferentes percepções das famílias do Metrô-Mangueira acerca dos imóveis. Além disso, sugere-se fazer avaliações com outras comunidades reassentadas nos prédios do MCMV a partir do questionário apresentado neste trabalho.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, A. **Engineering of Infrastructure in Informal Urban Areas**. São Paulo. 2003.

ABIKO, A. Serviços públicos urbanos. São Paulo: EPUSP. **Texto Técnico da Escola Politécnica da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civi. TT/ PCC 10I**, 2012. 26.

ABREU, M. D. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ALMEIDA, C. C. O. D. **As quatro décadas de atuação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) em Natal-RN: a arquitetura habitacional resultante.**, Rio de Janeiro, 2009.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3ª Edição. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil**. *Análise social*, Vol. XXIX, n. 3º, 1994. 711-732.

BONDUKI, N. G. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida**. *Teoria e debate*, nº 82, 2009.

BRASIL, M. D. C. **Política Nacional de Habitação. Cadernos M.Cidades nº 4**. Brasília: [s.n.], 2005.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAUJO, F. D. S. **Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano**. *Anais do XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*. Maio de 2011, Rio de Janeiro, Maio 2011.

CARDOSO A. L.; LAGO, L.C. **Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro: impactos urbanos e sociais**. Relatório final. Rio de Janeiro, 2015.

CASTRO, D. G. **Megaeventos esportivos e empreendedorismo urbano: os jogos olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, 2012. 110f p.

CEF. [S.l.]: [s.n.], 2015.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Comitê

popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf>. Acesso em: 10 abril 2015.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

DHESCA. **Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade Plataforma Dhesca**. Plataforma DHESCA Brasil. Rio de Janeiro. 2011.

GALIZA, H. R. D. S. . V. L. F. . S. M. L. P. **Grandes eventos, obras e remoções na**. II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, PPGAU-UFF. 2014.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KLUTHCOVSKY, A. C. G. C.; TAKAYANAGUI, A. M. M. **Qualidade de vida – aspectos conceituais**. jan./jun. 2007. Revista Salus-Guarapuava-PR, 2007.

LAGO, L. C. RIBEIRO, L.C. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. Revista São Paulo em Perspectiva, Vol 15 (1), 2001.

MASCARO, J. L. **Custos de infraestrutura: um ponto de partida para o desenho econômico**. Tese (livre-docência) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

NETO, G. D. A.; ZMITROVICZ, W. **Infraestrutura urbana**. São Paulo: [s.n.], 1997.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Ibeu: índice de bem estar urbano**. In: RIBEIRO, L. C. D. Q. (; RIBEIRO, M. G. Rio de Janeiro: Letra Capital - Observatório das Metrópoles, 2013. p. 264.

PINHEIRO, FUNDAÇÃO JOÃO. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte. 2013.

RAMOS, A. L. **Acumulação flexível e direito do trabalho**. Revista de Ciências Humanas, FLORIANÓPOLIS-SC ED. UFSC, 22 SEM./, v. 15, n. nº 22, 2º Semestre 1997.

RAPOSO, LC. M. M. **Habitação e Desenvolvimento Urbano- uma análise introdutória da implementação da arborização urbana no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida**. XVIII Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, E.; MARQUES, L. **O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação**. Estudos urbanos e regionais V.15, Nº 2, Novembro 2013.

STRAUTMAN, G. G. **Reestruturação produtiva, trabalho e território: desafios para a reforma urbana.** [S.l.]: [s.n.], 2007. 101 p.

UNIÃO, C. G. D. Portal da Transparência, 2014. Disponível em: <www.transparencia.gov.br/copa2014/home.seam>. Acesso em: 5 maio 2015.

VAZ, J. C. **Medindo a qualidade de vida. Dicas: idéias para ação municipal.** Revista Pólis, São Paulo, Novembro 1994.

SITES VISITADOS

Fonte: <http://www.brasil247.com.br>

Fonte: <http://www.caixa.gov.br>

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Fonte: <http://www.cidades.gov.br>

Fonte: <http://www.extra.globo.com.br>

Fonte: <http://www.fjp.mg.gov.br>

Fonte: <http://www.jblog.com.br>

Fonte: <http://www.noticias.bol.uol.com.br>

Fonte: <http://www.projetomemoria.art.br>

Fonte: <http://www.publicacoesdeturismo.com.br>

Fonte: <http://www.rj.gov.br>

Fonte: <http://www.santoandrememoria.wordpress.com.br>

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO

 <p>IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional</p>  <p>Programa de Engenharia Urbana PEU - POLI - UFRJ</p>	<p>METRÔ-MANGUEIRA Rio de Janeiro (UFRJ),</p> <p>Projeto de Pesquisa: Qualidade de vida em habitação de interesse social: Caso Metrô -Mangueira QUESTIONARIO 1</p>
<p>Nome do Empreendimento:</p>	
<p>Apartamento:</p>	<p>Bloco:</p>
<p>Número do Questionário:</p>	<p>Entrevistador:</p>
<p>Nome do Entrevistado:</p>	<p>Data da Entrevista:</p>
<p>Horário de início:</p>	<p>Horário de fim:</p>

I - DADOS SOCIOECONOMICOS DA FAMILIA: Composição Familiar, Trabalho, Renda, Escolaridade

Primeiro Nome	Posição familiar	Sexo	Idade	Estado civil	Grau de Escolaridade	Estuda atualmente?	Pessoa com deficiência	Com referência ao mês anterior														
								Ocupação (atividade principal)	Situação de trabalho	Recebe bolsa do governo?	Renda Mensal (R\$)	Local onde exerce ocupação	Meio(s) de transporte						Bilhete Único	Tempo médio de deslocamento		
													Ida			Volta				Ida	Volta	

LEGENDA

Posição familiar	Sexo	Estado civil	Grau de Escolaridade	Pessoa com deficiência	Situação de trabalho	Bolsa do governo	Meio de transporte (p/ o trabalho)
3. Titular 4. Cônjuge 5. Filho(a) 6. Enteado(a) 7. Neto 8. Pai/ Mãe 9. Sogro(a) 10. Irmão(ã) 11. Outro parente 12. Agregado	3. M 4. F	3. Solteiro 4. Casado 5. Divorciado 6. Viúvo	3. Creche 4. Pré escola 5. Ensino fundamental (1ª a -8ª série) incompleto 6. Ensino fundamental completo 7. Ensino médio (1º ao -3º ano) incompleto 8. Ensino médio completo 9. Superior incompleto 10. Superior completo 11. Pós graduação 12. Nenhum	2. Não 3. Motora 4. Cadeirante 5. Visual 6. Auditivo 7. Mudez 8. Mental 9. Múltipla	3. Assalariado com carteira 4. Contrato temporário 5. Funcionário público 6. Cargo de confiança 7. Empregador 8. Autônomo c/ contribuição INSS 9. Autônomo s/ contribuição INSS 10. Trabalho eventual (bico) 11. Desempregado 12. Aposentado/ Pensionista 13. Dona de casa 14. Estagiário ou bolsista 15. Cooperativa 16. Não trabalha	3. Bolsa Família 4. Renda Melhor 5. Outra _____ _____	3. Ônibus 4. Van/Kombi (R\$ _____) 5. Trem 6. Metrô 7. A pé 8. Carro/moto 9. Bicicleta 10. outros

CÓDIGOS PARA TODO O QUESTIONÁRIO

- 1- Sim**
2- Não
99- Não se aplica
00- Não sabe

1. Alguém da família possui outra demanda de deslocamento além do trabalho?

Primeiro Nome	Atividade	Local onde exerce a atividade:	Meio de transporte	Bilhete Único	Tempo médio de deslocamento	
					Ida	Volta

LEGENDA

Meio de transporte

3. Ônibus
 4. Van/Kombi (R\$ _____)
 5. Trem
 6. Metrô
 7. A pé
 8. Carro/moto
 9. Bicicleta
 10. Ônibus escolar
 11. Outros

2. Do que o Sr.(a) mais gosta aqui no Condomínio? (máximo 3)

1. _____
2. _____
3. _____

3. O que o Sr.(a) menos gosta aqui no Condomínio? (máximo 3)

1. _____
2. _____
3. _____

4. Em algum momento você pensou em se mudar do _____ (nome do empreendimento)?

4.1. Se afirmativa, qual o motivo: (multi-resposta)

1. Falta de condições de pagamento da prestação e das contas de condomínio, água e de luz
2. Problemas familiares
3. Distância dos locais de trabalhos
4. Tamanho da moradia
5. Problema com a vizinhança
6. Distância da família e/ou dos amigos
7. Problemas de segurança e violência

[] 8.Outros _____

5. Onde estavam os três últimos domicílios que vocês moraram? Quanto tempo moraram em cada um?

Local do domicílio			
Tempo que moraram			
Tipologia (3- casa; 4- apt)			

6. Seu último domicílio anterior estava localizado em:

3- loteamento 4- comunidade 5- conjunto habitacional 6- área de risco

7. Como teve acesso ao último domicílio anterior?

3. Comprou o terreno e construiu.

4. Comprou o domicílio.

5. Ocupou o terreno e construiu o domicílio.

6. Alugou o domicílio. Valor aluguel (R\$): _____

7. O domicílio foi emprestado temporariamente pelo proprietário.

8. O domicílio foi cedido definitivamente pelo proprietário (ou herdado).

9. Aluguel social – (colocar o nome utilizado em cada estado)

10. Terreno ou laje cedida.

11. Outra forma. Qual? _____

8. Após a mudança para o empreendimento algum membro da família mudou de trabalho?

Primeiro nome	Antes de se mudar		Depois de se mudar	
	Trabalho	Local	Trabalho	Local

8.1 (Se mudou,) Por que? _____

9. Depois de se mudar para o condomínio _____, o tempo de deslocamento para a principal atividade de cada membro da família mudou? E o custo?

Primeiro nome	Atividade	Tempo de deslocamento (casa-local onde exerce a atividade-casa)			Custos com transportes (diário)		
		Aumentou (minutos)	Diminuiu (minutos)	Não influenciou	Aumentou (R\$)	Diminuiu (R\$)	Não influenciou

10. Quanto tempo o Sr.(a) leva para chegar ao ponto de transporte(ônibus, van trem, etc.) mais próximo?

1. Menos de 15 minutos 2. Mais de 15 minutos

11. Qual o tempo aproximado de espera do transporte coletivo?

1. Até quinze minutos 2. Entre 15 e trinta minutos
3. De trinta minutos a uma hora 4. Mais de uma hora

12. Algum membro da família deixou de estudar quando se mudou para o empreendimento?

13. Foi fácil conseguir vaga em escola, creche ou pré escola perto da residência atual?

II – REASSENTAMENTO E INFRAESTRUTURA

18.1 Pagou alguma coisa? _____ 18.2 A quem? _____

18.3 Teve algum gasto com o processo de mudança? 18.3.1 (Se sim,) Quanto (R\$)? _____

18.4 Você sabe por que precisou sair de seu domicílio?

18.5 Teve alguma reunião para debater o processo de remoção? 18.5.1 (Se sim,) Quantas? ____

18.6 Quanto tempo antes da remoção você foi avisado? _____

18.7 O poder público possibilitou a escolha de alternativas?

18.7.1 (Se sim) Quais? (multiresposta)

[] a. Aluguel social [] d. Alojamento

[] b. Indenização [] e. MCMV

[] c. Compra assistida

18.7.2 (Se sim) O poder público ofereceu opções de empreendimentos do MCMV para você escolher?

18.7.2.1 (Se sim) Quantas alternativas? _____

18.7.2.2 Os empreendimentos eram na mesma região?

18.7.3 Por que você escolheu este?

18.8. Seus vizinhos também se mudaram para o mesmo empreendimento?

(3- Alguns; 4- Todos; 5- Nenhum)

18.9 A Prefeitura se comprometeu a realizar melhorias no entorno?

19. Como é e era o acesso aos serviços públicos?

Abastecimento de água	a) Rede geral	b) Poços ou nascentes na propriedade	c) Carro Pipa	d) Outros
Antes da mudança				
Depois da mudança				

19.1 Como era a qualidade desse acesso na favela?

Regular Racionada

19.2 Como é a qualidade desse acesso no MCMV?

Regular Racionada

20. Como é e era o acesso aos serviços públicos?

Esgotamento sanitário	a) Rede geral	b) Fossa séptica	c) Fossa rudimentar	d) Não tinham banheiro e sanitário
Antes da mudança				
Depois da mudança				

20.1. O esgotamento apresentava problemas?

Sim Não

21. Como é e era o acesso aos serviços públicos?

Energia elétrica	a) Companhia distribuidora com medidor	b) Outros	c) Não existe energia elétrica
Antes da mudança			
Depois da mudança			

21.1 Qualidade do serviço de energia elétrica

Regular Racionada

21.2 Você tem ar condicionado em casa?

22. Como é e era o acesso aos serviços públicos?

Resíduos sólidos	a)Diretamente por serviço de limpeza	b)Em caçamba de serviço de limpeza	c)Outra
Antes da mudança			
Depois da mudança			

22.1 Quantas vezes a caminhão de serviço vai ao condomínio?

22.2 Quantas vezes a caminhão de serviço de limpeza ia a favela?

23. Quais são e eram os seguintes gastos?

	Condomínio (R\$)	Luz (R\$)	Água (R\$)	Gás (R\$)	Telefone e Internet (R\$)	TV a cabo (R\$)
Antes da mudança						
Depois da mudança						

III – AVALIAÇÃO DO IMÓVEL e DO CONDOMINIO

24. Na sua opinião, os cômodos estão bem distribuídos?

25. O tamanho do domicílio é adequado?

25.1 (Se não) Porque?

26. Quantos cômodos existiam no domicílio anterior?

() 1. Sala () 2. Cozinha () 3. Banheiro () 4. Quartos () 5. Quintal () 6. Área de serviço () 7. Jardim () 8. Cômodo comercial/ serviço () 9. Garagem () 10. Varanda () 11. OUTROS: _____

27. Você sente falta de algum cômodo/espço que tinha no imóvel anterior?

28 (Se sim,) Qual(ais)? _____

29. Sobre a área do atual domicílio:

3. Couberam todos os móveis de minha antiga moradia.
 4. Tive que me desfazer da maioria dos meus móveis para morar aqui, pois não couberam.
 5. Outros _____

30. Você fez alguma dessas obras na(o) sua (seu) casa/apartamento?

- [] 1. Revestimento de parede. Onde? _____ Por que? [] necessidade [] beleza
 [] 2. Revestimento de pisos. Onde? _____ Por que? [] necessidade [] beleza
 [] 3. Substituição de cobertura (ler somente se for casa)
 [] 4. Ampliação de área de cômodos.
 Quais? _____
 [] 5. Acréscimo de cômodos -
 Quais? _____
 [] 6. Outro. Qual (ais)? _____
 [] 7. Não fez obras.

31. Sabe o que é estrutura autoportante?

32. Você tem conhecimento sobre alguma regra para obras no condomínio?

33. Você ou alguém da sua família usa o _____? (Se sim,) satisfaz a necessidades da família?

	Avaliação		Avaliação
1. Salão de festas		4. Quadra esportiva	
2. Churrasqueira		5. Parquinho	
3. Estacionamento		6. Outro. Especificar: _____	

LEGENDA
 3. Não utiliza
 4. Não tem
 5. Satisfaz
 6. Não satisfaz

34. Você ou alguém da sua família exerce alguma atividade comercial ou de trabalho em casa?

35. (Se sim,) Qual(is)? _____

36. A sua nova moradia apresentou alguns desses problemas?

- [] 1. Umidade [] 7. Problemas na rede elétrica [] 12. Poluição do ar
 [] 2. Rachaduras [] 8. Coleta de lixo insuficiente [] 13. Barulho
 [] 3. Vazamentos [] 9. Problemas com a rede de esgoto [] 14. Outros _____
 [] 4. Ventilação ruim [] 10. Falta de sinal de TV aberta [] 15. Nenhum
 [] 5. Falta de Privacidade [] 11. Falta de água
 [] 6. Problemas com os serviços de telefonia/internet

37. Você está satisfeito com a sua casa/seu apartamento atual?**38. Porque?**

39. Você prefere morar aqui ou na sua casa/apartamento anterior?

1. Nesta casa/Neste apartamento
2. Na casa/apartamento anterior
- 3.

Outros _____

47. Os serviços comerciais a seguir estão perto (até 30 minutos a pé) de onde você mora? E de onde você morava?

Serviços comerciais	Bairro atual	Bairro anterior
1 Padaria		
2 Mercado ou supermercado		
3. Banco		
4. Lotérica		
5. Feira		
6. Farmácia		

48. A sua região é atendida pelos seguintes serviços comerciais? E a região onde você morava?

Serviços comerciais	Bairro atual	Bairro anterior
48.1 Shopping		
48.2 Cinema		

49. Quer registrar mais alguma coisa?